GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

# DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XLII Nº 194 BRASÍLIA – DF, TERÇA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2008 PREÇO R$ 3,00

**AVISO:** Esta Edição será acompanhada de Suplemento

## SUMÁRIO


| | SEÇÃO I PÁG. | SEÇÃO II PÁG. | SEÇÃO III PÁG. |
|---|---|---|---|
| Atos do Poder Legislativo | 1 | | 57 |
| Atos do Poder Executivo | 1 | 45 | |
| Casa Militar | | 45 | |
| Corregedoria Geral do Distrito Federal | 13 | 45 | |
| Secretaria de Estado de Governo | | 46 | 58 |
| Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 13 | 46 | |
| Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia | 13 | | 58 |
| Secretaria de Estado de Cultura | 13 | | |
| Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda | | 46 | |
| Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente | 14 | 47 | 58 |
| Secretaria de Estado de Educação | 14 | 47 | 59 |
| Secretaria de Estado de Fazenda | 15 | 55 | 59 |
| Secretaria de Estado de Obras | 44 | 55 | 61 |
| Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão | 44 | 55 | 64 |
| Secretaria de Estado de Saúde | 44 | 55 | 67 |
| Secretaria de Estado de Segurança Pública | 44 | | 67 |
| Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal | 44 | | |
| Polícia Militar do Distrito Federal | | | 68 |
| Secretaria de Estado de Transportes | 44 | | 68 |
| Procuradoria Geral do Distrito Federal | | 56 | |
| Tribunal de Contas do Distrito Federal | | | 68 |
| Ineditoriais | | | 68 |


# SEÇÃO I

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 502, DE SETEMBRO DE 2008.
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL,
REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2008.

O PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL no uso de suas atribuições regimentais, especialmente a contida no artigo 39 de Regimento Interno, e à vista do contido no processo 001.000.246/2008 e em cumprimento a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, referente ao 2º quadrimestre de 2008, conforme anexo;

Art. 2º - Este ato entra em vigor a partir de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília/DF, 29 de setembro de 2008.
ALÍRIO NETO

ANEXO AO ATO DO PRESIDENTE Nº 502, DE SETEMBRO DE 2008.
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
2º QUADRIMESTRE 2008.

LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL

Período de apuração: setembro/2007 a agosto/2008

| | |
|---|---|
| I - Despesa Bruta com Pessoal | 179.108.692,89 |
| (+) Pessoal e Encargos | 179.108.692,89 |
| Ativos | 166.950.569,05 |
| Inativos | 10.899.441,89 |
| Pensionistas | 1.258.681,95 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de Terceirização | 0,00 |
| II - Despesas não computadas (art.19, LRF) | 33.671.826,16 |
| Inativos e Pensionistas c/ Recursos Vinculados (Decisão 2656/2007 TCDF) | 11.378.112,76 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores - Ativo | 19.214.923,09 |
| Despesas de Exercícios Anteriores - Inativo | 780.011,08 |
| * Licença Prêmio em Pecúnia | 1.369.002,44 |
| * Abono Permanência | 373.511,70 |
| * Ajuda de Custo dos Parlamentares | 556.265,09 |
| III - Despesa Total c/ Pessoal (I - II) | 145.436.866,73 |
| IV - Receita Corrente Líquida (RCL) | 9.183.017.444,77 |
| Percentual da Despesa Total c/ Pessoal sobre a RCL (III/IV)*100 | 1,58% |
| Limite Legal (Ato da Mesa Diretora 111, de 2007) | 1,76% |
| Limite de Alerta (90%) | 1,58% |
| Limite Prudencial (95%) | 1,67% |

* Ato da Mesa Diretora 111, de 2007.

Fonte: SIGGO

Diretoria Geral de Contabilidade/Subsecretaria do Tesouro/SEF

Brasília/DF, 29 de setembro de 2008.
SANDRO LOPES MENDONÇA
Diretor de Administração e Finanças
MÁRGARA RAQUEL CUNHA
Chefe da Assessoria Especial de Fiscalização e Controle

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 29.563, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Extingue e cria Cargo que especifica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º. Fica extinto da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFA-14, de Assessor, da Diretoria-Geral Adjunta.

Art. 2º. Fica criado, sem aumento de despesa, na Agência de Fiscalização do Distrito Federal, 01 (um) Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Chefe de Assessoria, da Diretoria-Geral Adjunta.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 2008.
120º da República e 49º de Brasília
**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**

DECRETO Nº 29.564, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o afastamento do País e do Distrito Federal de Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º. O afastamento do País de Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para freqüentar missões especiais, cursos, estágios, seminários ou outros, dependerá de prévia e expressa autorização do Governador do Distrito Federal.

Parágrafo único. O processo de afastamento a que se refere o caput deste artigo será instruído na Corporação a que pertence o militar, e submetido à apreciação do Governador, por intermédio da Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Art. 2º. O afastamento de Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para outra Unidade da Federação, para freqüentar Cursos, Estágios, Seminários ou outros, será autorizado pelo Comandante-Geral da respectiva Corporação, observada a disponibilidade de recursos.

Art. 3º. O afastamento do País de Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em gozo de férias, licenças ou outras circunstâncias, que não sejam em ato de serviço, deverá ser informado ao Comandante-Geral da respectiva Corporação.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 29.109, de 03 de junho de 2008.

Brasília, 29 de setembro de 2008.
120º da República e 49º de Brasília
**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**

DECRETO Nº 29.565, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Autoriza o reconhecimento de dívida, em favor da empresa Vivo S.A., relativa à prestação de serviços de telefonia móvel, de que trata o Processo 054.000.331/2008.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:
Art. 1°. Nos termos do artigo 8º da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008, autorizo o reconhecimento de dívida pela Polícia Militar do Distrito Federal, para pagamento de serviços de telefonia móvel prestados pela Vivo S.A., referentes ao exercício de 2007, no valor de R$ 12.133,08 (doze mil, cento e trinta e três reais e oito centavos), conforme processo 054.000.331/2008.
Art. 2º. O Ordenador de Despesa da Polícia Militar do Distrito Federal deverá adotar as providências necessárias à imediata adequação da despesa às suas disponibilidades orçamentária e financeira, devendo proceder à sua liquidação com estrita observância da legislação e do contrato, cumprindo integralmente as recomendações da Corregedoria-Geral do Distrito Federal.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 2008.
120° da República e 49° de Brasília
**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**

DECRETO Nº 29.566, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Regulamenta a Lei n° 4.201, de 02 de setembro de 2008, que dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas e sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei n° 4.201, de 02 de setembro de 2008, que dispõe sobre o licenciamento de atividades econômicas e sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal.
Art. 2º O Alvará de Localização e Funcionamento é o documento que habilita os estabelecimentos comerciais, industriais e institucionais ou coletivos, a funcionar no Distrito Federal, e será expedido nos termos da Lei nº 4.201, 02 de setembro de 2008, deste Decreto e dos demais atos normativos.
Parágrafo único. O Alvará de que dispõe este artigo será exigido para todo estabelecimento, inclusive para aqueles que gozem de imunidade ou isenção tributária no Distrito Federal, bem como para os que explorem atividades não lucrativas, mesmo que de caráter assistencial ou por prazo determinado.
Art. 3º Para obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento, o interessado deverá preencher aos requisitos constantes da Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008, e deste Decreto, apresentar a documentação exigida, e atender às legislações específicas de cada órgão, conforme a atividade a ser desenvolvida.
§ 1º As informações necessárias para a emissão do Alvará de que trata o caput deste artigo, estarão à disposição dos interessados em meio eletrônico, em site oficial do Governo do Distrito Federal.
§ 2º Até que seja implantado o sistema que viabilizará o estabelecido no parágrafo anterior, as informações necessárias serão fornecidas pela Administração Regional onde se localizar o estabelecimento.
§ 3º O interessado fica obrigado a obter as licenças específicas junto à Secretaria de Saúde, de Educação, de Agricultura, de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, de Segurança Pública e demais órgãos e entidades afins, conforme o caso.
Art. 4º A concessão do Alvará de Localização e Funcionamento não impede que os órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal realizem vistorias para controle e emitam o respectivo Laudo.
§ 1º O Laudo de que trata o caput deste artigo conterá as exigências específicas de cada órgão fiscalizador para o funcionamento do estabelecimento.
§ 2º O interessado deverá, dentro do prazo fixado, cumprir as exigências formuladas, ficando sujeito a posterior vistoria para verificação do seu cumprimento e a conseqüente avaliação quanto à continuidade do funcionamento do estabelecimento.
§ 3º O Laudo da Vistoria de que trata este artigo poderá resultar na interdição temporária ou mesmo na revogação do alvará.
Art. 5º Será exigido novo Alvará de Localização e Funcionamento quando ocorrer:
I - alteração de endereço;
II - mudança ou extensão do ramo de atividade.
Art. 6º A averbação no Alvará de Localização e Funcionamento já concedido pela Administração Regional será exigida nos seguintes casos:
I - quando a mudança se referir à exclusão de atividade já licenciada;
II - quando houver mudança da razão ou denominação social da empresa.
Parágrafo único. No caso de atividades relacionadas a serviços de saúde, tais como drogarias, farmácias, clínicas, hospitais e laboratórios, entre outros, a averbação a que se refere este artigo fica condicionada à anuência prévia do órgão de vigilância sanitária.
Art. 7º Os parâmetros e condicionantes estabelecidos na Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008, e neste Decreto, não trarão prejuízos àqueles determinados nos Planos Diretores Locais quando da emissão do Alvará de Localização e Funcionamento.
Art. 8º O Alvará de Localização e Funcionamento ou sua cópia autenticada será afixada no estabelecimento, em local visível, sendo obrigatória sua apresentação à autoridade competente que o exigir.

CAPÍTULO II
DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 9º A consulta prévia, para fins de Alvará de Localização e Funcionamento, será requerida mediante preenchimento de modelo próprio, encaminhado por meio eletrônico, via on line, ou na respectiva Administração Regional, visando à obtenção de informações preliminares para implantação da atividade no local pretendido.
Art. 10. No resultado da consulta prévia será informada, pela Administração Regional, a legislação básica específica da atividade pretendida, especialmente as relacionadas com:
I - o uso e a atividade pretendida de acordo com a legislação específica;
II - tipo de alvará (inicial ou renovação);
III - numeração predial ou territorial oficial;
IV - regularidade da edificação, exceto para o caso de Alvará de Localização e Funcionamento de Transição;
V - ocupação de área pública;
VI - zoneamento do setor;
VII - risco da atividade;
VIII - situação do ponto;
IX - horário de funcionamento;
X - ramo de atividade;
XI - nada-consta expedido pelo órgão fiscalizador;
XII - normas sanitárias, de educação, de segurança do trabalho, de meio ambiente e de segurança pública, tais como Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Defesa Civil e Policia Civil, dentre outros; e
XIII - deferimento ou indeferimento do pedido.
Parágrafo único. O nada-consta de que trata o inciso XI, deste artigo não poderá fazer restrições nos casos em que o interessado apresentar multas registradas no sistema, para as micro-empresas e empresas de pequeno porte.
Art. 11. O requerente deverá consultar os órgãos e entidades competentes quando exercer as atividades consideradas de risco constantes do Anexo I ao presente Decreto.
Parágrafo único. No caso das atividades de que trata este artigo, a Administração Regional, sempre que necessário, poderá solicitar vistorias na etapa da consulta prévia.

**DIÁRIO OFICIAL**
**DO DISTRITO FEDERAL**

**Redação e Administração:**
**Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.**
**CEP: 70075-900, Brasília - DF**
**Telefones: (0XX61) 3961.4502 - 3961.4503**
**Editoração e impressão: POOL EDITORA LTDA**

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
**Governador**

PAULO OCTÁVIO ALVES PEREIRA
**Vice-Governador**

JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO
**Secretário de Governo**

HELTON DE FREITAS COSTA
**Subsecretário do Diário Oficial e Coordenação Técnica**

RICARDO PINTO VERANO
**Diretor de Comunicação Oficial**

CAPÍTULO III
DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Seção I
Atividade Econômica Eventual

Art. 12. Para o exercício de qualquer tipo de atividade econômica eventual será exigido o Alvará de Localização e Funcionamento, com vigência correspondente ao período ou dias especificados.
Parágrafo único. O Alvará de que trata o caput será expedido nas hipóteses de atividades esportivas, culturais, sociais, religiosas, dentre outras, realizadas por período de tempo e local determinados.
Art. 13. O Alvará de Localização e Funcionamento Eventual será requerido pelo interessado junto à Administração Regional correspondente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis anteriores à realização do evento, sob pena de indeferimento.
Art. 14. Para a expedição do Alvará de Localização e Funcionamento Eventual, o interessado deverá apresentar, à Administração Regional onde ocorrerá o evento, os seguintes documentos:
I- requerimento especificando qual a atividade pretendida, local, data e hora de realização do evento e capacidade de público estimada;
II- comprovante de pagamento das taxas devidas.
Parágrafo único. De acordo com a especificidade da atividade e do local pretendido, poderão ser exigidos:
a) licença para ocupação de área pública;
b) termo de compromisso para limpeza e recuperação da área pública;
c) autorização para ocupação de próprios do GDF;
d) autorização para ocupação de imóveis de particulares;
e) cópia dos ofícios protocolizados no Núcleo de Eventos da Subsecretaria de Operações Especiais - Secretaria de Segurança Pública e Vara da Infância e da Juventude, do Distrito Federal;
f) relação de expositores;
g) contrato com empresa responsável pela segurança interna do evento;
h) resultado da vistoria dos demais órgãos e entidades envolvidos;
i) cópia do Alvará de Localização e Funcionamento ou documento equivalente da promotora do evento, caso seja de outra localidade;
j) comprovação de existência de grupo gerador;
k) posto de atendimento médico, com profissionais habilitados e ambulância;
l) equipes de segurança; e
m) demais equipamentos que os órgãos e as entidades envolvidos entendam ser necessários para garantir a segurança dos participantes do evento.

Seção II
Alvará de Transição

Art. 15. O Alvará de Localização e Funcionamento de Transição será emitido nos seguintes casos:
I - estabelecimento em atividade devidamente comprovada, que possua ou tenha possuído, nos últimos 05 (cinco) anos, Alvará de Funcionamento Precário, expedido por ato da Administração Publica anterior à Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008, cuja atividade se encontra em desconformidade com o uso previsto em legislação urbanística;
II - edificação que possua Alvará de Construção sem Carta de Habite-se e que a atividade pretendida atenda a legislação de uso e ocupação do solo;
III - imóvel onde se pretenda desenvolver a atividade econômica inserido em área ou parcelamento passível de regularização;
IV - em parcelamentos considerados de interesse público.
V - nas hipóteses previstas no art. 33 da Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008.
§ 1º Para o licenciamento de que tratam os incisos I, III, IV e V, deste artigo, o interessado deverá apresentar laudo técnico, elaborado e registrado, por profissional habilitado no Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia - CREA/DF, atestando que a edificação encontra-se em condições de ser utilizada para a atividade a que se propõe.
§ 2º Dependendo da atividade a ser exercida, mesmo para as edificações que possuam alvará de construção ou carta de habite-se, poderá ser exigido o laudo de que trata o parágrafo anterior, a critério da Administração Regional.
§ 3º Para a expedição do Alvará de Localização e Funcionamento de Transição de que tratam os incisos III, IV e V, serão observadas as exigências em função dos parâmetros de incomodidade listados no Anexo IV, observado o detalhamento da Tabela CNAE 2.0, aprovada pela Resolução da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA nº 1/2006, 4/9/2006, publicada no Diário Oficial da União de 5/9/2006 e retificada pela Decisão CONCLA nº 2/2006, de 15/12/2006, publicada no Diário Oficial da União de 18/12/2006.
§ 4º É vedada a expedição de Alvará de Localização e Funcionamento de Transição a que se refere o inciso I, nas cidades que possuam Plano Diretor Local, nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008.
Art. 16. Para a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento de Transição de que tratam os incisos I, III, IV e V, do art. 15 deste Decreto serão exigidas a anuência dos vizinhos nas áreas indicadas nos Anexos V e VI, conforme o nível de incomodidade da atividade, sendo o mínimo de 60% (sessenta por cento) do número de vizinhos para a baixa incomodidade, 70% (setenta por cento) para a média e 80% (oitenta por cento) para a alta.
§ 1º A Administração Regional poderá ampliar as áreas para apresentação de anuências indicadas nos Anexos V e VI, ou excluí-las, para o caso em que os vizinhos confrontantes e defrontantes também exerçam atividade comercial, institucional ou industrial.
§ 2º No caso de habitação coletiva, deverá ser apresentada a anuência do condomínio, aprovada em ata específica.
§ 3º A anuência de que trata o caput deste artigo deverá ser registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou apresentada na Administração Regional cópia de documento de identificação válido em todo o territorial nacional, de cada um dos vizinhos.
§ 4º Quando da expedição do Alvará para os casos de que trata este artigo, será apresentada autorização para que o agente público possa adentrar no estabelecimento para exercer a fiscalização necessária à atividade econômica ali instalada.
§ 5º Para o caso do inciso II, do artigo 15, deste Decreto, não será exigida a anuência prevista no caput, salvo nas situações estabelecidas em Planos Diretores Locais.
§ 6º A exigência de anuência prevista no caput deste artigo e relativa ao baixo nível de incomodidade só se aplica na hipótese prevista no artigo 33, da Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008.
Art. 17. Em se constatando fraude no relatório de anuência, de que trata o artigo anterior, além da revogação do Alvará de Funcionamento, o interessado responderá civil e criminalmente.
Art. 18. A expedição de Alvará de Localização e Funcionamento de Transição, para estabelecimentos situados em áreas e parcelamentos passíveis de regularização ou considerados de interesse público, fica condicionada à declaração da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente quanto à possibilidade de regularização.
Parágrafo único. Para a solicitação de que trata este artigo, a Administração Regional deverá encaminhar ofício para manifestação da SEDUMA em relação à área ou parcelamento específico.

Seção III
Alvará Definitivo

Art. 19. O Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo será concedido quando forem atendidos todos os requisitos estabelecidos na Seção III, do Capítulo III, da Lei nº 4.201/2008.
Parágrafo único. O interessado deverá ainda observar o disposto neste Decreto no que diz respeito à documentação e demais exigências legais.
Art. 20. O Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo expedido por meio eletrônico, de forma instantânea, ocorrerá após a implantação de sistema, que garantirá o fiel cumprimento dos requisitos definidos em Lei.
§ 1º Para o caso de Alvará de que trata o caput, será dispensada a realização de consulta prévia.
§ 2º A emissão do Alvará de forma instantânea não isenta o interessado de cumprir as exigências referentes às vistorias dos órgãos e das entidades específicos.
§ 3º No prazo de 60 (sessenta) dias, conforme dispõe a Lei ora regulamentada, no caso do interessado não cumprir os condicionantes de que trata o parágrafo anterior, o Alvará será cassado.
§ 4º A cassação prevista no parágrafo anterior será efetivada automaticamente pela Administração Regional que emitiu o alvará eletrônico, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.
§ 5º Após a publicação a Administração Regional dará ciência ao órgão responsável pela fiscalização e demais órgãos e entidades envolvidos, para as providências cabíveis.
§ 6º Cassado o Alvará, o interessado deverá reiniciar o processo de licenciamento.
Art. 21. Sem prejuízo do cumprimento das demais exigências, a concessão do Alvará de Localização e Funcionamento de Parte será condicionada à apresentação do Alvará anterior do estabelecimento cedente.
§ 1º O Alvará de que trata o caput poderá ser de Transição ou Definitivo, dependendo da situação de funcionamento da atividade, regularidade da edificação e atividade a ser desenvolvida na parte do estabelecimento.
§ 2º A atividade a ser licenciada para a parte do estabelecimento deverá ser compatível com a atividade exercida pelo cedente.
§ 3º O estabelecimento licenciado como parte de outro, atenderá às exigências e parâmetros constantes do Código de Edificações do Distrito Federal, quanto à metragem quadrada dos ambientes ou compartimentos necessários à sua instalação.
§ 4º O total do espaço a ser ocupado pelas partes não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) da área privativa do cedente, e nem poderá caracterizar a alteração ou extensão de uso ou de atividade determinados na legislação urbanística para a unidade imobiliária.

Seção IV
Alvará em Mobiliário Urbano

Art. 22. O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido onde sejam desenvolvidas atividades econômicas, observadas as exigências da legislação específica.
Art. 23. Para a expedição do Alvará de Localização e Funcionamento em mobiliário urbano, o interessado deverá apresentar à Administração Regional os seguintes documentos:
I - consulta prévia deferida;
II - contrato assinado com o Governo do Distrito Federal em vigor;
III - comprovante de pagamento de taxas.
§ 1º A consulta prévia deverá ser solicitada anteriormente ao Alvará de Localização e Funcionamento de que trata este artigo.
§ 2º A liberação do Alvará dar-se-á após as vistorias necessárias, caso a atividade seja considerada de risco, conforme Anexo I deste Decreto.

CAPÍTULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO
Seção I
Alvarás de Transição e Definitivo

Art. 24. Para a expedição do Alvará de Localização e Funcionamento de Transição e Definitivo, o interessado deverá requerer, em formulário próprio, por meio eletrônico ou junto à Administração Regional, além dos documentos exigidos na Lei nº 4.201/2008, e neste Decreto, o seguinte:
I - Relatório de Vistoria aprovado pelos órgãos e pelas entidades competentes;
II - documento comprobatório de utilização regular do imóvel onde se situe o estabelecimento, constituído por registro de propriedade em cartório de registro de imóveis ou documento referen-

te a arrendamento, usufruto, comodato, promessa de compra e venda, contrato de locação ou sublocação, ou ainda declaração de ocupação fornecia por órgão público;
III - comprovante do exercício legal da atividade profissional e da inscrição prévia no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, em se tratando de profissional autônomo estabelecido;
IV - Declaração da pessoa física ou do representante da pessoa jurídica, em formulário próprio, fornecido pela Administração Regional, com assinatura reconhecida em cartório ou aposta na presença do servidor público competente, dando ciência do conhecimento das exigências discriminadas no resultado da consulta prévia;
V - Comprovante de pagamento da taxa devida;
VI - Laudo técnico assinado por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal - CREA / DF, atestando a segurança da edificação para os casos de edificações licenciadas, que ainda não obtiveram "carta de habite-se" e em edificações em áreas e parcelamentos passiveis de regularização ou considerados de interesse público;
VII - para o caso da expedição de Alvará de Localização e Funcionamento de parte, croqui indicativo da área a ser utilizada.
§ 1º O modelo de declaração de que trata o inciso I encontra-se no Anexo III deste Decreto.
§ 2º No caso de atividade relacionada com abate, industrialização e transporte de produtos de origem animal ou com produção e comercialização de sementes e mudas, listadas em ato normativo do órgão, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, deverá ser apresentado comprovante de protocolo ou registro na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
§ 3º No caso de Alvará de Localização e Funcionamento vinculado ao programa Pró-DF, deverá ser apresentada a anuência da respectiva Secretaria para a atividade solicitada na Consulta Prévia.
Art. 25. A Vistoria Prévia para emissão do Alvará de Localização e Funcionamento para as atividades listadas no Anexo I deste Decreto são obrigatórias.
Parágrafo único. Caso a vistoria de que trata o caput deste artigo esteja dentro do prazo de validade da consulta prévia por ocasião da data do protocolo do requerimento do Alvará de Funcionamento, fica dispensada nova vistoria.
Art. 26. A pedido do interessado, a Administração Regional poderá encaminhar os documentos previstos no artigo 24 aos órgãos e às entidades competentes, sem taxas adicionais.
Parágrafo único. O encaminhamento de que trata o caput deste artigo será encerrado após a implantação do sistema, quando todos os encaminhamentos de solicitações de vistorias ocorrerão por meio eletrônico.

CAPÍTULO V
DAS TAXAS

Art. 27. A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento-TFLIF, referente ao Alvará de Localização e Funcionamento, será calculada nos termos da Lei Complementar nº 336/2000 e sua regulamentação.
§ 1º O pagamento da Taxa a que se refere o caput deste artigo será efetuado por meio do Documento de Arrecadação - DAR, em agências bancárias credenciadas.
§ 2º O interessado deverá preencher declaração indicando a área efetivamente ocupada pelo estabelecimento, ou seja, a área privativa e pública se for o caso.
§ 3º Caso seja verificada a discordância entre a área declarada e a área efetivamente utilizada, o interessado estará sujeito às sanções previstas em lei.

CAPÍTULO VI
DOS PRAZOS DE VALIDADE

Art. 28. A consulta prévia deferida terá validade de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua expedição.
Art. 29. A validade do Alvará de Localização e Funcionamento Eventual corresponderá ao período e dias especificados, com o máximo de 60 (sessenta) dias.
§ 1º O Alvará de que trata o caput poderá ser renovado, excepcionalmente, por igual período.
§ 2º No caso de renovação de que trata o parágrafo anterior, será observado o interesse público, além da interferência na área lindeira e requerimento de outros interessados.
Art. 30. O Alvará de Localização e Funcionamento de Transição será concedido nos seguintes prazos de validade e condições, contados a partir da publicação deste Decreto:
I- Para os estabelecimentos que possuíam Alvará de Funcionamento Precário, emitido sob a vigência da Lei nº 1.171/96, e com atividades em desconformidade com o uso pretendido, o prazo será de um ano, podendo ser renovado, por igual período;
II- Para os estabelecimentos localizados em áreas rurais e áreas e parcelamentos passíveis de regularização e de interesse público, o prazo será de um ano, podendo ser renovado de ano em ano, até o registro cartorial da área do parcelamento;
III- Para edificações que não possuam "carta de habite-se", com atividade em conformidade com o uso pretendido, o prazo será de dois anos, podendo ser renovado a cada dois anos, por no máximo três vezes;
IV- Para os novos estabelecimentos localizados em áreas residenciais, nos termos do art. 33, da Lei nº 4.201/2008, o prazo será de um ano, podendo ser renovado uma única vez, por igual período.
Art. 31. O Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo será expedido por prazo indeterminado, quando atendidas as exigências da Lei ora regulamentada, deste Decreto e demais legislações específicas, ressalvadas as penalidades aplicáveis.
Parágrafo único. A validade de que trata o caput deste artigo não exime o estabelecimento das vistorias periódicas e das demais licenças exigidas em legislações específicas.
Art. 32. O Alvará de Localização e Funcionamento de Transição, de que trata o inciso III do art. 30 deste Decreto, passará a ter validade por tempo indeterminado após a obtenção da "carta de habite-se".
§ 1º O interessado deverá requerer a alteração da validade do Alvará de que trata o caput imediatamente após a obtenção da "carta de habite-se".
§ 2º Para a alteração de que trata o parágrafo anterior, deverão ser realizadas novas vistorias pelos órgãos e pelas entidades competentes.
§ 3º Caso o interessado obtenha a "carta de habite-se" dentro do primeiro ano de vigência do Alvará de Funcionamento, este poderá ser convertido em definitivo, automaticamente, bastando uma solicitação do interessado junto à Administração Regional.
Art. 33. O prazo de validade do Alvará de Localização e Funcionamento em mobiliário urbano será aquele definido no contrato assinado entre o responsável pela atividade econômica e o Distrito Federal.

CAPITULO VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 34. As infrações às disposições da Lei nº 4.201/2008, sujeitam os infratores às seguintes sanções, aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das de natureza administrativa, civil e criminal:
I - advertência;
II - multa;
III - interdição do estabelecimento;
IV - apreensão de mercadorias e equipamentos; e
V - revogação do Alvará de Localização e Funcionamento;
Art. 35. A advertência será aplicada pelo órgão ou entidade de fiscalização, por meio de documento de notificação, ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento, no qual constará o prazo para correção da infração, por descumprir o disposto na Lei nº 4.201/2008.
Parágrafo único. O prazo referido neste artigo será de, no máximo, 30 (trinta dias), podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado.
Art. 36. A multa será aplicada nos casos de:
I - descumprimento do disposto na Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008;
II - descumprimento dos termos de advertência no prazo estipulado;
III - desacato ao agente de fiscalização;
IV - descumprimento de interdição.
Parágrafo único. A multa originária será aplicada conforme graduação estabelecida no Anexo II.
Art. 37. As multas deverão ser aplicadas em dobro e de forma cumulativa, se ocorrer má-fé, dolo, reincidência ou infração continuada.
§ 1º Considera-se infração continuada a manutenção do fato ou da omissão, dentro do período de trinta dias da autuação originária, ou o cometimento de várias infrações, de mesma espécie, apuradas em uma única ação fiscal.
§ 2º Será considerado reincidente o infrator autuado mais de uma vez por qualquer infração, no período de doze meses, após o julgamento definitivo do auto de infração originário.
Art. 38. A interdição dar-se-á:
I - quando não forem cumpridas as determinações preceituadas na advertência, no prazo estabelecido;
II - sumariamente, nos casos de falta de condições de funcionamento não sanada e estabelecimento sem Alvará de Funcionamento, exercendo atividade considerada de risco conforme Anexo I.
§ 1º O estabelecimento apenas será desinterditado quando forem sanadas as causas que ensejarem a interdição, sendo que, nos casos em que houver necessidade de vistoria para aferir o cumprimento da exigência, esta será consignada em Termo de Vistoria expedido pelo Poder Público;
§ 2º Quando ocorrer a interdição de estabelecimento por parte de órgãos do complexo Administrativo do Distrito Federal, este comunicará aos demais órgãos e entidades envolvidos e à Polícia Militar, visando à garantia do exercício do poder de polícia administrativo, nos termos do inciso II, art. 120, da Lei Orgânica do Distrito Federal.
Art. 39. A apreensão de mercadorias ou equipamentos provenientes de instalação e funcionamento de estabelecimento ou atividade econômica irregular será efetuada pelo responsável pela fiscalização, que providenciará a respectiva remoção para depósito público ou para o local determinado pelo órgão competente.
§ 1° A devolução dos materiais e equipamentos apreendidos condiciona-se à comprovação de propriedade e ao pagamento das despesas de apreensão, constituídas pelos gastos efetivamente realizados com remoção, transporte e depósito.
§ 2° Os gastos efetivamente realizados com a remoção, transporte e depósito dos materiais e equipamentos apreendidos serão ressarcidos ao Poder Público, mediante pagamento de valor calculado com base em preços definidos em regulamento específico, independentemente da devolução do bem.
§ 3° O valor referente à permanência no depósito será definido em regulamento específico.
§ 4° O órgão competente fará publicar, no Diário Oficial do Distrito Federal, a relação dos materiais e equipamentos apreendidos, para ciência dos interessados.
§ 5° A solicitação para a devolução dos materiais e equipamentos apreendidos será feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação a que se refere o parágrafo anterior, sob pena de perda do bem.
§ 6° Os interessados poderão reclamar os materiais e equipamentos apreendidos antes da publicação de que trata o parágrafo 4°.
§ 7° Os materiais e equipamentos apreendidos e removidos para depósito, não reclamados no prazo estabelecido pelo parágrafo 5° deste artigo, serão declarados abandonados por ato do Poder Executivo, a ser publicado no Diário Oficial Distrito Federal.
§ 8° Do ato referido no parágrafo anterior, constará no mínimo a especificação do tipo e da quantidade dos materiais e equipamentos apreendidos.

§ 9° Os materiais e equipamentos apreendidos e não devolvidos nos termos desta Lei, serão incorporados ao patrimônio do Distrito Federal, doados ou alienados, a critério do Poder Executivo.
§ 10º A autoridade fiscal poderá, a seu critério, mediante a lavratura de termo próprio, nomear fiel depositário para a guarda das mercadorias apreendidas, o qual sujeitar-se-á ao disposto no art. 647, combinado com o art. 652, do Código Civil Brasileiro.
I - o deposito se procederá de forma a não onerar os cofres públicos;
II - em caso de apreensão de botijões de gás GLP cheios, os mesmos ficarão depositados nas empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo devidamente licenciadas, à disposição do órgão que realizou a apreensão, e, após os procedimentos insculpidos neste Decreto e mediante consulta aos órgãos competentes, a eles será dada a destinação própria, dentro das condições técnicas e de recursos disponíveis.
Art. 40. O proprietário arcará com o ônus decorrente do eventual perecimento natural, danificação ou perda de valor dos materiais e equipamentos apreendidos.
§ 1° Os materiais e equipamentos incorporados ao patrimônio do Distrito Federal, na forma da legislação em vigor, serão utilizados na própria unidade administrativa ou transferidos para outros órgãos e entidades da administração direta ou indireta, mediante ato do Poder Executivo.
§ 2° Os materiais e equipamentos incorporados ao patrimônio do Distrito Federal constarão de relatório mensal discriminado, o qual será publicado em ato próprio, até o quinto dia útil do mês subseqüente à data de sua incorporação.

CAPITULO VIII
DA REVOGAÇÃO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 41. A revogação do Alvará de Localização e Funcionamento poderá ser requerida por qualquer órgão da Administração Pública, a qualquer tempo, desde que fundamentada nos termos do artigo 26 da Lei nº 4.201/2008.
Parágrafo único. O ato de revogação de que trata o caput deste artigo será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Para expedição de Alvará de Localização e Funcionamento ou Alvará de Localização e Funcionamento de Transição, de que trata o art. 32, da Lei nº 4.201/2008, deverão ser observados os seguintes procedimentos simplificados:
I - para órgãos públicos, atividades de uso institucional e atividades educacionais instaladas em áreas residenciais, legalmente autorizadas pelo órgão competente, que possuam ou tenham possuído, por mais de 05 (cinco) anos, Alvará de Funcionamento Precário expedido por ato da Administração Pública com base em legislação anterior à Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008, cuja atividade se encontra em desconformidade com o uso previsto em legislação urbanística, será exigido anuência de setenta e cinco por cento, conforme Anexo V e VI, ficando, ainda, condicionado ao exame de conveniência e oportunidade por parte das Administrações Regionais.
II - para as atividades não listadas no Anexo IV, deverá ser obtida a concordância da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
III - para atendimento de programas de geração de emprego e renda, desde que declarado e justificado o interesse público, a Taxa de Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento poderá ser quitada em até 04 (quatro) parcelas;
IV - no caso do inciso I, do art. 32, da Lei 4.201/2008, não será exigida a apresentação de documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel, desde que a atividade esteja instalada há mais de 05 anos.
Art. 43. Fica mantida a proibição a expedição de Alvará de Localização e Funcionamento de Transição em lotes de habitação unifamiliar na Região Administrativa de Brasília, com exceção dos locais onde a norma de edificação, uso e gabarito permitir.
Art. 44. Os órgãos e entidades envolvidos no processo de obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento poderão disponibilizar junto às Administrações Regionais, efetivo técnico, visando a prestar informações aos interessados.
Art. 45. Nas hipóteses previstas no art. 33, da Lei nº 4.201/2008 deverão ter anuência da Administração Regional, observados os critérios a serem estabelecidos pelo órgão central de planejamento urbano do Distrito Federal.
Art. 46. Os atos fiscais iniciados na vigência da Lei nº 1.171, de 24 de julho de 1996, mantém sua eficácia e alcance pleno.
Art. 47. A Administração Regional manterá registro dos atos de concessão, revogação e cassação de Alvarás de Localização e Funcionamento em sua circunscrição, dando-lhes publicidade.
§ 1º Será encaminhado, mensalmente, aos órgãos e entidades envolvidos, pela Administração Regional, a listagem dos Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos, revogados e cassados;
§ 2º O encaminhamento de que trata o parágrafo anterior será realizado por meio de formulário próprio ou por meio digital.
§ 3º A Administração Regional fixará em quadro de aviso, por um período de 30 (trinta) dias, a listagem dos Alvarás expedidos, revogados e cassados.
Art. 48. Para cumprimento do disposto no inciso II, art. 26 da Lei nº 4.201, de 02 de setembro de 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda encaminhará, mensalmente às Administrações Regionais, a relação das firmas cuja inscrição tenha sido cancelada.
Art. 49. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 2008.
120° da República e 49° de Brasília
**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**

ANEXO I
ATIVIDADES DE RISCO PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DESTE DECRETO

1 - SECRETARIA DE SEGURANÇA - Atividades / Órgãos a Consultar:
1.1. Estabelecimentos industriais de produtos inflamáveis, corrosivos ou perigosos. SUSDEC/SSP e CBMDF;
1.2. Postos de combustíveis. Consultar: SUSDEC/SSP, CBMDF e DETRAN;
1.3. Postos de venda de gás liquefeito de petróleo - GLP. SUSDEC/SSP e CBMDF;
1.4. Postos de venda e depósitos de fogos de artifício e estabelecimentos de produtos explosivos. SUSDEC/SSP, PCDF e CBMDF;
1.5. Boates e similares. Consultar: PCDF, CBMDF e DETRAN;
1.6. Cinemas, teatros, auditórios, escolas, universidades, faculdades, cursos superiores, cursos preparatórios, com área construída superior a 200m². CBMDF e DETRAN;
1.7. Feira de exposições itinerantes, casas de jogos e depósitos, com área construída superior a 750m². CBMDF e DETRAN;
1.8. Agência de compra e venda de veículos, lojas de departamento, hospitais, clínicas, supermercados, hipermercados e mercados, com área construída superior a 1200m². CBMDF e DETRAN;
1.9. Hotéis, motéis, pensões e pousadas. CBMDF;
1.10. Asilos e creches. CBMDF;
1.11. Bares, lanchonetes, restaurantes e padarias, com área construída superior a 750m² ou que utilizem mais de 03 (três) botijões de 13 kg de GLP. CBMDF;
1.12. Bares, localizados dentro do perímetro escolar: PCDF e PMDF;
1.13. Lanchonetes, padarias e quiosques ou trailers, com venda de bebidas alcoólicas, localizados dentro do perímetro escolar. PCDF e PMDF;
1.14. Estabelecimento onde se pratica jogos eletrônicos, sinuca, bilhar ou similares, dentro do perímetro escolar. PCDF e PMDF;
1.15. Atividades circenses e parques de diversões. SUSDEC/SSP, SOSP/SSP, CBMDF e DETRAN;
1.16. Eventos artísticos, lúdicos, religiosos e desportivos realizados em feiras, quermesses, clubes, teatros, ginásios de esportes ou ao ar livre, com ou sem utilização de fogos de artifício ou artefato explosivo, com utilização de palcos acima de 1,50 m, arquibancadas, palanques, tendas e sistemas de som e elétrico, incluindo iluminação do local e geradores, em área publica ou privada. SSP, CBMDF, PMDF, PCDF e DETRAN;
1.17. Explosões, implosões e demolições. SUSDEC/SSP e PCDF.
2 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Atividades a Consultar:
2.1. Educação Infantil:
a) creches;
b) pré-escolas;
2.2. Ensino Fundamental - 1ª à 9ª série;
2.3. Ensino Médio - 1º ao 3º ano;
2.4. Educação Especial;
2.5. Educação Profissional - cursos técnicos;
2.6. Educação de jovens e adultos.
3 - SECRETARIA DE SAÚDE - Atividades a Consultar:
3.1. Indústrias de:
a) Alimentos em geral;
b) Bebidas em geral;
c) Correlatos;
d) Medicamentos;
e) Produtos químicos em geral;
f) Saneantes domisanitários (inseticidas, raticidas, germicidas e desinfetantes hospitalares).
3.2. Cozinha industrial;
3.3. Prestação de serviços:
a) Asilo e casa de repouso;
b) Central de esterilização;
c) Creche e pré-escola;
d) De diálise;
e) Farmácia de manipulação;
f) Hemoterápicos-hematológicos;
g) Hospitais;
h) Médicos com cirurgia;
i) Parque aquático em geral;
j) De radiação ionizante, radioterapia e/ou radiodiagnóstico.
4 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - Atividades a Consultar:
4.1. Área animal:
a) matadouros de bovinos, matadouros de suínos, abatedouros de aves e coelhos, matadouros de caprinos e ovinos e demais espécies devidamente aprovados para o abate, fábrica de conservas, fábrica de embutidos charqueadas, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e fábricas de produtos de origem animal não comestíveis;
b) usinas de processamento de leite, fábrica de laticínios, entrepostos, usinas de laticínios, postos de refrigeração e postos de coagulação;
c) entreposto de pescado e fábrica de conservas de pescados;
d) entreposto de ovos e fábricas de conservas de ovos;
e) apiários;
f) matadouros de abastecimento regionalizado e estâncias leiteiras;
g) mini-agroindustrias;

4.2. Área de Defesa e Vigilância Sanitária:
a) comercialização de animais vivos;
b) comercialização de sedativos e anestésicos de ação central para uso veterinário;
c) comercialização de defensivos agrícolas e pecuários.
5 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - Atividades a Consultar:
5.1. Curtume;
5.2. Pesque-pague;
5.3. Central dosadora de concreto;
5.4. Usina de asfalto;
5.5. Envasadora de gás;
5.6. Fábrica de cimento;
5.7. Posto de abastecimento de combustível;
5.8. Abatedouros (suínos, bovinos e aves);
5.9. Beneficiamento de pedras, mármores e granitos;
5.10. Indústria metalúrgica;
5.11. Indústria de papel e celusose;
5.12. Indústria de produtos alimentares e bebidas;
5.13. Agroindústria;
5.14. Atividades descritas pelo Anexo I, da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

ANEXO II
GRADUAÇÃO DAS MULTAS
(Conforme § 2º do art. 24 da Lei nº. 4.201/2008)

| GRUPOS DE REGIÕES ADMINISTRATIVAS | INFRAÇÕES LEVES E MEDIAS | | INFRAÇÕES GRAVES |
|---|---|---|---|
| | ATIVIDADES ECONÔMICAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE | ATIVIDADES ECONÔMICAS DE GRANDE PORTE | |
| A e B | 50% DO VALOR MÁXIMO definido no § 2º do art. 24 da Lei nº 4.201/2008 | 75% DO VALOR MÁXIMO definido no § 2º do art. 24 da Lei nº 4.201/2008 | VALOR MAXIMO definido no § 2º do art. 24 da Lei nº 4.201/2008 |
| C e D | VALOR MINIMO definido no § 2º do art. 24 da Lei nº 4.201/2008 | 50% DO VALOR MÁXIMO definido no § 2º do art. 24 da Lei nº 4.201/2008 | 75% DO VALOR MÁXIMO definido no § 2º do art. 24 da Lei nº 4.201/2008 |

| GRUPO A | GRUPO B |
|---|---|
| RAI – Brasília;<br>RAXVI – Lago Sul;<br>RAXVIII – Lago Norte;<br>RAXXII – Sudoeste/Octogonal. | RAIII – Taguatinga;<br>RAVIII – Núcleo Bandeirante;<br>RAX – Guará;<br>RAXI – Cruzeiro;<br>RAXX – Águas Claras;<br>RAXXIV – Park Way;<br>RAXXV – SCIA;<br>RAXXIX – SIA. |
| **GRUPO C** | **GRUPO D** |
| RAII – Gama;<br>RAV – Sobradinho;<br>RAVI – Planaltina;<br>RAIX – Ceilândia;<br>RAXIX – Candangolândia;<br>RAXXVI – Sobradinho 2; | RAIV – Brazlândia;<br>RA VII – Paranoá;<br>RAXII – Samambaia;<br>RA XIII – Santa Maria;<br>RA XIV – São Sebastião;<br>RA XV – Recanto das Emas;<br>RA XVII – Riacho Fundo;<br>RA XXI – Riacho Fundo 2;<br>RA XXIII – Varjão;<br>RAXXVII – Jardim Botânico;<br>RAXXVIII – Itapuã. |

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Razão Social : .....
Endereço : .....
.....Telefone: .....
Representante Legal : .....
RG : .....Org.Exp.:.....Data Expiração:.....

DECLARO:
1. Que conheço as exigências discriminadas na consulta prévia;
2. Que atesto o cumprimento da mesma;
3. Estar ciente que declaração diversa da realidade:
a. constitui crime de falsidade ideológica;
b. sujeita a sanção penal, civil e administrativa;
c. sujeita a multa e interdição do estabelecimento.

Brasília – DF, ...../...../.....

_____
Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE PONTO DESOCUPADO

Eu, .....(sócio ou titular)....., declaro sob as penas da Lei, para fins de obtenção de Alvará de Localização e Funcionamento, que recebi o imóvel sito.....(endereço do estabelecimento).....totalmente desocupado. Outrossim, declaro não existir qualquer vínculo de natureza comercial com a(s) firma(s) anteriormente ocupante(s) do imóvel acima referido.

Brasília, ...../...../.....

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO IV
TABELA DE NÍVEL DE INCOMODIDADE DAS ATIVIDADES PARA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TRANSIÇÃO PARA ÁREAS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO OU CONSIDERADAS DE INTERESSE PÚBLICO

| Código CNAE 2.0 | Denominação | Área ocupada pela atividade a ser desenvolvida (m²) | Nível de Incomodidade |
|---|---|---|---|
| Grupo 10.3 | Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 10.9 | Fabricação de outros produtos alimentícios | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 13.51-1 | Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 14.1 | Confecção de artigos do vestuário e acessórios | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 14.2 | Fabricação de artigos de malharia e tricotagem | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 18.1 | Atividades de impressão | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 18.2 | Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 18.3 | Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 32.1 | Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 3250-7 | Serviços de prótese dentária | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 43.2 | Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 43.3 | Obras de acabamento | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 46.15-0 | Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 46.16-8 | Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 46.17-6 | Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 46.18-4 | Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 4711-3/02 | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.12-1 | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns | Qualquer | MÉDIO |

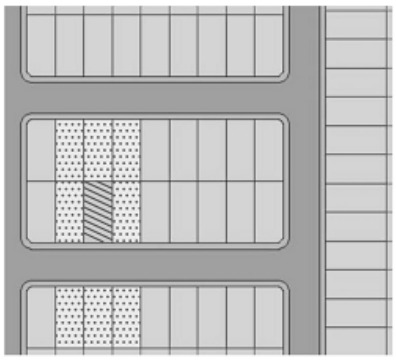
| | | | |
|---|---|---|---|
| Classe 47.13-0 | Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.21-1 | Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.22-9 | Comércio varejista de carnes e pescados – açougues e peixarias | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.23-7 | Comércio varejista de bebidas | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.24-5 | Comércio varejista de hortifrutigranjeiros | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.41-5 | Comércio varejista de tintas e materiais para pintura | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.42-3 | Comércio varejista de material elétrico | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.44-1 | Comércio varejista de vidros | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.44-0 | Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 47.5 | Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 47.6 | Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 47.7 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.81-4 | Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.82-2 | Comércio varejista de calçados e artigos de viagem | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.83-1 | Comércio varejista de jóias e relógios | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.84-9 | Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP) | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.85-7 | Comércio varejista de artigos usados | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 47.89-0 | Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 49.21-3 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 49.22-1 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual, internacional | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 49.23-0 | Transporte rodoviário de táxi | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 49.24-8 | Transporte escolar | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 49.29-9 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 52.5 | Atividades relacionadas à organização do transporte de carga | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 53.1 | Atividades de correio | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 53.2 | Atividades de malote e de entrega | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5611-2/01 | Restaurantes e similares | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5611-2/03 | Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5611-2/02 | Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5620-1/01 | Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5620-1/02 | Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5620-1/03 | Cantinas – serviços de alimentação privativos | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 5620-1/04 | Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 59.1 | Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 59.2 | Atividades de gravação de som e de edição de música | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 60.1 | Atividades de rádio | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 61.1 | Telecomunicações por fio | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 61.2 | Telecomunicações sem fio | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 61.4 | Operadoras de televisão por assinatura | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 61.9 | Outras atividades de telecomunicações | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 62.0 | Atividades dos serviços de tecnologia da informação | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 63.1 | Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 63.9 | Outras atividades de prestação de serviços de informação | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.2 | Intermediação monetária – depósitos à vista | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.3 | Intermediação não-monetária – outros investimentos de captação | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.4 | Arrendamento mercantil | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.5 | Sociedades de capitalização | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.6 | Atividades de sociedades de participação | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.7 | Fundos de investimento | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.9 | Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.4 | Arrendamento mercantil | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.5 | Sociedades de capitalização | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 64.6 | Atividades de sociedades de participação | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 65.1 | Seguros de vida e não-vida | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 65.4 | Previdência complementar | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 65.5 | Planos de saúde | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 66.1 | Atividades auxiliares dos serviços financeiros | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 66.2 | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 66.3 | Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 68.1 | Atividades imobiliárias de imóveis próprios | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 68.2 | Atividade imobiliária por contrato ou comissão | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 69.1 | Atividades jurídicas | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 69.2 | Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 70.1 | Sedes de empresas e unidades administrativas locais | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 70.2 | Atividades de consultoria em gestão empresarial | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 71.1 | Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 72.2 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 73.1 | Publicidade | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 73.2 | Pesquisa de mercado e de opinião pública | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 74.1 | Design e decoração de interiores | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 74.2 | Atividades fotográficas e similares | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Grupo 75.0 | Atividades veterinárias | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 77.22-5 | Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 77.23-3 | Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 77.29-2 | Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 78.1 | Seleção e agenciamento de mão-de-obra temporária | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 78.2 | Locação de mão-de-obra | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 78.3 | Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 79.1 | Agências de viagens e operadores turísticos | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 79.9 | Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 80.2 | Atividades de monitoramento de sistemas de segurança | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 80.3 | Atividades de investigação particular | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 81.1 | Serviços combinados para apoio a edifícios | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 81.2 | Atividades de limpeza | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 81.3 | Atividades paisagísticas | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 82.1 | Serviços de escritório e apoio administrativo | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 82.2 | Atividades de tele-atendimento | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8299-7/01 | Medição de consumo de energia elétrica, gás e água | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8299-7/02 | Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8299-7/03 | Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8299-7/05 | Serviços de levantamento de fundos sob contrato | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8299-7/06 | Casas lotéricas | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8299-7/07 | Salas de acesso à internet | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 84.1 | Administração do estado e da política econômica e social | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 84.2 | Serviços coletivos prestados pela administração pública | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 84.3 | Seguridade social obrigatória | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.11-2 | Educação infantil – creche | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.12-1 | Educação infantil – pré-escola | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.13-9 | Ensino fundamental | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.20-1 | Ensino médio | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.41-1 | Educação profissional de nível técnico | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.42-2 | Educação profissional de nível tecnológico | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 85.5 | Atividades de apoio à educação | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.91-1 | Ensino de esportes | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.92-9 | Ensino de arte e cultura | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.93-7 | Ensino de idiomas | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 85.99-6 | Atividades de ensino não especificadas anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8610-1/01 | Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgência | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 8610-1/02 | Atividades de atendimento hospitalar e unidades hospitalares para atendimento a urgência | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 86.2 | Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 86.3 | Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 86.4 | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 86.5 | Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e Odontólogos | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 86.6 | Atividades de apoio à gestão de saúde | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 86.9 | Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 87.1 | Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 87.2 | Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 87.3 | Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 88.0 | Serviços de assistência social sem alojamento | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 91.01-5 | Atividades de bibliotecas e arquivo | ≤ 150 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 91.02-3 | Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares | ≤ 150 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 93.11-5 | Gestão de instalações de esportes | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 93.13-1 | Atividades de condicionamento físico | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 93.19-1 | Atividades esportivas não especificadas anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 9329-8/03 | Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares | Qualquer | MÉDIO |
| Subclasse 9329-8/04 | Exploração de jogos eletrônicos recreativos | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 94.1 | Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 94.2 | Atividades de organizações sindicais | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 94.3 | Atividades de associações de defesa de direitos sociais | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 94.91-0 | Atividades de organizações religiosas | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 94.92-8 | Atividades de organizações políticas | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 94.93-6 | Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 94.99-5 | Atividades associativas não especificadas anteriormente | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 95.1 | Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação | Qualquer | MÉDIO |
| Grupo 95.2 | Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 96.01-7 | Lavanderias, tinturarias e toalheiros | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 96.02-5 | Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza | ≤ 50 | BAIXO |
| | | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 9603-3 | Atividades funerárias e serviços relacionados | Qualquer | MÉDIO |
| Classe 9609-2 | Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente | Qualquer | MÉDIO |

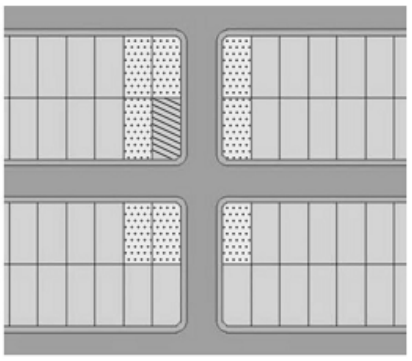
**ANEXO V**

CRITÉRIOS PARA CONSULTA À VIZINHANÇA NO CASO DE ATIVIDADES DE BAIXO NÍVEL DE INCOMODIDADE

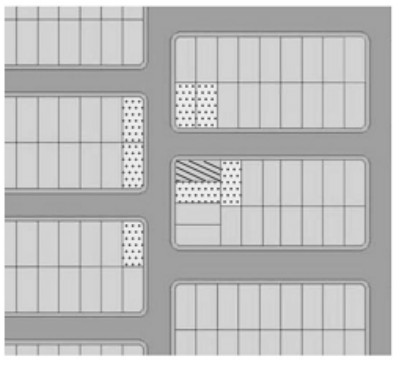
Situação 1



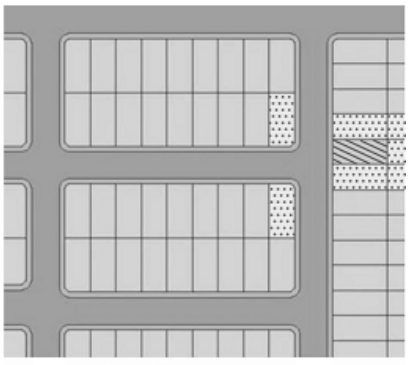
Situação 2



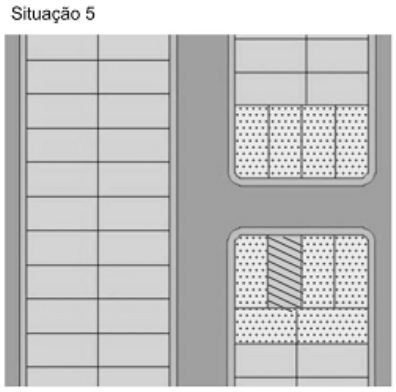
Situação 3



Situação 4



Situação 5



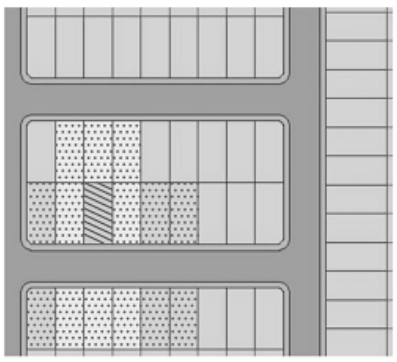
Lote objeto da consulta

Lotes cujos proprietários serão consultados

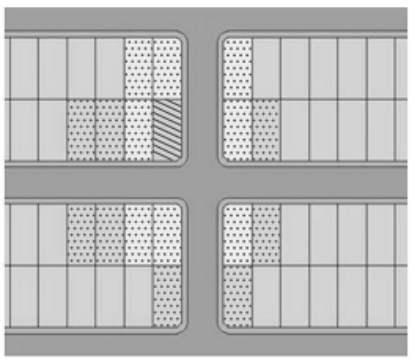
**ANEXO VI**

CRITÉRIOS PARA CONSULTA À VIZINHANÇA NO CASO DE ATIVIDADES DE MÉDIO E ALTO NÍVEL DE INCOMODIDADE E NOS CASOS DESCRITOS NO INCISO I DO ART. 15 DESTE DECRETO

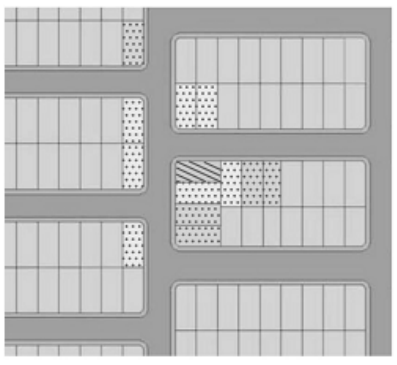
Situação 1



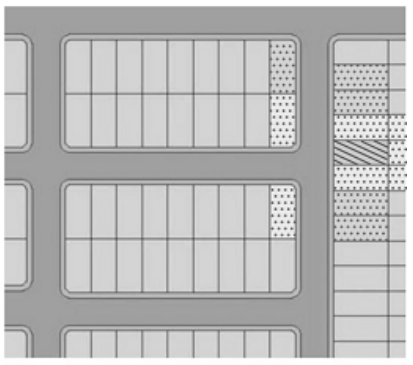
Situação 2



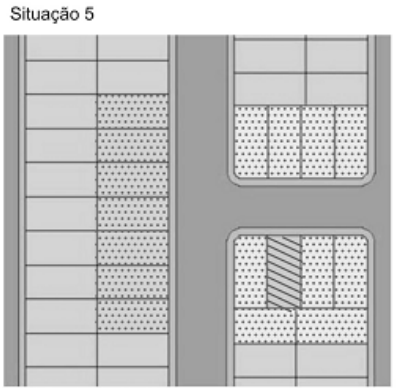
Situação 3



Situação 4



Situação 5



Lote objeto da consulta

Lotes cujos proprietários serão consultados

Lotes cujos proprietários serão consultados

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 26 de setembro de 2008.

Em atendimento aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) publique-se o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2008 da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas, na forma dos anexos I, II, III, IV e VII.

**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**

**DISTRITO FEDERAL - PODER EXECUTIVO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|
| | NO ANO<br>JANEIRO/08 A AGOSTO/08 | ÚLTIMOS 12 MESES<br>SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008 |
| **PODER EXECUTIVO** | | |
| **( A) DESPESA BRUTA DE PESSOAL DO EXECUTIVO** | **7.034.889.838,59** | **10.489.501.329,73** |
| Pessoal Ativo | 2.672.625.538,41 | 3.851.916.151,13 |

| | | |
|---|---|---|
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 523.179.614,22 | 786.688.495,57 |
| Outras Despesas de Pessoal Decor. de Contratos de Terceirização ( art. 18, § 1º da LRF) | 59.158.821,13 | 115.422.574,29 |
| Despesas com Pessoal Custeadas por Recursos do Fundo Constitucional do DF( FCDF ) * | 3.779.925.864,83 | 5.735.474.108,74 |
| **( B ) DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( art. 19, § 1º da LRF )** | **4.361.303.304,74** | **6.642.247.510,60** |
| Indenizações de PDV | - | - |
| Indenizações Por Exoneração e Demissão | - | 2.690,84 |
| Indenizações e Restituições Pessoais | 14.015.185,51 | 22.694.677,56 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.556.357,38 | 12.713.325,11 |
| Sentenças Judiciais | 52.826.816,38 | 99.121.033,20 |
| Despesas com Pessoal Custeadas por Recursos do Fundo Constitucional do DF( FCDF ) * | 3.779.925.864,83 | 5.735.474.108,74 |
| Inativos e pensionistas do Executivo custeadas com Recursos Vinculados = ( X + Y ) * | 510.979.080,64 | 772.241.675,15 |
| ( X ) Inativos e Pensionistas do Executivo Custeados com Recursos da Fonte 106 * | 463.886.222,94 | 687.090.852,32 |
| ( Y ) Inativos e Pensionistas do Executivo Custeados com Recursos da Fonte 133 * | 47.092.857,70 | 85.150.822,83 |
| **( I ) DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL = ( A-B )** | **2.673.586.533,85** | **3.847.253.819,13** |
| **( II ) OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL** | **7.544.918,87** | **11.176.912,23** |
| Jetons | 2.613.926,43 | 3.996.129,19 |
| Obrigações Patronais de Autônomos - Serviços de Terceiros de Pessoa Física | 4.930.992,44 | 7.180.783,04 |
| **( III ) TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP ( III ) = ( I + II )** | **2.681.131.452,72** | **3.858.430.731,36** |
| **( IV ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( RCL ) *** | **6.368.596.687,88** | **9.183.017.444,77** |
| **% do Total da Despesa Com Pessoal Para Fins de Apuração do Limite - TDP Sobre a RCL ( V ) = [ ( III /IV )*100 ]** | **42,10%** | **42,02%** |
| LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, art. 20 da LRF ) % | | 49,00% |
| LIMITE PRUDENCIAL ( § único, art. 22 da LRF ) % | | 46,55% |

FONTE: SIAC-SEF/DF e SIAFI-MF/UNIÃO
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

* De acordo com a Decisão Nº 3.968/2007 do Tribunal de Contas do DF

HELVIO FERREIRA
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FAZENDA

ROBERTO EDUARDO GIFFONI
CORREGEDOR GERAL

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO ( 3º QUADRIMESTRE 2007 ) EM 31/12/2007 | SALDO ( 1º QUADRIMESTRE 2008 ) EM 30/04/2008 | SALDO ( 2º QUADRIMESTRE 2008 ) EM 31/08/2008 |
|---|---|---|---|
| **I - DÍVIDA CONSOLIDADA ( A )** | **2.793.333.614,89** | **2.838.038.795,47** | **2.978.421.449,02** |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA | - | - | - |
| **OUTRAS CONTRATUAL :** | **1.689.731.704,34** | **1.685.779.634,23** | **1.732.397.003,16** |
| Dívida Interna | 1.482.631.981,33 | 1.493.988.333,47 | 1.552.083.445,36 |
| ( - ) Créditos a Receber Ref. a Cobertura FCVS/CEF | 65.153.695,62 | 65.153.695,62 | 85.374.091,03 |
| Dívida Externa | 272.253.418,63 | 256.944.996,38 | 265.687.648,83 |
| **PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05-05-2000 (inclusive) *** | **1.024.377.754,66** | **1.074.718.748,08** | **1.180.663.587,84** |
| **PARCELAMENTOS DE DÍVIDA:** | **79.224.155,89** | **77.540.413,16** | **65.360.858,02** |
| Contribuições Sociais ( INSS ) | 79.224.155,89 | 77.540.413,16 | 65.360.858,02 |
| **II - DEDUÇÕES :** | **1.241.884.168,51** | **1.861.394.047,31** | **2.059.549.747,28** |
| **ATIVO DISPONÍVEL** | **1.229.442.384,90** | **1.789.295.210,32** | **1.973.076.841,35** |
| Disponibildade de Caixa | 156.162.803,69 | 141.359.540,49 | 138.034.548,59 |
| Aplicações Financeiras | 1.047.776.628,22 | 1.643.298.400,83 | 1.821.574.579,91 |
| Demais Ativos Financeiros | 25.502.952,99 | 4.637.269,00 | 13.467.712,85 |
| **HAVERES FINANCEIROS** | **74.645.541,02** | **77.019.171,28** | **90.348.956,31** |
| **( - ) RESTOS A PAGAR PROCESSADO (saldo a pagar)** | **62.203.757,41** | **4.920.334,29** | **3.876.050,38** |
| **OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC :** | **1.951.457.998,66** | **1.991.732.693,81** | **2.021.281.100,16** |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05-05-2000 * | 1.951.457.998,66 | 1.991.732.693,81 | 2.021.281.100,16 |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( I - II ) ( B )** | **1.551.449.446,38** | **976.644.748,16** | **918.871.701,74** |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( C ) | janeiro/2007 a dezembro/2007 8.165.043.021,97 | maio/2007 a abril/2008 8.639.863.034,78 | setembro/2007 a agosto/2008 9.183.017.444,77 |
| **RELAÇÃO DC/RCL ( A/C )** | **34,21** | **32,85** | **32,43** |
| **RELAÇÃO DCL/RCL ( B/C)** | **19,00** | **11,30** | **10,01** |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 200,00 | 200,00 | 200,00 |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

* Os dados dos Precatórios do 3º Quad./2007 foram extraídos do **Sistema de Representação e Consulta Jurídica** em 17/01/2008 , os dados do 1º Quad/2008 em 16/05/2008 e os dados do 2º Quad/2008 em 16/09/2008.

HELVIO FERREIRA
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FAZENDA

ROBERTO EDUARDO GIFFONI
CORREGEDOR GERAL

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2008 A AGOSTO DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO | SALDO | |
|---|---|---|---|
| | Até o 3º Quadrimestre de 2007 | Até o 1º Quadrimestre de 2008 | Até o 2º Quadrimestre de 2008 |
| EXTERNAS (I) | - | - | - |
| Aval ou fiança em operações de crédito | - | - | |
| Outras garantias nos Termos da LRF | - | - | |
| INTERNAS (II) | - | - | - |
| Aval ou fiança em operações de crédito | - | - | - |
| Outras garantias nos Termos da LRF | - | - | - |
| **TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)** | - | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 8.165.043.021,97 | 8.639.863.034,78 | 9.183.017.444,77 |
| **% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL** | - | - | - |
| **LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - ( 22% da RCL )** | **1.796.309.464,83** | **1.900.769.867,65** | **2.020.263.837,85** |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO | SALDO | |
|---|---|---|---|
| | Até o 3º Quadrimestre de 2007 | Até o 1º Quadrimestre de 2008 | Até o 2º Quadrimestre de 2008 |
| EXTERNAS (V) | - | - | - |
| Aval ou fiança em operações de crédito | - | - | - |
| Outras garantias nos Termos da LRF | - | - | - |
| INTERNAS (VI) | - | - | - |
| Aval ou fiança em operações de crédito | - | - | - |
| Outras garantias nos Termos da LRF | - | - | - |
| **TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)** | - | - | - |

FONTE: Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF e Gerência da Dívida Pública / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**Nota : Não consta em qualquer ajuste firmado pelo Distrito Federal a concessão de garantias de que trata o art. 55, inciso I, alínea "c" da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.**

HELVIO FERREIRA
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FAZENDA

ROBERTO EDUARDO GIFFONI
CORREGEDOR GERAL

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2008 A AGOSTO DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | OPERAÇÕES REALIZADAS | |
|---|---|---|
| | CREDOR | ATÉ O 2º QUADRIMESTRE 2008 |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO ( I )** | | **69.088.146,66** |
| INTERNAS | | 43.860.785,62 |
| Operações de Crédito Internas para Programa de Saneamento | Caixa Econômica Federal - CEF | 43.860.785,62 |
| EXTERNAS | | 25.227.361,04 |
| Operações de Crédito Externas para Programa de Saneamento | Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID | 3.659.112,04 |
| Operações de Crédito Externas para Programa Brasília Sustentável | Banco Inter. p/ Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD | 21.568.249,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ( II )** | | - |
| **TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO III = ( I + II )** | | **69.088.146,66** |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL** | | **9.183.017.444,77** |
| **% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL** | | **0,75%** |
| | | |
| **% das Operações de Crédito Por Antecipação da Receita sobre a RCL** | | **0%** |
| | | |
| **Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas** | | **16%** |
| **Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Por Antecipação da Receita** | | **7%** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

HELVIO FERREIRA
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FAZENDA

ROBERTO EDUARDO GIFFONI
CORREGEDOR GERAL

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**VERSÃO SIMPLIFICADA DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**
**ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2008**

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL - Poder Executivo | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP | 3.858.430.731,36 | 42,02 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 4.499.678.547,94 | 49,00 |
| Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) | 4.274.694.620,54 | 46,55 |

| DÍVIDA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 918.871.701,74 | 10,01 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 18.366.034.889,54 | 200,00 |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 2.020.263.837,85 | 22,00 |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 69.088.146,66 | 0,75 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | - |
| Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas | 1.469.282.791,16 | 16,00 |
| Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita | 642.811.221,13 | 7,00 |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

HELVIO FERREIRA
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE
CRC-DF/6.659

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FAZENDA

ROBERTO EDUARDO GIFFONI
CORREGEDOR GERAL

JOSÉ ROBERTO ARRUDA
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

# CORREGEDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO CORREGEDOR-GERAL
Em 29 de setembro de 2008.
RATIFICO, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação para a contratação da FÁCIL BRASÍLIA TRANSPORTE INTEGRADO face a substituição do sistema de vales-transporte para servidores da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, no valor total estimado até dezembro de 2008 de R$ 49.513,20 (quarenta e nove mil, quinhentos e treze reais e vinte centavos), reconhecida pelo Chefe da Unidade de Administração Geral desta Corregedoria-Geral do Distrito Federal, com base no disposto no artigo 7º da Lei nº 3.163 /2003, no inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.666/ 1993, nos artigos 8º, 9º e 10 do Decreto nº 23.169/2002 e acatando o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa desta CGDF. Determino a publicação deste ato no DODF, para que adquira a necessária eficácia. Encaminhem-se os autos à Unidade de Administração-Geral desta Corregedoria-Geral, para providenciar as respectivas autorizações de empenho da despesa e de pagamento.
ROBERTO EDUARDO GIFFONI

# SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

## UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DESPACHO DO CHEFE
Em 29 de setembro de 2008.
Processo: 070.000.480/2007. Interessado: ESTRUTURA CENTER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Assunto: APLICAÇÃO DE MULTA PELO FORNECIMENTO DE MATERIAL COM ATRASO. Acolho o pronunciamento da Gerência Orçamentária e Finanças, contido no seu Despacho de fl. 71, e, com base no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, combinado com o artigo 7º da Lei nº 3.163, de 04 de julho de 2003, e o artigo 13 do Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações, aplico a penalidade de multa no valor de R$ 7,57 (sete reais e cinqüenta e sete centavos), à firma Estrutura Center Comércio de Materiais de Construção Ltda, por ter entregado os materiais constantes da Nota de Empenho nº 2007NE00555, com atraso de 17 (dezessete) dias, em relação ao prazo previsto na proposta de preços apresentada. Dê-se ciência à firma apenada. Restitua-se à Gerência de Orçamentária e Finanças, para as providências administrativas, na forma da legislação vigente.
ORLANDO PAULA MOREIRA FILHO

# SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DA DIRETORA-PRESIDENTE
Em 25 de setembro de 2008.
A Diretora da Unidade de Administração Geral desta Fundação, tendo em vista a documentação constante no processo 193.000.249/2008, e o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da FAPDF, acostado nos autos desse mesmo processo, reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, de acordo com o disposto no "Caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para execução do evento "7º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia: para compreender o momento atual e pensar o contexto futuro da arte computacional" em favor de MARIA LUIZA PINHEIRO GUIMARÃES FRAGOSO, no valor total de R$ 46.730,71 (quarenta e seis mil, setecentos e trinta reais e setenta e um centavos), a realizar-se no período de 01 a 11/10/2008, em Brasília - DF. Ato que RATIFIQUEI nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, autorizando o empenho da despesa, o respectivo pagamento, e determinei a sua publicação no DODF, para que adquirisse a necessária eficácia.

A Diretora da Unidade de Administração Geral desta Fundação, tendo em vista a documentação constante no processo 193.000.332/2008, e o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da FAPDF, acostado nos autos desse mesmo processo, reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, de acordo com o disposto no "Caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para execução do evento "III Encontro de Física do Instituto de Física da UnB" em favor de OYANARTE PORTILHO, no valor total de R$ 5.863,60 (cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), a realizar-se no período de 30/09 a 03/10/2008, em Brasília - DF. Ato que RATIFIQUEI nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, autorizando o empenho da despesa, o respectivo pagamento, e determinei a sua publicação no DODF, para que adquirisse a necessária eficácia.
MARIA AMÉLIA TELES

# SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

PORTARIA CONJUNTA Nº 07, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.
OS TITULARES DOS ÓRGÃOS CEDENTE E FAVORECIDO, no uso das atribuições regimentais, e ainda, de acordo com o Decreto nº 17.698, de 23 de setembro de 1996, resolvem:
Art. 1º - Descentralizar o crédito orçamentário na forma que especifica:
DE: UO 16.101 – Secretaria de Estado de Cultura;
UG 230.101 - Secretaria de Estado de Cultura.
PARA: UO 38.107 – Região Administrativa - Sobradinho;
UG 190.107 – Região Administrativa - Sobradinho.

| PLANO DE TRABALHO | NATUREZA DE DESPESA | FONTE | VALOR |
|---|---|---|---|
| 13.392.1300.5463.7910 | 33.90.30 | 100 | 60.000,00 |
| 13.392.1300.5463.7910 | 33.90.39 | 100 | 25.000,00 |

Objeto: Descentralização de crédito orçamentário para atender o projeto "Bumba meu Boi".
Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.
JOSÉ SILVESTRE GORGULHO — Titular da UO Cedente
EDUARDO AGUSTO LOPES — Titular da UO Favorecida

## FUNDO DA ARTE E DA CULTURA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 24 de setembro de 2008.
Processo: 150.000.157/2008. Interessado: INSTITUTO PAIDEIA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO. Assunto: inexigibilidade do Processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de INSTITUTO PAIDEIA DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO, no valor de R$ 24.920,00 (vinte e quatro mil, novecentos e vinte reais), especificada na Nota de Empenho nº 0122/ 2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "EDIÇÃO DIGITAL DO LIVRO HISTORIA DA TERRA E DO HOMEM NO PLANALTO CENTRAL", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.415/2008 . Interessado: GLÓRIA CRUZ. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de GLÓRIA CRUZ, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 0124/2008-FAC, ara fazer face às despesas com a realização do projeto "O REALEJO", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.562/2008. Interessado: REGINA MARIA VILLELA MOTA E SILVA. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de REGINA MARIA VILLELA MOTA E SILVA, no valor de R$ 5.080,00 (cinco mil e oitenta reais), especificada na Nota de Empenho nº 0125/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "REGINA MOTTA 50 ANOS EM ARTE", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.386/2008. Interessado: OTÁVIO CHAMORRO MENDOZA. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de OTÁVIO CHAMORRO MENDOZA, no valor de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 0127/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "DO ANDAR DE BAIXO", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.536/2008. Interessado: MARCO POLO HAICKEL DE OLIVEIRA JUNIOR. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MARCO POLO HAICKEL DE OLIVEIRA JUNIOR, no valor de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 0128/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "FOLHETINS LITERÁRIOS", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.712/2008. Interessado: ANDERSON BRAGA HORTA. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ANDERSON BRAGA HORTA, no valor de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 0129/ 2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "PULSO INSTANTANEO", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.802/2008. Interessado: JANY ANTONIO JARDIM. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de JANY ANTONIO JARDIM, no valor de R$ 9.350,11 (nove mil, trezentos e cinqüenta reais e onze centavos), especificada na Nota de Empenho nº 0130/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "OFICINA DE TEATRO MUSICAL", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.662/2008. Interessado: JOZILDO DIAS PAREDES. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de JOZILDO DIAS PAREDES, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 0131/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "UM QUANDO EM PINTURA", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.406/2008. Interessado: JANSON DAMASCENO DA COSTA E SILVA. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de JANSON DAMASCENO DA COSTA E SILVA, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 0132/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "ATELIÊ COREOGRAFICO 2008", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.295/2008. Interessado: MARIA VILARINHO CARDOSO. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MARIA VILARINHO CARDOSO, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 0133/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "BHARAKA", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.134/2008. Interessado: RAFAEL ALVES DE ASSIS. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de RAFAEL ALVES DE ASSIS, no valor de R$ 7.948,00 (sete mil, novecentos e quarenta e oito reais), especificada na Nota de Empenho nº 0134/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "FUNDAMENTOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIURAS", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.324/2008. Interessado: MARIA BEATRIZ DE MEDEIROS. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MARIA BEATRIZ DE MEDEIROS, no valor de R$ 17.478,00 (dezessete mil, quatrocentos e setenta e oito reais), especificada na Nota de Empenho nº 0133/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "CORPOS INFORMÁTICOS", apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

Processo: 150.000.510/2008. Interessado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL CLAUDIO SANTORO. Assunto: inexigibilidade do processo licitatório. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ASSOCIAÇÃO CULTURAL CLAUDIO SANTORO, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), especificada na Nota de Empenho nº 0137/2008-FAC, para fazer face às despesas com a realização do projeto "XVIII SEMINARIO INTERNACIONAL DE DANÇA, apoiado pelo Fundo da Arte e da Cultura - FAC". A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no Processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se o presente Processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos.

JOSÉ SILVESTRE GORGULHO

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

### COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SESSÃO: 1689ª–REALIZADA EM: 29/09/2008.

Processo: 111.002.897/2007- Interessado: NUDEN/TERRACAP – Relator–Conselheiro: AMARO CARLOS DA ROCHA SENNA – Decisão nº 030. O Conselho, acolhendo o voto verbal do relator, resolve: a) rerratificar a sua Decisão nº 29/2008, subalíneas "a.3" e "a.4", que passam a viger com a seguinte redação: "a.3) aprovou a proposta apresentada pela INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO por ser a mais vantajosa para a Companhia"; "a.4) autorizou a contratação com dispensa de licitação da INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO para cumprimento das obrigações trabalhistas relativas á implantação do Programa Jovem Aprendiz, tomando como base o artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/93"; b) encaminhar à ASCOM/PRESI para publicação desta Decisão; c) manter inalterados os demais termos da citada Decisão.

Processo: 111.000.389/2008- Interessado: CODIN/TERRACAP – Relator – Conselheiro: AMARO CARLOS DA ROCHA SENNA– Decisão nº 31. O Conselho, acolhendo o voto do relator, resolve: a) ratificar a Decisão nº 1104, de 26/09/2008 que: a.1) autorizou a contratação emergencial, com dispensa de licitação, em caráter excepcional da Empresa LINKNET TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para locação de equipamentos, manutenção e sofwares para a Terracap, conforme Projeto Básico, às fls. 1045/1069, no valor mensal estimado de R$ 76.616,00 (setenta e seis mil, seiscentos e dezesseis reais), nos termos da proposta de preços, às fls. 1152/1153, pelo prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se ultime a licitação para a contratação de empresa que preste os referidos serviços, nos termos da Ata da CPL, de 16/09/2008, às fls. 1096, bem como Despacho nº 146/2008-CODIN, de 18/09/2008, fls. 1151, com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/1993; a.2) autorizou a realização da despesa e emissão da Nota de Empenho por Estimativa no valor de R$ 459.696,00 (quatrocentos e cinqüenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais), cuja despesa ocorrerá à conta do Programa de Trabalho 23.126.0100.1471.0007 – Modernização do Sistema de Informática, Elemento de Despesa 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, a favor da Empresa LINKNET TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA; b) determinar à DIRAF que junte ao presente as exigências do TCDF tratada no Processo de Licitação nº 111.000.277/2007, as quais ocasionou a presente contratação emergencial.

ANTÔNIO R. GOMES SILVA FILHO
Presidente

## FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso da atribuição lhe conferida pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Ratificar "Ad referendum" do Conselho Deliberativo, o ato de realização de despesa com Dispensa de Licitação em favor da Empresa ICB (Processo 196.000.216/2008), com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e artigo 23 do Estatuto da FJZB.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

## INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 24 de setembro de 2008.

Processo: 391.000.630/2008. Interessado: UAG/IBRAM. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO. Em cumprimento ao disposto no artigo 24, inciso VIII e XIII, combinado com o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, reconheço a Dispensa de Licitação, conforme Despacho da Procuradoria Jurídica – IBRAM, às fls. 27 e 28, em favor da FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO-FUNAP, para atender despesas relativas à contratação de trabalhadores sentenciados para prestação de serviços neste Instituto, Nota de Empenho nº 2008NE00380, modalidade estimativo, no valor inicial de R$ 30.540,00 (trinta mil, quinhentos e quarenta reais) e determino a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a necessária eficácia, conta do Programa de Trabalho 18.421.1501.2426.0015 – Manutenção do Programa Reintegra do IBRAM – Natureza da Despesa: 31.91.39 – Fonte 100, conforme justificativas constantes no processo acima citado.

GUSTAVO SOUTO MAIOR SALGADO

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO N° 92, DE 05 DE SETEMBRO DE 2008(*)

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1°, incisos II e III, Portaria n° 216, de 22 de junho de 2007, da Secretaria de Estado de Educação, página 87, resolve:

Art. 1º - Determinar o Arquivamento do processo 080.004.158/2005, somente no que se refere ao Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

_____

(*) Republicado por incorreção, conforme publicado no DODF nº 178, de 08 de setembro de 2008, página 09.

ORDEM DE SERVIÇO N° 112, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1°, incisos II e III, Portaria n° 216, de 22 de junho de 2007, da Secretaria de Estado de Educação, resolve:

Art. 1º - Determinar o Arquivamento do Processo 080.002.949/2002, conforme apurado nos autos.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO N° 113, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1°, incisos II e III, Portaria n° 216, de 22 de junho de 2007, da Secretaria de Estado de Educação, resolve:

Art. 1º - Determinar a Extinção e o Arquivamento do processo 080.014.880/2004, conforme apurado nos autos.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 114, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Portaria nº 216, de 22 de junho de 2007, e

consoante ao disposto no artigo 1º, inciso VI do Decreto nº 23.212, de 06 de setembro de 2002, resolve:
Art. 1º - Anular parcialmente o processo administrativo disciplinar 080.001.045/2007, de acordo com o Parecer nº 353/2008 PROPES/2008, preservando o ato inaugural, convalidando os atos processuais e as demais diligências.
Art. 2º - Dissolver a Comissão de Inquérito instituída conforme Portaria nº 306, de 21 de agosto de 2007, publicada no DODF nº 162, de 22 de agosto de 2007.
Art. 3º - Tornar Sem Efeito a Ordem de Serviço 19 de janeiro de 2008, publicada no DODF nº 04, de 07 de janeiro de 2008.
Art. 4º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO N° 115, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.
A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1°, incisos II e III, Portaria n° 216, de 22 de junho de 2007, da Secretaria de Estado de Educação, resolve:
Art. 1°- Caracterizar o acidente em serviço e doença profissional, apurados por meio do processo 080.010.222/2006.
Art. 2° - Arquivar o processo 080.010.222/2006.
Art. 3º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

## DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 17, DE 05 DE SETEMBRO DE 2008.
A DIRETORA DA REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 216, de 22 de junho de 2007, resolve:
Art. 1º - Prorrogar, conforme o artigo 145, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, por 30 (trinta) dias, a contar de 05 de setembro de 2008, o prazo para a conclusão do Processo Sindicante 080.040.171/2008.
Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
MARILENE GOMES SANTANA

# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

PORTARIA CONJUNTA Nº 09, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.
OS SECRETÁRIOS DE FAZENDA E DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o Decreto nº 17.256, de 28 de março de 1996, resolvem:
Art. 1º - Dar publicidade à execução orçamentária da educação e de seus programas suplementares, realizada e registrada no SIAC pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, relativa ao quarto bimestre de 2008, nos termos do Anexo I a esta Portaria.
Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.
VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA — Secretário de Fazenda
JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE — Secretário de Educação

**DISTRITO FEDERAL**

**ANEXO I**

**Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação - 4º Bimestre de 2008**
**conforme Decreto nº 17.256 de 28/03/96 e Art. 241 § 2º da LODF**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDEF**

**Unidades Orçamentárias : 18101 e 18903**

| Programa de Trabalho | Natureza da Despesa | | Fonte | Até o 4º Bimestre 2008 |
|---|---|---|---|---|
| 09272000190040016 | 319009 | SALÁRIO-FAMÍLIA | 100 | 533,58 |
| | 319092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 106 | 3.995,63 |
| **09272000190040016 Total** | | | | **4.529,21** |
| 12122010085020036 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 7.021.442,56 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 117.430.285,08 |
| | | | 101 | 17.184.260,10 |
| | | | 102 | 19.076.574,91 |
| | | | 105 | 317.450,68 |
| | | | 109 | 128.847,00 |
| | 319013 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 100 | 3.861.987,12 |
| | 319016 | OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL | 100 | 1.599.309,81 |
| | 319092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 100 | 35.784,66 |
| | 319096 | RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO | 100 | 919.399,32 |
| **12122010085020036 Total** | | | | **167.575.341,24** |
| 12122010085170036 | 339014 | DIÁRIAS - CIVIL | 100 | 4.653,98 |
| | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 574.767,18 |
| | 339033 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 100 | 19.414,92 |
| | 339036 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 100 | 53.392,50 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 2.005.488,47 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 100 | 960,00 |
| **12122010085170036 Total** | | | | **2.658.677,05** |
| 12122010085170037 | 339036 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 100 | 108.775,72 |
| | 339047 | OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 100 | 20.204,19 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 100 | 359,98 |
| **12122010085170037 Total** | | | | **129.339,89** |
| 12122075085046980 | 339008 | OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | 100 | 482.442,09 |
| | 339046 | AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | 100 | 594,00 |
| | 339092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 100 | 7.311,56 |
| **12122075085046980 Total** | | | | **490.347,65** |
| 12122210023870001 | 335043 | SUBVENÇÕES SOCIAIS | 100 | 19.234.787,64 |
| | 445042 | AUXÍLIOS | 100 | 13.543,66 |
| **12122210023870001 Total** | | | | **19.248.331,30** |
| 12126007138580001 | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 6.869.741,85 |
| | | | 103 | 4.022.648,46 |
| **12126007138580001 Total** | | | | **10.892.390,31** |
| 12128075026556179 | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 7.950,00 |
| **12128075026556179 Total** | | | | **7.950,00** |
| 12361010085020015 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 7.997.664,97 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 572.602.969,03 |
| | | | 101 | 34.339.396,12 |
| | | | 102 | 8.600.604,22 |
| | | | 105 | 82.549,32 |
| | | | 109 | 284.463,28 |
| **12361010085020015 Total** | | | | **623.907.646,94** |
| 12361010085026977 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 529.246,00 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 62.432.432,00 |
| | | | 101 | 8.357.042,00 |
| | 319092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 100 | 813.672,46 |
| **12361010085026977 Total** | | | | **72.132.392,46** |
| 12361013821600001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 125 | 31.680,00 |
| **12361013821600001 Total** | | | | **31.680,00** |
| 12361013828460002 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 8.140.000,00 |
| **12361013828460002 Total** | | | | **8.140.000,00** |
| 12361013829640001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 13.715.036,25 |
| | | | 140 | 5.065.282,12 |
| | | | 340 | 142.657,20 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 331.011,15 |
| **12361013829640001 Total** | | | | **19.253.986,72** |
| 12361013836320001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 5.924,00 |
| **12361013836320001 Total** | | | | **5.924,00** |
| 12361013849760001 | 339033 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 100 | 13.004.810,95 |
| **12361013849760001 Total** | | | | **13.004.810,95** |
| 12361013849760002 | 339033 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 103 | 5.825.864,44 |
| **12361013849760002 Total** | | | | **5.825.864,44** |
| 12361014223890001 | 335039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 1.183.415,81 |
| | | | 103 | 352.852,00 |
| | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 103 | 8.463.686,08 |
| | | | 303 | 996.008,23 |
| | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 103 | 9.163.492,29 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 712.308,04 |
| | | | 103 | 6.592.535,97 |
| | | | 303 | 9.604.236,14 |
| | 339093 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 100 | 1.915.161,42 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 103 | 8.786.746,87 |
| **12361014223890001 Total** | | | | **47.770.442,85** |
| 12361014223890002 | 335039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 2.125.000,00 |
| | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 12.101.593,63 |
| | | | 301 | 95.138,56 |
| | | | 302 | 2.819.290,78 |
| | | | 309 | 124.868,83 |
| | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 100 | 11.082.202,04 |
| | | | 301 | 187.220,79 |
| | | | 305 | 38.070,15 |
| | | | 309 | 111.830,72 |
| | | | 322 | 738.829,66 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 15.930.545,49 |
| | 339092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 301 | 1.916.158,31 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 100 | 1.980.000,00 |
| **12361014223890002 Total** | | | | **49.250.748,96** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 12361014223890003 | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 100 | 498.516,63 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 1.569.441,96 |
| **12361014223890003 Total** | | | | **2.067.958,59** |
| 12361016432760012 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 1.018.916,07 |
| **12361016432760012 Total** | | | | **1.018.916,07** |
| 12361016432760031 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 426.183,39 |
| **12361016432760031 Total** | | | | **426.183,39** |
| 12361016432761292 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 73.381,44 |
| **12361016432761292 Total** | | | | **73.381,44** |
| 12361016432761328 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 127.583,54 |
| **12361016432761328 Total** | | | | **127.583,54** |
| 12361016432763669 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 296.073,46 |
| **12361016432763669 Total** | | | | **296.073,46** |
| 12361016432763677 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 58.881,08 |
| **12361016432763677 Total** | | | | **58.881,08** |
| 12361016432763685 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 59.795,79 |
| **12361016432763685 Total** | | | | **59.795,79** |
| 12361016432763687 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 75.108,57 |
| **12361016432763687 Total** | | | | **75.108,57** |
| 12361016459240001 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 570.598,02 |
| | | | 103 | 273.942,85 |
| **12361016459240001 Total** | | | | **844.540,87** |
| 12361016459240009 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 743.731,83 |
| **12361016459240009 Total** | | | | **743.731,83** |
| 12361016459241185 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 616.058,00 |
| | | | 103 | 973.821,93 |
| **12361016459241185 Total** | | | | **1.589.879,93** |
| 12362010085020038 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 1.385.212,78 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 47.635.540,00 |
| | 319013 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 100 | 2.096.800,36 |
| | 319092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 100 | 224.079,87 |
| **12362010085020038 Total** | | | | **51.341.633,01** |
| 12362010085026978 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 2.734.594,85 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 36.253.620,76 |
| **12362010085026978 Total** | | | | **38.988.215,61** |
| 12362014223900001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 90.461,81 |
| | | | 103 | 933.199,53 |
| | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 100 | 360.000,00 |
| | | | 103 | 1.333.468,42 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 103.927,68 |
| | | | 103 | 330.790,35 |
| | 339093 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 100 | 56.606,80 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 103 | 825.459,50 |
| **12362014223900001 Total** | | | | **4.033.914,09** |
| 12362014223903115 | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 100 | 2.015.729,76 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 1.761.576,22 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 100 | 996.000,00 |
| **12362014223903115 Total** | | | | **4.773.305,98** |
| 12362016418883678 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 81.506,84 |
| **12362016418883678 Total** | | | | **81.506,84** |
| 12362016418883681 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 107 | 84.452,75 |
| **12362016418883681 Total** | | | | **84.452,75** |
| 12362016418887274 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 97.696,92 |
| **12362016418887274 Total** | | | | **97.696,92** |
| 12362016432720001 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 466.684,72 |
| **12362016432720001 Total** | | | | **466.684,72** |
| 12362016432720002 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 103 | 267.297,69 |
| **12362016432720002 Total** | | | | **267.297,69** |
| 12363010085020039 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 413.419,65 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 2.752.451,61 |
| | 319013 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 100 | 122.156,42 |
| | 319092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 100 | 7.395,49 |
| **12363010085020039 Total** | | | | **3.295.423,17** |
| 12363010085026979 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 85.802,07 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 325.933,46 |
| | 319013 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 100 | 1.288.120,53 |
| **12363010085026979 Total** | | | | **1.699.856,06** |
| 12363013820150001 | 339018 | AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | 100 | 78.130,00 |
| **12363013820150001 Total** | | | | **78.130,00** |
| 12363013829640002 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 41.034,80 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 30.286,00 |
| **12363013829640002 Total** | | | | **71.320,80** |
| 12363014223910001 | 335039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 902.211,33 |
| | 339014 | DIÁRIAS - CIVIL | 100 | 584,10 |
| | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 282.550,69 |
| | | | 103 | 167.039,08 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 326.031,15 |
| | 339093 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 321 | 1.216,83 |
| | | | 332 | 193.055,73 |
| | 449093 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 121 | 44.990,41 |
| | | | 321 | 757.160,63 |
| | | | 332 | 529.252,58 |
| **12363014223910001 Total** | | | | **3.204.092,53** |
| 12363016470250001 | 449093 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 332 | 138.221,22 |
| **12363016470250001 Total** | | | | **138.221,22** |
| 12365010085020040 | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 43.601.340,00 |
| **12365010085020040 Total** | | | | **43.601.340,00** |
| 12365010085026980 | 319004 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 100 | 1.527.830,32 |
| | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 27.926.632,74 |
| **12365010085026980 Total** | | | | **29.454.463,06** |
| 12365013829640003 | 319092 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 100 | 119.759,26 |
| | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 137.680,05 |
| | | | 145 | 64.238,14 |
| | | | 345 | 10.025,40 |
| **12365013829640003 Total** | | | | **331.702,85** |
| 12365014223880001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 60.059,81 |
| | | | 103 | 165.519,00 |
| | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 103 | 2.193.266,66 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 46.540,54 |
| | | | 103 | 110.904,21 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 103 | 936.390,82 |
| **12365014223880001 Total** | | | | **3.512.681,04** |
| 12365014223880002 | 335039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 375.000,00 |
| | 339037 | LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 100 | 1.841.600,00 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 4.215.341,93 |
| **12365014223880002 Total** | | | | **6.431.941,93** |
| 12365016432710731 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 103 | 317.201,88 |
| **12365016432710731 Total** | | | | **317.201,88** |
| 12366014223920003 | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 4.464,22 |
| **12366014223920003 Total** | | | | **4.464,22** |
| 12366125035310001 | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 762.642,18 |
| **12366125035310001 Total** | | | | **762.642,18** |
| 12367010085026981 | 319011 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 100 | 2.423.201,00 |
| **12367010085026981 Total** | | | | **2.423.201,00** |
| 12367014037730001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 100 | 454,06 |
| **12367014037730001 Total** | | | | **454,06** |
| 12367014223930001 | 339030 | MATERIAL DE CONSUMO | 103 | 112,00 |
| | | | 332 | 425,20 |
| | 339039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 229.405,27 |
| | | | 103 | 144.000,00 |
| | 449052 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 103 | 90.021,00 |
| **12367014223930001 Total** | | | | **463.963,47** |
| 12367016432730001 | 449051 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 100 | 111.182,36 |
| **12367016432730001 Total** | | | | **111.182,36** |
| 12421150124260018 | 339139 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 174.500,00 |
| **12421150124260018 Total** | | | | **174.500,00** |
| 13392130020077516 | 335039 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 100 | 500.000,00 |
| **13392130020077516 Total** | | | | **500.000,00** |
| 28846000190500085 | 339093 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 100 | 29.452,60 |
| **28846000190500085 Total** | | | | **29.452,60** |

| | |
|---|---|
| **Total Global** | **1.244.453.380,57** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

PORTARIA Nº 417, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nos artigos 140, 153 e 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal e o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Dar publicidade à execução orçamentária do Governo do Distrito Federal relativa ao mês de agosto de 2008, realizada e registrada no SIAC pelos órgãos e unidades orçamentárias do Distrito Federal, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO P/ O EXERCÍCIO ( A ) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO ( A-C ) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | NO BIMESTRE ( B ) | % (B/A) | ATÉ O BIMESTRE (C) | % (C/A) | |
| **RECEITAS CORRENTES ( I )** | **9.161.064.522,00** | **9.366.458.110,00** | **1.683.268.001,97** | **17,97** | **6.697.698.520,43** | **71,51** | **2.668.759.589,57** |
| **RECEITAS TRIBUTÁRIAS** | **6.653.006.356,00** | **6.653.006.356,00** | **1.177.556.526,69** | **17,70** | **4.780.170.721,55** | **71,85** | **1.872.835.634,45** |
| Impostos | 6.542.812.409,00 | 6.542.812.409,00 | 1.158.599.193,83 | 17,71 | 4.684.069.583,22 | 71,59 | 1.858.742.825,78 |
| Taxas | 110.193.947,00 | 110.193.947,00 | 18.957.332,86 | 17,20 | 96.101.138,33 | 87,21 | 14.092.808,67 |
| **RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES** | **847.245.025,00** | **910.745.025,00** | **153.980.194,43** | **16,91** | **593.043.042,79** | **65,12** | **317.701.982,21** |
| Contribuições Sociais | 744.786.574,00 | 808.286.574,00 | 138.329.817,18 | 17,11 | 538.277.230,76 | 66,59 | 270.009.343,24 |
| Contribuições Econômicas | 102.458.451,00 | 102.458.451,00 | 15.650.377,25 | 15,27 | 54.765.812,03 | 53,45 | 47.692.638,97 |
| **RECEITA PATRIMONIAL** | **112.940.836,00** | **136.561.600,00** | **45.949.811,70** | **33,65** | **144.388.762,69** | **105,73** | **-7.827.162,69** |
| Receitas Imobiliárias | 15.888.991,00 | 16.368.991,00 | 4.638.852,54 | 28,34 | 17.504.317,57 | 106,94 | -1.135.326,57 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 96.352.845,00 | 119.493.609,00 | 41.050.552,39 | 34,35 | 125.740.455,97 | 105,23 | -6.246.846,97 |
| Receitas de Concessões e Permissões | 455.000,00 | 455.000,00 | 250.041,24 | 54,95 | 987.636,57 | 217,06 | -532.636,57 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 244.000,00 | 244.000,00 | 10.365,53 | - | 156.352,58 | - | 87.647,42 |
| **RECEITA AGROPECUÁRIA** | - | - | **887,00** | - | **15.835,60** | - | **-15.835,60** |
| Receita de Produção Vegetal | - | - | - | - | 8.847,50 | - | -8.847,50 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | - | - | 887,00 | - | 6.988,10 | - | -6.988,10 |
| **RECEITA INDUSTRIAL** | **109.000,00** | **109.000,00** | **546.927,67** | **501,77** | **1.554.395,43** | **1.426,05** | **-1.445.395,43** |
| Receita da Industria de Transformação | 109.000,00 | 109.000,00 | 546.927,67 | 501,77 | 1.554.395,43 | 1.426,05 | -1.445.395,43 |
| **RECEITA DE SERVIÇOS** | **173.171.731,00** | **194.858.687,00** | **41.725.085,97** | **21,41** | **158.719.273,96** | **81,45** | **36.139.413,04** |
| Receita de Serviços | 173.171.731,00 | 194.858.687,00 | 41.725.085,97 | 21,41 | 158.719.273,96 | 81,45 | 36.139.413,04 |
| **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | **940.550.623,00** | **1.030.823.798,00** | **177.778.739,21** | **17,25** | **698.123.628,87** | **67,72** | **332.700.169,13** |
| transferências intergovernamentais | 1.741.567.660,00 | 1.806.020.674,00 | 385.764.043,75 | 21,36 | 1.431.257.215,98 | 79,25 | 374.763.458,02 |
| transferências de instituições privadas | 9.166.072,00 | 9.166.072,00 | 615.273,74 | 6,71 | 4.575.409,16 | 49,92 | 4.590.662,84 |
| transferências de pessoas | 9.500.000,00 | 9.500.000,00 | 1.507.034,47 | 15,86 | 3.539.765,87 | 37,26 | 5.960.234,13 |
| transferências de Convênios | 17.344.790,00 | 34.716.665,00 | 12.026.485,43 | 34,64 | 32.868.028,83 | 94,68 | 1.848.636,17 |
| dedução da rec. de transfer. Multigovern. para formação do FUNDEB | -837.027.899,00 | -828.579.613,00 | -222.134.098,18 | 26,81 | -774.116.790,97 | 93,43 | -54.462.822,03 |
| **OUTRAS RECEITAS CORRENTES** | **426.551.192,00** | **432.863.885,00** | **85.496.162,96** | **19,75** | **322.782.187,19** | **74,57** | **110.081.697,81** |
| Multas e Juros de Mora | 171.441.443,00 | 177.594.136,00 | 34.539.014,54 | 19,45 | 125.441.670,63 | 70,63 | 52.152.465,37 |
| Indenizações e Restituições | 96.757.757,00 | 96.757.757,00 | 16.499.707,22 | 17,05 | 61.786.405,48 | 63,86 | 34.971.351,52 |
| Receita da Divida Ativa | 111.850.327,00 | 111.850.327,00 | 23.627.747,35 | 21,12 | 94.390.614,13 | 84,39 | 17.459.712,87 |
| Receitas Diversas | 46.501.665,00 | 46.661.665,00 | 10.829.693,85 | 23,21 | 41.163.496,95 | 88,22 | 5.498.168,05 |
| **RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES** | **7.489.759,00** | **7.489.759,00** | **924.099,83** | **12,34** | **2.686.336,97** | **35,87** | **4.803.422,03** |
| **DEDUÇÕES DA RECEITA** | - | - | **-564.890,62** | - | **-2.035.707,70** | - | **2.035.707,70** |
| Dedução da Receita de Vendas e Serviços | - | - | -564.890,62 | - | -2.035.707,70 | - | 2.035.707,70 |
| **RESTITUIÇÕES DA RECEITA** | - | - | **-125.542,87** | - | **-1.749.956,92** | - | **1.749.956,92** |
| **RECEITAS DE CAPITAL ( II )** | **527.595.535,00** | **932.518.542,00** | **74.005.480,17** | **7,94** | **144.162.480,22** | **15,46** | **788.356.061,78** |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO** | **238.324.451,00** | **406.729.474,00** | **57.538.996,05** | **14,15** | **69.088.146,66** | **16,99** | **337.641.327,34** |
| Operações de Crédito Internas | 55.722.000,00 | 189.722.000,00 | 34.995.128,66 | 18,45 | 43.860.785,62 | 23,12 | 145.861.214,38 |
| Operações de Crédito Externas | 182.602.451,00 | 217.007.474,00 | 22.543.867,39 | 10,39 | 25.227.361,04 | 11,63 | 191.780.112,96 |
| **ALIENAÇÃO DE BENS** | **2.217.000,00** | **73.667.000,00** | **5.085.612,58** | **6,90** | **5.116.785,37** | **6,95** | **68.550.214,63** |
| Alienações de Bens Móveis | 2.217.000,00 | 2.217.000,00 | 2.390.346,72 | 107,82 | 2.390.346,72 | 107,82 | -173.346,72 |
| Alienações de Bens Imóveis | - | 71.450.000,00 | 2.695.265,86 | - | 2.726.438,65 | - | 68.723.561,35 |
| **AMORTIZAÇÕES** | **25.709.632,00** | **25.709.632,00** | **2.773.796,20** | **10,79** | **12.552.559,47** | **48,82** | **13.157.072,53** |
| amortizações de Empréstimos e Financiamentos | 25.709.632,00 | 25.709.632,00 | 2.773.796,20 | 10,79 | 12.552.559,47 | 48,82 | 13.157.072,53 |
| **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** | **258.319.010,00** | **423.386.994,00** | **8.607.075,34** | **0,02** | **57.404.988,72** | **13,56** | **365.982.005,28** |
| transferências de Convênios | 258.319.010,00 | 423.386.994,00 | 8.607.075,34 | 2,03 | 57.404.988,72 | 13,56 | 365.982.005,28 |
| **RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL** | **3.025.442,00** | **3.025.442,00** | - | - | - | - | **3.025.442,00** |
| **TOTAL DA RECEITA ( V ) = ( I + II + III + IV )** | **9.688.660.057,00** | **10.298.976.652,00** | **1.757.273.482,14** | **17,06** | **6.841.861.000,65** | **66,43** | **3.457.115.651,35** |

| DESPESA | DOTAÇÃO INICIAL | CRÉDITOS ADICIONAIS | DOTAÇÃO AUTORIZADA | DESPESA EMPENHADA | | DESPESA LIQUIDADA | | | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | % de | |
| | D | E | F = D + E | G | H | I | J | ( J/F ) | ( F-J ) |
| **DESPESAS CORRENTES** | **8.119.041.658,00** | **559.729.404,26** | **8.678.771.062,26** | **1.577.465.927,82** | **5.645.039.331,12** | **1.482.265.654,89** | **5.220.009.087,69** | **60,15** | **3.458.761.974,57** |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 5.110.129.008,00 | 109.694.059,00 | 5.219.823.067,00 | 975.104.278,96 | 3.530.478.643,14 | 967.682.054,73 | 3.509.707.257,77 | 67,24 | 1.710.115.809,23 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 145.380.000,00 | -24.000.000,00 | 121.380.000,00 | 23.197.373,76 | 89.997.808,67 | 18.930.303,51 | 75.285.175,25 | 62,02 | 46.094.824,75 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.863.532.650,00 | 474.035.345,26 | 3.337.567.995,26 | 579.164.275,10 | 2.024.562.879,31 | 495.653.296,65 | 1.635.016.654,67 | 48,99 | 1.702.551.340,59 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **1.479.120.852,00** | **580.003.741,00** | **2.059.124.593,00** | **296.730.681,85** | **863.365.273,46** | **180.299.016,83** | **448.959.429,90** | **21,80** | **1.610.165.163,10** |
| INVESTIMENTOS | 1.293.291.836,00 | 559.675.664,00 | 1.852.967.500,00 | 277.846.903,34 | 740.491.374,97 | 160.600.173,87 | 343.883.917,78 | 18,56 | 1.509.083.582,22 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 66.374.016,00 | 35.328.077,00 | 101.702.093,00 | 2.933.778,51 | 46.101.597,16 | 2.120.060,47 | 42.879.701,58 | 42,16 | 58.822.391,42 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 119.455.000,00 | -15.000.000,00 | 104.455.000,00 | 15.950.000,00 | 76.772.301,33 | 17.578.782,49 | 62.195.810,54 | 59,54 | 42.259.189,46 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 90.497.547,00 | -66.019.590,35 | 24.477.956,65 | - | - | - | - | - | 24.477.956,65 |
| **TOTAL DE DESPESA** | **9.688.660.057,00** | **1.073.713.554,91** | **10.762.373.611,91** | **1.874.196.609,67** | **6.508.404.604,58** | **1.662.564.671,72** | **5.668.968.517,59** | **52,67** | **5.093.405.094,32** |

| | | |
|---|---|---|
| **SUPERÁVIT = ( C - J )** | **1.172.892.483,06** | |
| **SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT) = ( K )** | **176.770.592,28** | |
| **SUPERÁVIT REAL = (( C - ( J - K ))** | **1.349.663.075,34** | |

FONTE : SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábi
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**OBS.:Estão sendo deduzidos tanto na receita quanto na despesa os valores de receitas e despesas de contribuição patronal para o regime próprio de previdência do servidor.**

**Responsável Técnico : Helvio Ferreira**
**Diretor Geral de Contabilidade - CRC-DF/6.659**

## ANEXO DA DESPESA DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
### DETALHAMENTO DA DESPESA
### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
### ATÉ AGOSTO DE 2008

| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| **PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS** | **413.296.164,09** | **367.614.123,40** | **397.954.825,09** | **403.061.954,48** | **429.719.439,32** | **530.378.696,66** | **424.152.830,51** | **543.529.224,22** | **3.509.707.257,77** |
| SENTENÇAS JUDICIAIS | 2.133.206,11 | 2.008.408,23 | 17.950.923,27 | 1.015.351,02 | 4.196.560,82 | 17.997.166,91 | 2.428.103,76 | 4.363.914,72 | **52.093.634,84** |
| APOSENTADORIAS E REFORMAS | 51.244.767,07 | 51.614.173,26 | 52.619.818,47 | 52.485.307,32 | 52.551.280,75 | 54.676.145,42 | 53.155.239,68 | 54.166.935,45 | **422.513.667,42** |
| PENSÕES | 18.443.076,55 | 18.668.088,22 | 18.806.398,21 | 18.904.131,06 | 19.124.777,61 | 19.653.866,22 | 19.262.552,16 | 19.528.947,74 | **152.391.837,77** |
| CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 875.111,73 | 837.977,58 | 859.886,78 | 1.375.511,67 | 1.301.339,33 | 8.770.742,11 | 8.894.081,67 | 7.673.227,05 | **30.587.877,92** |
| SALÁRIO-FAMÍLIA | 125,92 | 110,18 | 209,25 | 136,56 | 274,78 | 314,42 | 348,56 | 297,35 | **1.817,02** |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 318.444.099,71 | 272.268.463,73 | 271.266.772,95 | 304.223.821,79 | 315.781.351,81 | 397.749.413,99 | 306.061.434,24 | 415.640.566,00 | **2.601.435.924,22** |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR | 232.748,77 | 257.927,25 | 238.003,82 | 222.217,29 | 221.174,74 | 260.633,95 | 219.643,79 | 223.781,15 | **1.876.130,76** |
| OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 10.968.896,98 | 11.978.582,52 | 11.920.921,85 | 10.955.224,59 | 14.025.866,38 | 14.033.232,60 | 14.858.826,72 | 16.142.370,22 | **104.883.921,86** |
| OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL | 2.289.358,93 | 1.979.996,60 | 1.942.390,72 | 1.981.916,36 | 1.961.167,33 | 1.831.364,96 | 2.752.963,80 | 10.007.085,79 | **24.746.244,49** |
| OUTRAS DESP. DE PESSOAL DEC. CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO | - | 2.240.507,04 | 13.585.807,77 | 8.084.697,30 | 9.079.553,08 | 9.131.808,39 | 8.438.358,43 | 8.598.089,12 | **59.158.821,13** |
| SENTENÇAS JUDICIAIS | 250.249,82 | 105.185,49 | 119.483,14 | 95.137,95 | 49.438,44 | 98.797,87 | 5.826,55 | 9.062,28 | **733.181,54** |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 5.557.310,71 | 2.380.299,26 | 5.496.647,48 | 640.820,17 | 8.116.916,80 | 1.960.360,57 | 4.708.944,06 | 1.967.841,28 | **30.829.140,33** |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 1.770.556,60 | 1.702.167,37 | 1.720.007,98 | 1.733.101,02 | 1.539.399,56 | 2.190.523,82 | 1.792.484,48 | 1.777.239,73 | **14.225.480,56** |
| RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO | 1.086.655,19 | 1.572.236,67 | 1.427.553,40 | 1.344.580,38 | 1.770.337,89 | 2.024.325,43 | 1.574.022,61 | 3.429.866,34 | **14.229.577,91** |
| **JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA** | **10.099.608,91** | **8.180.405,55** | **8.881.408,18** | **8.074.846,81** | **8.134.940,50** | **12.983.661,79** | **10.395.035,85** | **8.535.267,66** | **75.285.175,25** |
| JUROS DA DÍVIDA INTERNA CONTR.C/INSTIT.FINANCEIRAS | 7.497.023,68 | 8.091.173,08 | 8.382.000,38 | 7.966.435,05 | 8.061.203,78 | 8.306.945,97 | 8.264.677,00 | 8.443.793,21 | **65.013.252,15** |
| JUROS DA DÍVIDA EXTERNA CONTR.C/INSTIT.FINANCEIRAS | 2.602.585,23 | - | 411.492,50 | 9.602,03 | - | 4.506.438,19 | 2.082.197,67 | - | **9.612.315,62** |
| ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA CONTR.C/INSTIT.FINANCEIRAS | - | 89.232,47 | 87.915,30 | 98.809,73 | 73.736,72 | 170.277,63 | 48.161,18 | 91.474,45 | **659.607,48** |
| **OUTRAS DESPESAS CORRENTES** | **51.888.864,29** | **137.767.102,28** | **188.377.280,39** | **261.188.520,86** | **244.076.623,16** | **256.064.967,04** | **262.683.217,78** | **232.970.078,87** | **1.635.016.654,67** |
| TRANSFERÊNCIA A FUNDOS | - | - | 85.740,02 | 205.784,11 | - | - | 220.338,64 | 280.600,63 | **792.463,40** |
| TRANSFERÊNCIA A MINISTÉRIOS | - | - | - | - | - | - | - | 146.566,13 | **146.566,13** |
| ACORDOS JUDICIAIS | 109.129,74 | 100.248,65 | 76.832,36 | 127.726,22 | 564.266,14 | 602.041,17 | 499.256,67 | 573.116,57 | **2.652.617,52** |
| INST. DE CARÁTER ASSIST. CULT. E EDUCACIONAL | 4.121.211,33 | 3.459.935,53 | 3.020.630,26 | 8.949.769,71 | 5.208.721,61 | 4.921.765,30 | 4.256.265,25 | 4.986.408,54 | **38.924.707,53** |
| INST. DE CARÁTER TÉCNICO OU CIENTÍFICO | - | - | - | - | - | 2.682.810,00 | - | 763.691,00 | **3.446.501,00** |
| INST. DE CARÁTER DESPORTIVO | - | - | - | - | 224.000,00 | - | - | - | **224.000,00** |
| INST. DE CARÁTER ASSIST. CULT. E EDUCACIONAL | - | - | 3.000,00 | - | - | - | - | - | **3.000,00** |
| INSTITUIÇÕES DE CARÁTER TÉCNICO OU CIENTÍFICO | - | - | - | - | - | - | 18.220,50 | - | **18.220,50** |
| INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 184.458,24 | 4.458,24 | 4.458,24 | 120.000,00 | 8.916,48 | 4.458,24 | - | 4.458,24 | **331.207,68** |
| OUTRAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 150.000,00 | 600.000,00 | 240.000,00 | 886.684,30 | 1.975.571,94 | 3.852.340,63 | 11.161.295,35 | 2.244.586,95 | **21.110.479,17** |
| AUXÍLIO FUNERAL | 213.082,46 | 185.107,49 | 208.237,27 | 151.680,57 | 155.138,16 | 224.135,47 | 191.864,13 | 230.727,11 | **1.559.972,66** |
| AUXÍLIO ASSISTÊNCIA MÉDICA | 437.548,72 | 454.516,79 | 494.953,39 | 511.783,50 | 512.833,94 | 503.778,41 | 1.563.733,88 | 688.489,35 | **5.167.637,98** |
| AUXÍLIO-NATALIDADE | 25.803,20 | 34.438,34 | 27.641,98 | 32.383,64 | 31.860,84 | 43.156,94 | 39.028,52 | 36.698,08 | **271.011,54** |
| AUXÍLIO-CRECHE | 1.289.317,99 | 1.288.055,36 | 1.318.209,37 | 1.337.235,05 | 1.320.239,62 | 1.309.926,88 | 1.316.389,14 | 1.317.821,18 | **10.497.194,59** |
| AUXÍLIO DEFICIENTE FÍSICO/MENTAL | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 2.500,00 | 3.500,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | 3.000,00 | **24.000,00** |
| AUXÍLIO SOCIAL-DESPESA DE PRONTO PAGAMENTO | - | - | - | - | 5.916,84 | - | - | - | **5.916,84** |

| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | 146.936,05 | 149.928,07 | 147.235,31 | 152.838,73 | 152.364,88 | 152.504,14 | (901.807,18) | - | - |
| DIÁRIAS NO PAÍS | 37.955,98 | 67.111,45 | 55.537,04 | 71.797,21 | 68.962,07 | 94.053,29 | 77.981,18 | 72.212,87 | **545.611,09** |
| DIÁRIAS NO EXTERIOR | 15.495,12 | 3.990,46 | 5.686,58 | 16.407,13 | 4.488,75 | 4.438,87 | 24.445,69 | 19.950,38 | **94.902,98** |
| DIÁRIAS NO PAÍS | 563,79 | 3.139,11 | 2.811,32 | 541,06 | 7.991,21 | 7.767,03 | 8.042,14 | 17.507,65 | **48.363,31** |
| DIÁRIAS NO EXTERIOR | - | - | - | - | 3.543,75 | - | - | 31.928,00 | **35.471,75** |
| BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS | 5.275.719,50 | 5.217.595,85 | 5.166.450,58 | 5.865.696,51 | 6.111.253,84 | 4.480.335,04 | 4.964.501,86 | 4.934.464,08 | **42.016.017,26** |
| BOLSA DE ESTUDOS RESIDENTES | - | - | - | - | 23.184,00 | - | - | - | **23.184,00** |
| AUXÍLIO PARA O DESENV.DE ESTUDOS E PESQUISAS | - | - | - | 80.400,00 | 244.916,00 | 50.804,00 | 61.332,00 | 88.620,00 | **526.072,00** |
| BOLSAS DE ESTUDO - BENEFÍCIO | 4.580,00 | 4.580,00 | 25.510,00 | 15.760,00 | 33.620,00 | 23.590,00 | 27.120,00 | 26.470,00 | **161.230,00** |
| APOIO Á PESQUISA - PESSOA FÍSICA | 186.661,68 | - | 20.000,00 | 67.859,60 | 1.058.381,19 | 347.677,57 | 299.845,41 | 98.204,78 | **2.078.630,23** |
| APOIO Á PESQUISA - PESSOA JURÍDICA | - | - | - | - | - | - | 20.519,40 | 2.200,00 | **22.719,40** |
| COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 143.840,50 | 392.577,18 | 1.135.755,93 | 3.379.433,48 | 1.306.856,88 | 953.262,72 | 1.502.642,11 | 981.960,04 | **9.796.328,84** |
| COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIAÇÃO | - | - | - | 46.408,56 | - | - | - | 1.019,00 | **47.427,56** |
| COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES | - | - | - | 33,75 | 1.615,16 | 10.713,09 | 855,00 | 472,08 | **13.689,08** |
| GÁS ENGARRAFADO | 3.120,40 | 7.388,77 | 1.055.105,18 | 653.368,28 | 583.532,08 | 776.210,20 | 287.867,07 | 1.169.519,64 | **4.536.111,62** |
| EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES | - | - | - | - | - | 7.575,00 | 6.369,00 | - | **13.944,00** |
| ALIMENTOS PARA ANIMAIS | - | 40.173,20 | 6.710,04 | 9.926,06 | 21.082,69 | 14.630,60 | 3.855,00 | 45.202,92 | **141.580,51** |
| GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO | 30.085,00 | 5.104.186,49 | 925.353,77 | 2.993.800,57 | 4.352.080,10 | 1.729.743,35 | 1.401.624,22 | 3.320.507,85 | **19.857.381,35** |
| MATERIAL FARMACOLÓGICO | 69.060,10 | 1.496.269,13 | 5.405.341,35 | 16.871.161,03 | 20.462.388,09 | 15.093.775,78 | 20.312.190,83 | 14.931.412,53 | **94.641.598,84** |
| MATERIAL ODONTOLÓGICO | - | 22.796,50 | 4.934,20 | 11.017,30 | 191.975,97 | 53.578,66 | 98.275,30 | 100.684,67 | **483.262,60** |
| MATERIAL QUÍMICO | - | 13.217,76 | 2.549,58 | 3.435,65 | 20.544,78 | 13.436,76 | 1.815,80 | 32.199,41 | **87.199,74** |
| MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTÉCNICO | - | 115,80 | (115,80) | - | 3.420,00 | 645,00 | 17,57 | 27,74 | **4.110,31** |
| MATERIAL DE CAÇA E PESCA | - | - | - | - | - | - | 20.488,40 | - | **20.488,40** |
| MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO | - | 6.329,60 | 19.195,55 | 2.179.024,60 | 19.975.468,03 | 28.018,07 | 18.607,02 | 1.109.811,49 | **23.336.454,36** |
| MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS | - | 65.125,00 | (62.077,60) | 3.607,50 | 1.610,38 | 18.053,50 | 2.200,00 | 2.100,00 | **30.618,78** |
| MATERIAL DE EXPEDIENTE | 18.752,83 | 158.223,87 | 291.530,34 | 720.899,42 | 214.464,83 | 335.853,62 | 381.167,80 | 670.055,03 | **2.790.947,74** |
| MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 39.249,53 | 113.739,81 | 112.715,16 | 79.987,88 | 135.783,25 | 344.554,96 | 299.746,53 | 642.736,81 | **1.768.513,93** |
| MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO | - | 38.870,00 | 533,49 | 2.775,25 | 10.831,00 | 1.087,25 | 751,00 | 2.961,00 | **57.808,99** |
| MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 50,00 | 5.947,00 | 3.852,36 | 19.860,80 | 55.200,95 | 49.487,06 | 117.657,94 | 30.236,89 | **282.293,00** |
| MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO | 24,00 | - | 902,20 | 20.760,00 | 224.091,21 | 407.579,45 | 209.432,10 | 42.762,44 | **905.551,40** |
| MATERIAL DE COPA E COZINHA | 27.021,55 | 24.603,46 | 162.870,64 | 243.494,02 | 167.973,37 | 146.050,01 | 50.518,45 | 31.123,50 | **853.655,00** |
| MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO | 7.006,80 | 36.872,06 | 17.140,93 | 939.182,63 | 3.442.157,16 | 752.313,17 | 2.984.449,34 | 2.304.522,55 | **10.483.644,64** |
| UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS | 16.310,40 | 26.835,35 | 67.860,72 | 56.932,80 | 250.676,66 | 195.171,17 | 291.746,50 | 158.283,12 | **1.063.816,72** |
| MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 24.954,35 | 207.534,27 | 480.555,86 | 822.924,47 | 587.360,00 | 628.077,84 | 764.058,85 | 476.684,55 | **3.992.150,19** |
| MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS | 3.065,00 | 224.718,50 | 400.589,50 | 1.096.232,25 | 725.600,86 | 1.264.580,64 | 1.065.850,57 | 760.126,35 | **5.540.763,67** |
| MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO | 13.439,65 | 27.359,13 | 53.980,59 | 64.317,00 | 105.104,03 | 138.543,11 | 96.111,21 | 143.059,94 | **641.914,66** |
| MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | - | - | 2.352,00 | - | - | 1.523,70 | 5.292,00 | - | **9.167,70** |
| MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA | 684,90 | 2.784,01 | 11.848,65 | 84.022,54 | 301.571,46 | 31.407,26 | 91.400,95 | 36.487,99 | **560.207,76** |
| MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 57.156,40 | 283.606,20 | 378.383,90 | 78.459,90 | 3.535,50 | 479.450,98 | 4.310,53 | 7.676,84 | **1.292.580,25** |
| MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES | 2.364,00 | 2.509,00 | - | 7.097,50 | 25.941,62 | 10.526,66 | 61,36 | - | **48.500,14** |
| SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS | - | 1.860,00 | - | 2.625,85 | 1.262,74 | 171.385,41 | 24.813,13 | 3.309,78 | **205.256,91** |
| MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 60.340,75 | 192.155,86 | 985.086,78 | 2.889.903,19 | 1.796.040,45 | 426.285,00 | 1.756.078,84 | 3.892.668,60 | **11.998.559,47** |
| MATERIAL LABORATORIAL | 243.419,48 | 2.133.485,58 | 1.041.830,93 | 2.999.029,28 | 4.033.454,86 | 3.889.531,64 | 4.778.505,92 | 2.776.942,60 | **21.896.200,29** |
| MATERIAL HOSPITALAR | 475.945,50 | 2.359.817,14 | 3.427.620,69 | 4.916.185,37 | 5.580.986,18 | 4.730.961,10 | 4.151.264,20 | 3.362.883,30 | **29.005.663,48** |
| SOBRESSALENTES DE ARMAMENTO | - | - | - | - | 28.000,00 | - | - | - | **28.000,00** |

| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | 81.099,44 | 510.199,84 | 1.026.781,88 | 710.516,70 | 783.356,75 | 1.089.675,67 | 1.061.467,26 | 1.099.147,45 | **6.362.244,99** |
| MATERIAL BIOLÓGICO | - | - | - | - | - | - | - | 35.280,00 | **35.280,00** |
| MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA | - | 206,95 | 36.700,00 | 63.168,76 | 100.391,56 | 279.464,58 | 62.431,14 | (3.668,57) | **538.694,42** |
| FERRAMENTAS | 1.591,81 | 8.381,28 | 19.313,76 | 30.432,95 | 22.712,71 | 41.088,79 | 1.901,00 | 8.670,36 | **134.092,66** |
| MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL | - | - | - | - | - | 2.400,00 | - | - | **2.400,00** |
| MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS | - | 170,80 | 137.204,00 | 62.628,31 | 32.417,00 | 11.174,60 | 74.800,00 | 12.005,00 | **330.399,71** |
| MATERIAL BIBLIOGRÁFICO NÃO IMOBILIZÁVEL | 20,00 | - | - | - | - | 238,00 | - | 7.456,91 | **7.714,91** |
| SOFTWARES DE BASE | - | - | 7.980,00 | 231.996,00 | 147.800,00 | 361.139,75 | 515.081,53 | 545.599,00 | **1.809.596,28** |
| BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS | - | 35.434,00 | 26.963,00 | 9.579,80 | 2.031,40 | - | 592,00 | 3.772,10 | **78.372,30** |
| DESPESA DE PRONTO PAGAMENTO | 64.300,00 | 124.592,90 | 250.823,46 | 103.885,10 | (66.074,91) | 38.459,17 | 100.399,92 | 73.470,62 | **689.856,26** |
| OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO | 115,50 | 98,77 | - | - | 114,60 | 565.857,39 | 94,81 | 1.110.544,82 | **1.676.825,89** |
| PREMIAÇÕES DESPORTIVAS | 5.080,00 | 12.265,00 | - | - | - | - | - | - | **17.345,00** |
| OUTRAS PREMIAÇÕES | - | - | - | - | 32.995,60 | 5.500,00 | - | 970,00 | **39.465,60** |
| PREMIAÇÕES DESPORTIVAS | - | 3.150,00 | 102.179,00 | 16.580,60 | 10.733,70 | 19.562,94 | 15.162,00 | 113.328,00 | **280.696,24** |
| LIVROS DIDÁTICOS | - | 15.000,00 | (15.000,00) | - | - | - | - | - | - |
| GÊNEROS ALIMENTÍCIOS | - | 1.474.873,07 | 2.634.776,62 | 5.461.174,18 | 3.485.761,92 | 4.524.958,28 | 3.300.758,53 | 4.482.745,90 | **25.365.048,50** |
| MEDICAMENTOS | - | - | - | - | - | 176,80 | - | - | **176,80** |
| MATERIAL PARA CERIMONIAL | - | - | - | 1.600,00 | - | - | - | 716,00 | **2.316,00** |
| MATERIAL DESTINADO Á ASSISTÊNCIA SOCIAL | 7.980,00 | 1.500,00 | 244.759,59 | 847.249,42 | 919.657,55 | 1.016.197,43 | 578.895,64 | 620.273,11 | **4.236.512,74** |
| MATERIAL EDUCACIONAL E CULTURAL | - | 1.425,00 | 6.530,00 | - | - | - | - | 1.800,00 | **9.755,00** |
| OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | - | - | 65.000,00 | - | - | 5.833,50 | - | 87.523,12 | **158.356,62** |
| PASSAGENS PARA O PAÍS | 677,48 | 321.880,34 | 932.405,00 | 965.317,45 | 1.554.026,15 | 673.284,83 | 1.395.589,54 | 794.629,46 | **6.637.810,25** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PASSAGENS PARA O EXTERIOR | - | 9.760,93 | 3.699,39 | 22.183,00 | 25.090,12 | 122.305,80 | 9.214,05 | 77.730,49 | **269.983,78** |
| FRETE E LOC.VEÍCULOS P/NECESSIDADE DO SERVIÇO | - | - | 1.088.430,77 | 2.655.281,64 | 3.112.269,57 | 3.291.182,12 | 3.814.732,07 | 952.560,78 | **14.914.456,95** |
| ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA OU JURÍDICA | - | - | 139.148,87 | 139.811,55 | 777.478,94 | 718.035,96 | 580.039,49 | 872.329,68 | **3.226.844,49** |
| AUDITORIA EXTERNA | - | - | 4.050,00 | 4.050,00 | - | - | - | - | **8.100,00** |
| DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS | - | - | 255,00 | - | - | - | - | - | **255,00** |
| DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR | - | - | - | 3.400,00 | - | - | - | - | **3.400,00** |
| SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS | - | - | 2.851,00 | 5.920,00 | 5.807,00 | 3.098,00 | 5.400,00 | 3.098,00 | **26.174,00** |
| SALÁRIOS DE INTERNOS EM PENITENCIÁRIAS | 90.932,30 | 148.693,32 | 219.459,19 | 293.827,21 | 103.962,91 | 368.307,60 | 312.475,36 | 275.922,00 | **1.813.579,89** |
| CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÕES | - | - | 4.000,00 | - | 360,00 | - | 2.118,00 | - | **6.478,00** |
| LOCAÇÃO DE IMÓVEIS | 8.723,44 | 120.650,66 | 105.764,51 | 113.222,78 | 94.511,35 | 116.175,55 | 127.443,72 | 103.359,94 | **789.851,95** |
| LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS | - | - | 8.780,16 | - | 8.780,16 | 4.390,08 | 4.390,08 | 4.390,08 | **30.730,56** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | - | - | - | - | 2.744,00 | - | - | - | **2.744,00** |
| FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO | - | - | - | 8.000,00 | - | - | - | - | **8.000,00** |
| SERVIÇOS DOMÉSTICOS | - | - | - | - | 1.300,00 | - | - | - | **1.300,00** |
| SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL | - | - | - | - | - | - | - | 7.025,00 | **7.025,00** |
| SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO | - | - | - | - | - | 5.204,00 | 2.012,50 | - | **7.216,50** |
| SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS | - | 29.009,10 | 26.136,96 | 25.865,47 | 27.891,15 | 20.228,90 | 22.512,53 | 25.851,07 | **177.495,18** |
| SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | - | 199.222,10 | 206.426,58 | 260.164,75 | 279.583,31 | 275.987,77 | 317.163,43 | 318.631,16 | **1.857.179,10** |
| ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS | 8.897,56 | 10.380,49 | - | 16.049,79 | 14.903,38 | 30.443,99 | 14.903,38 | - | **95.578,59** |
| JETONS A CONSELHEIROS | 228.220,60 | 335.981,30 | 235.880,53 | 384.789,69 | 311.855,60 | 417.205,04 | 370.486,43 | 329.507,24 | **2.613.926,43** |
| SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | - | - | - | - | - | - | 992,00 | - | **992,00** |
| DESPESA DE PRONTO PAGAMENTO | - | 2.700,00 | - | - | - | - | - | - | **2.700,00** |
| OUTROS SERVIÇOS | - | - | 7.000,00 | 6.000,00 | 5.100,00 | 5.044,00 | 153.600,00 | 155.400,00 | **332.144,00** |
| APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 227.508,75 | 273.382,71 | 227.508,75 | 118.094,83 | 286.218,75 | 315.928,46 | 515.519,03 | - | **1.964.161,28** |

| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO | - | 296.018,39 | 3.159.436,51 | 3.190.077,11 | 3.192.035,32 | 3.498.411,39 | 5.552.060,51 | 3.197.127,32 | **22.085.166,55** |
| VIGILÂNCIA OSTENSIVA | - | 790.082,24 | 1.651.603,10 | 5.019.825,73 | 3.176.361,86 | 3.283.275,26 | 3.291.690,38 | 3.624.122,08 | **20.836.960,65** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 59.531,18 | - | 59.531,18 | 70.688,04 | 70.688,04 | 70.688,04 | 70.688,04 | 70.688,04 | **472.502,56** |
| OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO DE OBRA | - | - | - | - | - | 498.516,63 | - | - | **498.516,63** |
| ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES | 12.544,00 | 658.272,61 | 325.476,37 | 833.057,07 | 422.594,19 | 585.377,46 | 381.216,11 | 534.784,31 | **3.753.322,12** |
| CONDOMÍNIOS | 11.309,02 | 141.184,62 | 136.647,54 | 123.581,22 | 120.577,62 | 318.197,95 | 197.457,47 | 177.964,86 | **1.226.920,30** |
| COMISSÕES E CORRETAGENS | 59.531,75 | 65.420,64 | 93.049,08 | 170.606,09 | 592.609,26 | 870.145,78 | 871.442,36 | 915.087,45 | **3.637.892,41** |
| DIREITOS AUTORAIS | 229,00 | 4.587,83 | 539,00 | 330.016,23 | 240,00 | 240,00 | 240,00 | - | **336.092,06** |
| SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS | 27.238,89 | 1.944.152,39 | 2.245.606,14 | 1.721.679,79 | 1.917.962,90 | 2.300.148,50 | 2.862.929,63 | 1.798.606,43 | **14.818.324,67** |
| SERVIÇOS DE CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM | - | 66.502,18 | 66.502,18 | 66.502,18 | 66.502,18 | 66.502,18 | 66.502,18 | - | **399.013,08** |
| SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE | 1.186,33 | 1.350.573,77 | 1.077.559,75 | 1.105.141,92 | 2.662.692,57 | 1.780.790,12 | 357.752,21 | 1.513.103,15 | **9.848.799,82** |
| SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM | 20.055,56 | 2.650,00 | - | - | - | - | 12.620,83 | - | **35.326,39** |
| LOCAÇÃO DE IMÓVEIS | 163.773,34 | 973.160,31 | 1.119.617,55 | 1.116.193,55 | 978.284,86 | 1.808.105,53 | 1.236.165,56 | 1.221.636,65 | **8.616.937,35** |
| LOCAÇÃO DE SOFTWARES | - | 5.227,02 | 3.434,20 | 3.434,20 | 3.434,20 | 383.174,16 | 139.186,91 | 49.156,28 | **587.046,97** |
| LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | 5.920,71 | 7.701.734,66 | 2.624.747,39 | 7.077.821,43 | 8.182.874,75 | 7.465.698,84 | 3.567.904,90 | 6.947.169,54 | **43.573.872,22** |
| LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS | 6.520,00 | 41.584,00 | 225.661,00 | 183.913,00 | - | 88.650,00 | 29.585,00 | 80.110,00 | **656.023,00** |
| REPARO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAMENTOS | - | - | - | 8.357,00 | 624,00 | - | - | 226,00 | **9.207,00** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 52.996,59 | 925.451,98 | 2.494.437,04 | 3.675.878,03 | 4.271.387,53 | 3.964.937,35 | 2.916.877,49 | 3.433.940,63 | **21.735.906,64** |
| MANUTENÇÃO, CONSERV. E INSTALAÇÃO DE MÁQ. E EQUIPAMENTOS | 1.070.926,67 | 1.815.408,17 | 4.808.523,41 | 4.791.664,76 | 3.376.784,11 | 3.877.976,60 | 4.520.755,37 | 4.636.172,20 | **28.898.211,29** |
| HIGIENE E TRATAMENTO DE ÁGUA | 78.642,62 | 1.064.396,87 | 185.803,28 | 1.868.554,84 | 214.122,12 | 215.045,16 | 116.277,60 | 238.114,81 | **3.980.957,30** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS | 14.035,17 | 21.230,87 | 211.183,23 | 259.453,33 | 317.653,40 | 233.988,03 | 480.494,43 | 293.306,63 | **1.831.345,09** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 41.779,37 | 60.120,97 | 190.155,37 | (24.994,03) | 59.495,55 | 92.683,95 | 20.945,68 | 16.560,45 | **456.747,31** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS | - | 93.299,12 | 3.699.982,55 | 3.772.364,54 | 1.393.996,46 | 6.548.326,95 | 5.540.082,89 | 1.395.696,92 | **22.443.749,43** |
| EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS | 954.136,00 | 164.365,56 | 213.164,00 | 2.772.078,65 | 922.669,25 | 627.819,71 | 1.725.211,00 | 745.492,08 | **8.124.936,25** |
| FESTIVIDADES E HOMENAGENS | 359.673,55 | 894.491,44 | 1.729.823,58 | 1.459.467,92 | 2.336.278,49 | 1.297.479,91 | 1.181.483,14 | 2.343.079,85 | **11.601.777,88** |
| LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE | - | 849.253,47 | 912.454,30 | 1.015.459,42 | 966.996,99 | 1.130.356,84 | 1.119.830,17 | 1.357.763,32 | **7.352.114,51** |
| LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE OBRAS | - | - | - | - | - | 1.030,00 | - | - | **1.030,00** |
| LEVANT., PROSP. E ANÁLISE DE DADOS GEOG., TOPOG. | - | 3.920,40 | 14.340,44 | 16.193,63 | 14.660,00 | 7.533,00 | 30.220,00 | 63.436,08 | **150.303,55** |
| LEVANT., PROSP. E ANÁLISE DE DADOS ESTAT., ECONÔMICOS | - | - | 177.538,00 | 177.538,00 | 177.538,00 | - | - | 355.076,00 | **887.690,00** |
| ANUIDADES EM ASSOCIAÇÕES , FEDERAÇÕES E CONSELHOS | 89.259,76 | 16.949,45 | 11.335,10 | 11.873,88 | 15.454,63 | 17.348,11 | 17.861,37 | 14.469,44 | **194.551,74** |
| MULTAS INDEDUTÍVEIS | 578,86 | 153,23 | 1.247,12 | 8.442,62 | 306,46 | 666,12 | 561,85 | - | **11.956,26** |
| ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTÍVEIS | 13.499,66 | 13.568,09 | 16.603,30 | 7.753,45 | 285,00 | 1.647,77 | 1.072,36 | 2.219,89 | **56.649,52** |
| PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR | - | 385.191,62 | 392.933,44 | 400.553,72 | 1.915.899,92 | 398.871,95 | 3.346.673,69 | 2.232.954,32 | **9.073.078,66** |
| FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO | 2.032.252,30 | 9.301.042,30 | 12.304.957,34 | 11.327.380,34 | 8.887.930,54 | 8.355.282,90 | 13.763.110,52 | 8.397.137,88 | **74.369.094,12** |
| SERVIÇO DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO | 16.000,00 | 1.503.011,79 | (1.487.041,45) | 1.203,30 | (3.142,10) | 6.162,20 | 14.133,00 | 7.874,69 | **58.201,43** |
| SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA | 4.200.871,15 | 9.858.181,40 | 9.746.061,40 | 10.681.187,96 | 9.709.088,06 | 9.998.911,31 | 13.074.829,94 | 10.094.576,14 | **77.363.707,36** |
| SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO | 855.813,14 | 894.315,66 | 978.916,30 | 4.690.825,16 | 3.079.624,61 | 3.133.962,09 | 3.312.395,33 | 3.175.176,77 | **20.121.029,06** |
| SERVIÇOS DOMÉSTICOS | - | 98.708,87 | 101.135,72 | 101.714,58 | 102.945,01 | 87.848,85 | 644.285,12 | 323.948,13 | **1.460.586,28** |
| SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL | 171.960,52 | 1.610.310,37 | 3.442.340,11 | 4.129.961,41 | 2.833.907,85 | 2.025.391,22 | 4.558.811,00 | 2.035.751,69 | **20.808.434,17** |
| SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO | 9.724,13 | 20.799,78 | 116.712,26 | 116.406,24 | 179.609,21 | 453.228,03 | 115.240,28 | 99.695,41 | **1.111.415,34** |
| PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS | - | 6.900,00 | 6.900,00 | 8.076,00 | 6.900,00 | 9.726,00 | 6.900,00 | 6.900,00 | **52.302,00** |
| SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL | 282.181,19 | 1.082.829,89 | 3.768.860,96 | 11.745.662,74 | 4.551.209,09 | 10.906.152,31 | 6.498.467,46 | 13.069.146,19 | **51.904.509,83** |
| SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS | - | 1.195,75 | 6.524,00 | 156,75 | 470,25 | 171.319,75 | 89.820,22 | 82.960,00 | **352.446,72** |
| SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL | - | 37.138,27 | 21.060,27 | 129.385,91 | 10.158,70 | 396.939,51 | 200.847,11 | 392.716,08 | **1.188.245,85** |

| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | - | 6.036,00 | - | 39.184,55 | 21.885,35 | - | 43.770,70 | - | **110.876,60** |
| SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 1.452,54 | 3.093.047,95 | 3.667.652,06 | 5.796.444,16 | 3.685.582,81 | 2.689.198,92 | 9.597.594,89 | 4.971.389,32 | **33.502.362,65** |
| SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES | 404.795,19 | 1.463.325,24 | 1.870.308,64 | 3.123.035,52 | 2.522.565,80 | 3.283.922,02 | 2.216.819,13 | 2.391.922,14 | **17.276.693,68** |
| SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 37,90 | 58.543,92 | 68.330,37 | 108.280,12 | 10.308,70 | 20.543,03 | 72.360,22 | 116.118,82 | **454.523,08** |
| SERVIÇOS DE SOCORRO E SALVAMENTO | - | 351,00 | 621,00 | 621,00 | 621,00 | 621,00 | 131.591,18 | 86.978,55 | **221.404,73** |
| SERVIÇOS GRÁFICOS | 17.505,00 | 546.073,07 | 1.807.912,75 | 2.436.114,53 | 2.155.098,21 | 2.689.921,87 | 1.804.188,39 | 1.360.918,65 | **12.817.732,47** |
| DESPESA DE PRONTO PAGAMENTO | 29.470,00 | 32.930,00 | 94.488,27 | 37.746,81 | 7.769,26 | 36.942,64 | 10.688,40 | 51.360,57 | **301.395,95** |
| SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO | 60.083,44 | 308.017,51 | 358.994,58 | 2.614.332,38 | 389.341,42 | 411.800,49 | 5.375.927,85 | 3.103.994,46 | **12.622.492,13** |
| SERVIÇOS JUDICIÁRIOS | 13.822,64 | 4.183,19 | 3.820,25 | 1.614,77 | 4.601,20 | 16.040,78 | 1.317,63 | 2.480,74 | **47.881,20** |
| SEGUROS EM GERAL | 14.509,28 | 33.245,96 | 28.048,09 | 84.989,68 | 500.195,09 | 27.647,46 | 11.208,65 | 18.527,66 | **718.371,87** |
| CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS | 7.500,00 | 14.500,00 | 12.250,00 | 800,00 | 10.975,00 | 13.405,00 | 6.202,00 | 46.898,50 | **112.530,50** |
| SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MAT. DE ACONDICION. E EMBALAGEM | - | - | - | - | - | - | - | 498,20 | **498,20** |
| VALE-TRANSPORTE | 3.941.275,02 | 3.309.131,31 | 3.653.323,93 | 5.688.127,59 | 767.258,62 | 4.538.058,73 | 1.390.879,70 | 3.571.340,82 | **26.859.395,72** |
| TRANSPORTE DE SERVIDORES | - | 2.132,55 | 13.272,97 | 14.396,44 | 456,45 | 14.932,78 | 27.708,27 | 527,98 | **73.427,44** |
| FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS | - | 5.648,91 | 162.311,13 | 236.312,05 | 207.150,88 | 173.371,53 | 196.882,68 | 219.420,16 | **1.201.097,34** |
| PEDÁGIO | - | 250.000,00 | - | - | - | - | - | - | **250.000,00** |
| VIGILÂNCIA OSTENSIVA | 1.040.632,60 | 6.752.489,82 | 19.363.108,37 | 11.091.385,32 | 7.517.995,77 | 21.145.371,59 | 13.361.820,13 | 9.216.841,38 | **89.489.644,98** |
| SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO | 706.838,81 | 9.926.020,08 | 10.415.713,64 | 8.059.011,58 | 12.352.117,54 | 11.631.929,64 | 8.979.686,29 | 5.792.032,69 | **67.863.350,27** |
| SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | 20.414,34 | 1.802.128,13 | 10.439.869,97 | 7.033.694,31 | 7.568.748,67 | 8.547.561,36 | 8.388.151,21 | 8.048.637,67 | **51.849.205,66** |
| HOSPEDAGENS | - | - | - | - | 105.054,30 | 8.833,00 | 194.999,00 | 2.609,42 | **311.495,72** |
| SERVIÇOS BANCÁRIOS | 39,66 | 17.746,36 | 8.810,92 | 8.739,28 | 1.595,60 | 372.637,80 | 933,03 | 18.402,17 | **428.904,82** |
| SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS | 67,00 | 137.820,05 | 147.790,65 | 140.939,92 | 154.108,81 | 198.739,28 | 155.031,86 | 144.877,63 | **1.079.375,20** |
| SERVIÇOS EM ITENS REPARÁVEIS DE AVIAÇÃO | - | 96.453,52 | 52.424,93 | 81.519,38 | 146.853,46 | 154.334,48 | 59.278,00 | 134.329,12 | **725.192,89** |
| SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 486.179,62 | 3.501.800,79 | 11.040.598,50 | 8.437.858,53 | 9.031.721,64 | 9.065.397,37 | 7.046.935,25 | 12.601.988,48 | **61.212.480,18** |
| AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO | - | 1.470.000,00 | - | 206.392,00 | - | 378.524,46 | 2.109.760,84 | 611.144,80 | **4.775.822,10** |
| MANUTENÇÃO, CONSERV. E INST. DE EQUIPAM. DE PROCESSAMENTO | 4.819,99 | 12.812,76 | 36.798,26 | 52.672,76 | 80.455,85 | 61.666,76 | 48.933,82 | 69.899,61 | **368.059,81** |
| DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO | 4.562,94 | 13.467,32 | 18.577,83 | 20.869,30 | 26.401,08 | 11.182,89 | 16.617,46 | 23.098,69 | **134.777,51** |
| OUTROS SERVIÇOS | 1.538.638,88 | 7.522.974,26 | 4.475.385,65 | 8.159.201,85 | 4.646.288,57 | 12.338.218,24 | 1.145.631,94 | 12.315.444,00 | **52.141.783,39** |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - MILITAR | 2.752.038,90 | 2.754.866,60 | 2.749.394,04 | 2.742.556,44 | 2.730.504,94 | 2.727.487,17 | - | 2.688.074,78 | **19.144.922,87** |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - CIVIL | 6.734.513,18 | 5.409.258,02 | 5.542.112,65 | 5.765.766,68 | 5.799.385,68 | 5.590.926,35 | 8.339.774,51 | 5.290.749,77 | **48.472.486,84** |
| ENCARGOS TRIBUTÁRIOS | 52.060,77 | 207.257,95 | 38.202,90 | 54.116,77 | 47.535,09 | 77.999,40 | 33.923,33 | 53.089,89 | **564.186,10** |
| COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS | 920,36 | 10.914,60 | 13.948,72 | 377.296,72 | 52.399,10 | 711.302,19 | 112.862,86 | 482.335,81 | **1.761.980,36** |
| CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP | 386.383,43 | 7.202.508,50 | 8.444.347,00 | 7.876.663,17 | 8.450.335,64 | 8.354.472,17 | 9.210.576,86 | 8.516.027,46 | **58.441.314,23** |
| CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO | 768.729,25 | 142.564,89 | - | 66.266,84 | 487,30 | - | - | - | **978.048,28** |
| COFINS | 6.540,38 | 15.721,58 | 17.736,71 | 116.078,33 | 18.614,08 | 17.324,48 | 16.985,98 | 22.846,29 | **231.847,83** |
| CPMF | 5.801,31 | - | 957,55 | - | 100,04 | - | - | 13.233,55 | **20.092,45** |
| OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA | 533.000,73 | 549.826,22 | 507.514,62 | 665.641,80 | 639.345,46 | 671.279,13 | 650.829,56 | 713.554,92 | **4.930.992,44** |
| INSS - DIÁRIAS | - | - | - | - | - | 2.236,66 | 22.366,67 | 31.313,79 | **55.917,12** |
| OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA | 56.472,88 | 56.110,31 | 57.133,89 | 56.110,31 | 56.110,31 | 34.524,52 | 25.024,64 | 22.360,56 | **363.847,42** |
| IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA | 2.060.275,52 | 384.509,26 | - | 144.286,97 | - | - | 10.350,00 | 19.902,56 | **2.619.324,31** |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 351.940,92 | 365.082,63 | 311.699,01 | 377.445,48 | 87.427,56 | 88.556,24 | 88.156,11 | 88.520,39 | **1.758.828,34** |
| AUXÍLIO MORADIA | 758,42 | 758,42 | 758,42 | 758,42 | 758,42 | 4.899,59 | 758,42 | 2.909,01 | **12.359,12** |
| BOLSA ATLETA | - | 60.445,80 | 47.577,60 | 57.720,60 | 58.733,20 | 61.769,80 | 59.930,20 | 60.611,40 | **406.788,60** |
| PASSAGEM INTERESTADUAIS PARA MIGRANTES | - | 41.025,14 | 39.739,89 | 40.692,10 | 41.172,13 | 83.460,00 | 41.667,83 | 40.243,26 | **328.000,35** |
| PASSES URBANOS | 132.849,50 | 78.049,00 | - | - | - | 250.375,00 | 463.846,00 | 124.372,00 | **1.049.491,50** |

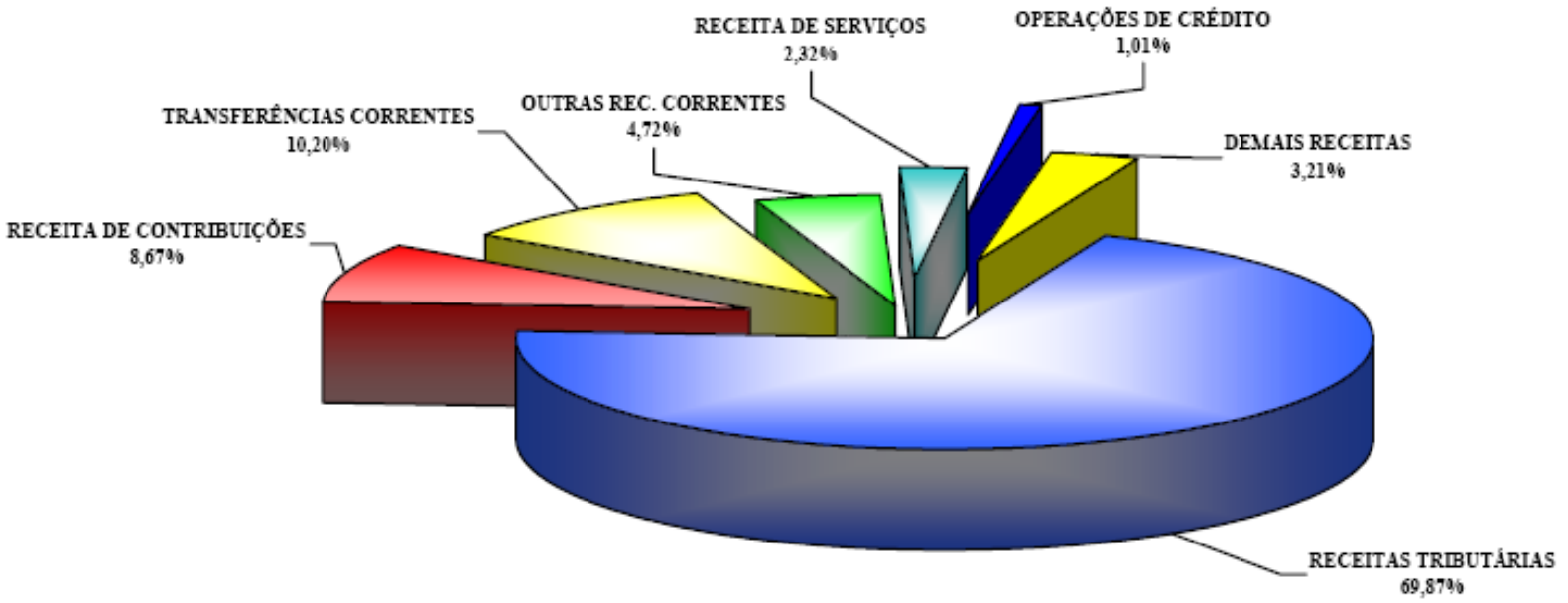
| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| BOLSAS DOS PROGRAMAS SOCIAIS | 19.710,75 | 4.467.545,00 | 2.207.378,00 | 2.226.261,00 | 2.221.016,00 | 2.183.433,00 | 2.449.750,00 | 2.176.983,00 | **17.952.076,75** |
| AUXÍLIO SAÚDE | 165.780,95 | 179.424,90 | 285.234,25 | 185.439,97 | 323.852,66 | 473.639,27 | 332.468,16 | 329.689,38 | **2.275.529,54** |
| DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO | 2.221.844,00 | (2.017.844,00) | 430.000,00 | 88.000,00 | 148.839,00 | 199.500,00 | 380.648,35 | 14.287,60 | **1.465.274,95** |
| INDENIZAÇÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE | 583.449,46 | 596.014,19 | 666.288,12 | 677.454,76 | 625.351,80 | 707.717,69 | 710.479,26 | 718.192,95 | **5.284.948,23** |
| DIVERSAS SENTENÇAS | - | - | - | - | - | - | - | 769.870,00 | **769.870,00** |
| OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | - | 35.541,42 | 14.561,16 | - | - | - | - | 227.623,36 | **277.725,94** |
| DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL | - | - | - | - | 7.007,44 | - | - | - | **7.007,44** |
| MATERIAL DE CONSUMO | 916,99 | - | - | 1.271.075,75 | 863,25 | - | - | 93.234,48 | **1.366.090,47** |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 3.225,40 | 9.714,61 | 9.576,11 | 2.648,42 | - | 1.162.998,20 | - | 194,65 | **1.188.357,39** |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 171.550,13 | 910.385,39 | 3.439.662,83 | 15.713.670,43 | 6.852.477,17 | 8.505.878,63 | 14.673.634,05 | 1.966.127,44 | **52.233.386,07** |
| AUXILIO ALIMENTAÇÃO | 39,90 | 5.577,22 | - | - | 64,46 | - | - | - | **5.681,58** |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 63.787,47 | - | - | - | - | - | - | - | **63.787,47** |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | - | - | 3.500,00 | 6.970,04 | 2.385,00 | - | 8.070,00 | - | **20.925,04** |
| INDENIZAÇÕES | 1.521.864,82 | 1.676.457,83 | 1.649.033,17 | 1.651.455,39 | 1.692.911,80 | 1.692.511,27 | 1.619.373,19 | 517.289,69 | **12.020.897,16** |
| RESTITUIÇÕES | 60.287,18 | 136.583,03 | 2.081.500,75 | 200.546,25 | 115.674,65 | 105.203,58 | 152.264,15 | 95.169,42 | **2.947.229,01** |
| RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS | 369,57 | 329,90 | 83.013,63 | 108.883,54 | 27.179,01 | 318.653,09 | 314.369,04 | 386.133,88 | **1.238.931,66** |
| INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE | 143.121,74 | 143.332,39 | 161.005,50 | 173.215,57 | 182.350,81 | 172.569,36 | 187.317,17 | 1.271.986,33 | **2.434.898,87** |
| RESSARCIMENTOS | 23.313,25 | 133.208,92 | 297.122,28 | 332.454,02 | 231.084,10 | 311.630,74 | 312.916,23 | 255.697,59 | **1.897.427,13** |
| ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES | - | - | 1.512,00 | 17.340,00 | 13.530,00 | 20.745,00 | 16.425,00 | 228.320,00 | **297.872,00** |
| SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS | - | - | - | 6.281,54 | 6.999,13 | 6.900,85 | 6.999,13 | 12.425,53 | **39.606,18** |
| LOCAÇÃO DE IMÓVEIS | - | - | 8.375,79 | 8.105,60 | 4.052,80 | - | 4.052,80 | 8.105,60 | **32.692,59** |
| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | - | 13.797,36 | 13.818,00 | 13.272,00 | 14.365,40 | 14.461,00 | 14.775,90 | 15.097,70 | **99.587,36** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE | - | 26.252,93 | 26.252,93 | - | 26.252,93 | - | 27.132,24 | 26.252,93 | **132.143,96** |
| SERVIÇOS DOMÉSTICOS | - | - | - | - | - | - | - | 14.162,30 | **14.162,30** |
| SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL | - | 23.430,00 | 23.700,00 | 12.480,00 | 4.005,00 | 31.050,00 | 8.385,00 | 19.800,00 | **122.850,00** |
| SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS | - | - | 293,00 | - | - | - | - | 6.367,63 | **6.660,63** |
| SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | - | - | - | - | 2.770,50 | - | 8.398,05 | 111.183,67 | **122.352,22** |
| SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL | - | 269.764,76 | 12.173,87 | 158.600,16 | 531.757,52 | 330.957,34 | 77.586,90 | 80.794,29 | **1.461.634,84** |
| SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA | - | - | - | - | - | - | 30.000,00 | 14.310,00 | **44.310,00** |
| OUTROS SERVIÇOS | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ENCARGOS TRIBUTÁRIOS | - | 530.257,26 | - | - | - | - | - | (150.224,85) | **380.032,41** |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | - | - | 2.232,50 | - | - | - | - | - | **2.232,50** |
| **INVESTIMENTOS** | **427.310,59** | **3.376.991,37** | **28.557.572,20** | **29.708.361,51** | **42.633.292,10** | **78.580.216,14** | **70.037.071,06** | **90.563.102,81** | **343.883.917,78** |
| TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS | - | - | - | - | - | 600.000,00 | 2.000.000,00 | - | **2.600.000,00** |
| TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES PRIVADAS | - | - | - | 13.543,66 | - | - | - | - | **13.543,66** |
| APOIO Á PESQUISA - PESSOA FÍSICA | - | - | - | - | 473.564,36 | 284.871,23 | 66.030,00 | - | **824.465,59** |
| APOIO Á PESQUISA - PESSOA JURÍDICA | - | - | - | - | - | - | 72.500,00 | 47.800,00 | **120.300,00** |
| ESTUDOS E PROJETOS | - | - | - | 57.948,00 | 141.610,99 | 218.290,50 | 68.821,53 | 349.258,22 | **835.929,24** |
| EDIFICAÇÃO | - | 2.495.336,36 | 21.336.834,75 | 13.430.725,19 | 15.776.889,20 | 18.037.151,54 | 16.147.276,87 | 14.818.196,11 | **102.042.410,02** |
| OBRAS E URBANIZAÇÃO | 389.405,59 | 846.921,34 | 4.169.893,73 | 5.284.144,31 | 9.400.416,98 | 27.686.497,65 | 24.315.179,33 | 37.844.293,45 | **109.936.752,38** |
| OBRAS RODOVIÁRIAS | - | - | 2.234.738,27 | 408.925,91 | 803.802,75 | 13.240.891,45 | 16.704.502,97 | 10.113.916,12 | **43.506.777,47** |
| INSTALAÇÕES | - | - | - | - | - | - | 22.487,04 | - | **22.487,04** |
| OBRAS COM O METRÔ | - | - | - | 5.100.274,39 | 8.913.069,81 | 11.117.316,66 | 162.500,00 | 14.712.094,12 | **40.005.254,98** |
| BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS | - | - | - | - | - | - | 93.196,13 | 4.682.334,83 | **4.775.530,96** |

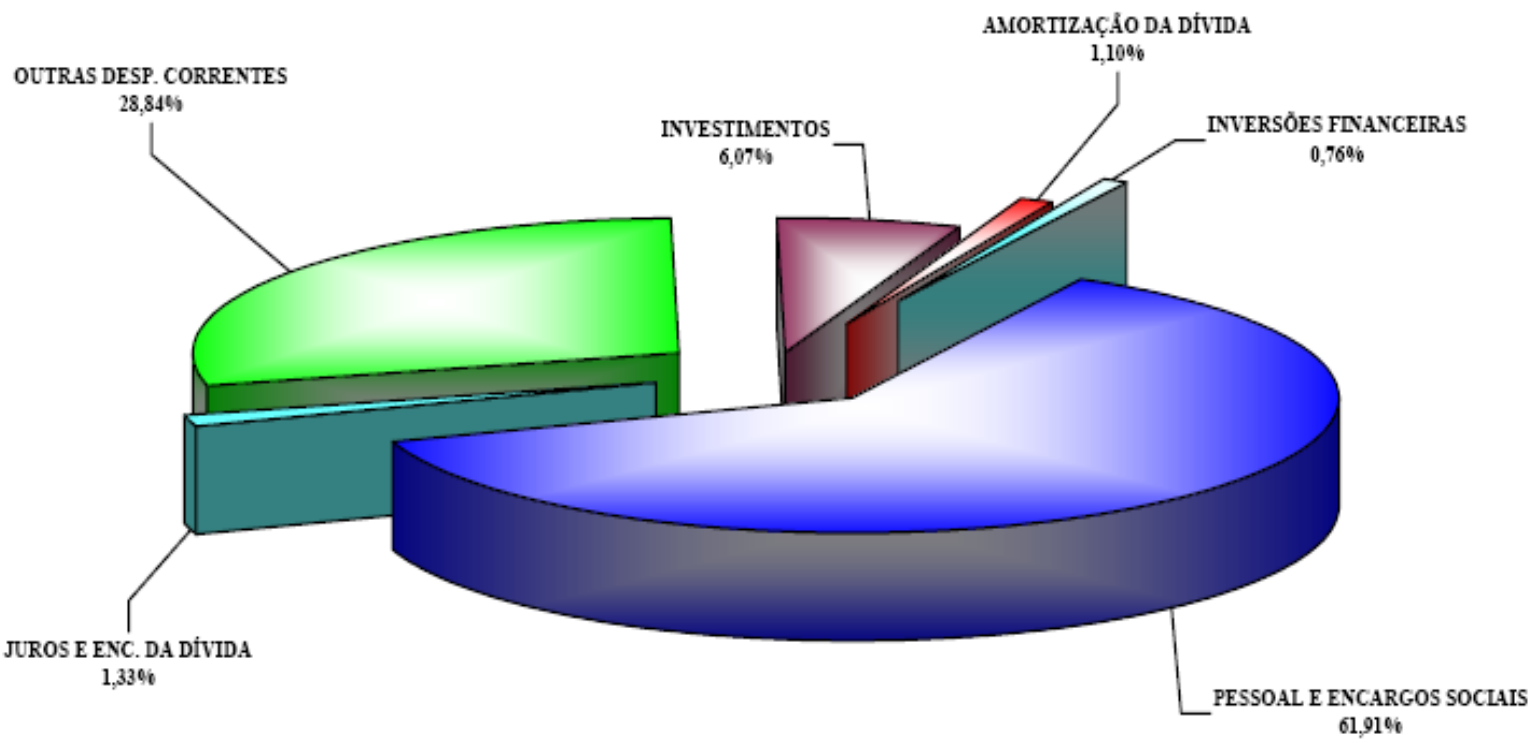
| DESPESAS | MÊS | | | | | | | | Total Global |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | janeiro | fevereiro | março | abril | maio | junho | julho | agosto | |
| OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO | 23.200,00 | 749,00 | 35.564,00 | 118.693,00 | 7.885,00 | 3.680,00 | 188.732,50 | 53.548,17 | **432.051,67** |
| APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO | - | 3.647,27 | - | 17.173,20 | 3.138,00 | 78.400,00 | 42.761,46 | 17.919,00 | **163.038,93** |
| APARELHOS, EQUIP., UTENSÍLIOS MÉD.-ODONTOLÓGICOS, LABORAT. | - | - | - | 1.446.000,00 | 1.208.820,45 | 486.256,60 | 1.097.403,43 | 2.791.947,59 | **7.030.428,07** |
| APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES | - | - | 109.600,00 | 3.900,00 | - | 314.566,07 | 5.411,90 | 7.899,95 | **441.377,92** |
| APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS | 2.810,00 | - | 15.205,00 | 138.707,17 | 8.813,00 | 17.546,90 | 81.820,98 | 74.502,25 | **339.405,30** |
| COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS | - | - | - | 8.269,79 | 2.976.146,00 | 122.662,69 | 46.151,40 | 5.346,98 | **3.158.576,86** |
| EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO | - | - | - | - | - | 21.660,00 | - | - | **21.660,00** |
| EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO | - | 6.622,00 | 25.707,60 | 133.671,99 | 35.595,00 | 26.373,00 | 17.890,00 | 12.114,00 | **257.973,59** |
| INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS | - | - | - | - | - | - | 5.600,00 | - | **5.600,00** |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL | - | - | - | - | - | - | 30.260,00 | - | **30.260,00** |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS | - | - | 4.444,60 | - | 16.611,00 | 312.670,00 | - | 90.707,00 | **424.432,60** |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS | - | - | - | 390,40 | 10.548,00 | - | 583.628,00 | - | **594.566,40** |
| EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | - | 6.250,00 | 21.508,00 | 1.108.701,94 | 813.885,50 | 14.394,85 | 59.849,00 | 16.755,60 | **2.041.344,89** |
| MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS | 11.370,00 | - | 38.646,99 | 71.174,00 | 80.019,46 | 100.209,99 | 3.171.414,37 | 1.927.055,83 | **5.399.890,64** |
| EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS | - | 1.977,00 | 43.765,40 | 143.360,27 | 133.870,00 | 951.462,00 | 745.694,60 | 830.184,50 | **2.850.313,77** |
| MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSILIOS DE ESCRITÓRIO | - | - | 2.776,50 | 4.620,00 | 770,00 | - | 25.612,36 | 96.965,90 | **130.744,76** |
| MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA | 525,00 | 14.400,00 | 93,00 | 16.302,34 | 7.681,26 | 6.819,10 | 3.715,79 | 6.811,40 | **56.347,89** |
| EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS | - | - | - | - | - | - | 7.482,00 | 99,60 | **7.581,60** |
| MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS | - | - | - | 75.590,00 | 11.619,88 | 62.827,00 | 32.861,00 | 4.355,00 | **187.252,88** |
| MOBILIÁRIO EM GERAL | - | 1.088,40 | 482.994,36 | 1.258.272,41 | 1.006.209,73 | 2.631.533,25 | 937.336,34 | 1.045.945,30 | **7.363.379,79** |
| OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU | - | - | 3.800,00 | - | - | - | - | - | **3.800,00** |
| VEÍCULOS DIVERSOS | - | - | 32.000,00 | 45.650,00 | - | 668.440,00 | 438.716,70 | 292.120,00 | **1.476.926,70** |
| PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS | - | - | - | 8.540,14 | 120.322,00 | 278.223,80 | 386.785,22 | 143.437,15 | **937.308,31** |
| VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA | - | - | - | 379.310,00 | 348.134,00 | 1.042.485,00 | 949.803,30 | 206.350,00 | **2.926.082,30** |
| ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS | - | - | - | 688,00 | - | - | 130.399,97 | 162.999,97 | **294.087,94** |
| EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTROS MATERIAIS PERMANENTES | - | - | - | 65.350,00 | 241.761,00 | 254.986,86 | - | - | **562.097,86** |
| OBRAS E INSTALAÇÕES | - | - | - | - | - | - | - | 133.766,80 | **133.766,80** |
| OBRAS E INSTALAÇÕES NÃO IMOBILIZÁVEIS | - | - | - | 368.435,40 | 92.108,73 | - | - | - | **460.544,13** |
| RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIO | - | - | - | - | - | - | 1.395.246,87 | 74.377,97 | **1.469.624,84** |
| **INVERSÕES FINANCEIRAS** | - | **6.500.179,76** | **594.223,50** | **23.548.605,49** | **7.926.790,02** | **2.189.842,34** | **1.623.219,01** | **496.841,46** | **42.879.701,58** |
| FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS | - | 6.500.179,76 | 594.223,50 | 23.548.605,49 | 7.926.790,02 | 2.189.842,34 | 1.623.219,01 | 496.841,46 | **42.879.701,58** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA** | **10.477.100,80** | **5.691.957,17** | **6.345.652,19** | **5.504.230,00** | **5.512.447,83** | **11.085.640,06** | **10.538.978,92** | **7.039.803,57** | **62.195.810,54** |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA CONTR.C/INST FINANCEIRA | 4.804.236,25 | 5.691.957,17 | 6.345.652,19 | 5.504.230,00 | 5.512.447,83 | 5.636.617,36 | 5.644.722,20 | 7.039.803,57 | **46.179.666,57** |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA POR CONTRATO | 5.672.864,55 | - | - | - | - | 5.449.022,70 | 4.894.256,72 | - | **16.016.143,97** |
| **Total Global** | **486.189.048,68** | **529.130.759,53** | **630.710.961,55** | **731.086.519,15** | **738.003.532,93** | **891.283.024,03** | **779.430.353,13** | **883.134.318,59** | **5.668.968.517,59** |

**FONTE : SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil**
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

DISTRITO FEDERAL
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CONSOLIDADA
ATÉ AGOSTO DE 2008




DISTRITO FEDERAL
EXECUÇÃO DA DESPESA LIQUIDADA
ATÉ AGOSTO 2008



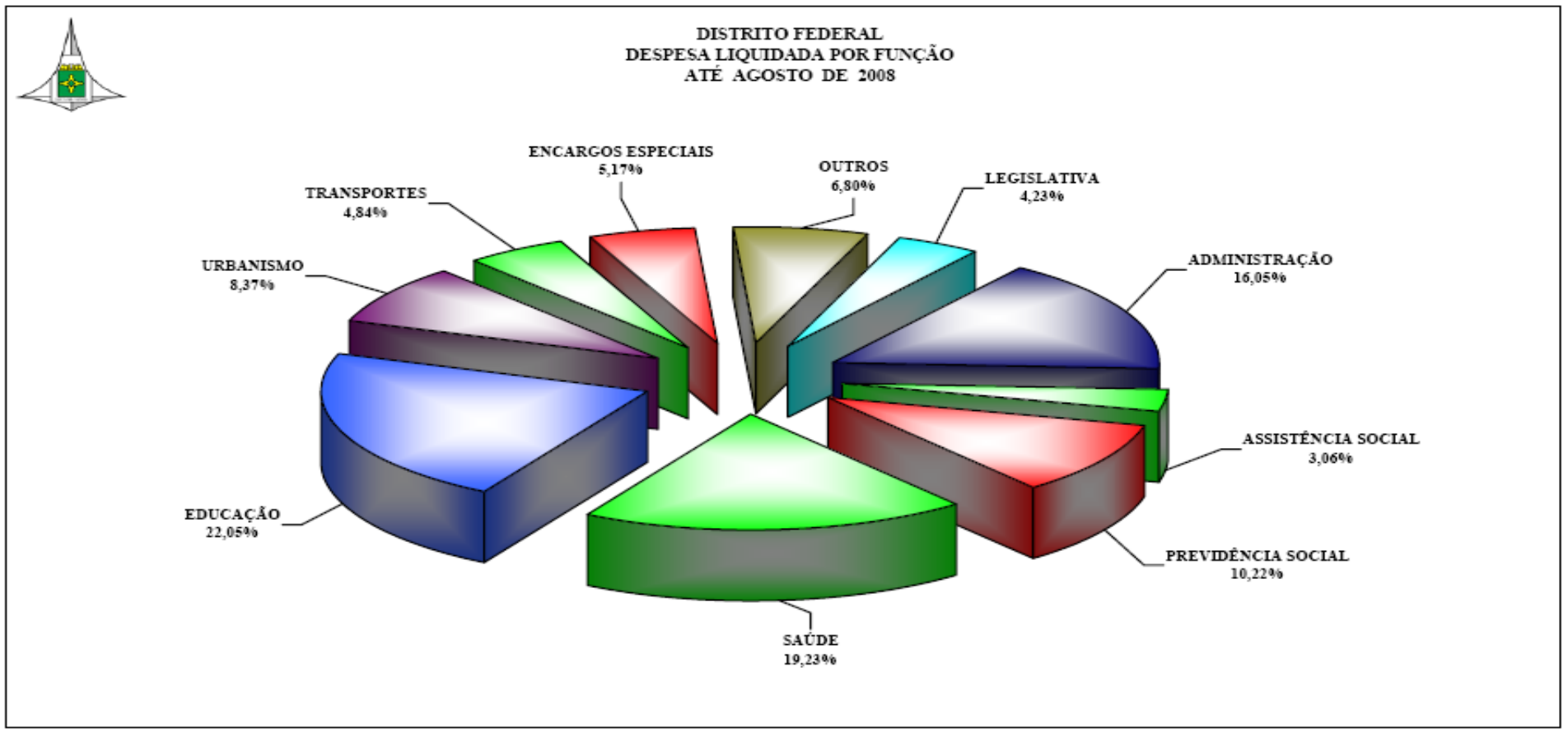
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO AUTORIZADA | DESPESA EMPENHADA | | DESPESA LIQUIDADA | | % | % | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | | | |
| | A | B | C | D | E | F | (F) | F/B | B-F |
| **LEGISLATIVA** | **381.462.974,00** | **395.485.141,91** | **64.723.142,98** | **263.173.900,52** | **54.019.516,23** | **239.592.129,68** | **4,23** | **60,58** | **155.893.012,23** |
| AÇÃO LEGISLATIVA | 19.969.810,00 | 19.479.810,00 | 598.126,17 | 1.379.107,10 | 621.014,38 | 1.071.555,54 | 0,02 | 5,50 | 18.408.254,46 |
| CONTROLE EXTERNO | 2.356.799,00 | 14.509.292,91 | 3.915.492,39 | 5.711.248,07 | 1.605.339,47 | 1.652.281,77 | 0,03 | 11,39 | 12.857.011,14 |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 328.128.240,00 | 336.524.466,00 | 57.270.860,04 | 243.013.912,46 | 49.920.770,45 | 226.152.743,17 | 3,99 | 67,20 | 110.371.722,83 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 1.361.572,00 | 2.856.170,00 | 187.064,38 | 438.393,59 | 46.760,00 | 130.229,21 | 0,00 | 4,56 | 2.725.940,79 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 29.146.553,00 | 21.615.403,00 | 2.751.600,00 | 12.631.239,30 | 1.825.631,93 | 10.585.319,99 | 0,19 | 48,97 | 11.030.083,01 |
| DIFUSÃO CULTURAL | 500.000,00 | 500.000,00 | - | - | - | - | - | - | 500.000,00 |
| | | | | | | | - | - | - |
| **JUDICIÁRIA** | **3.177.100,00** | **3.737.451,00** | **167.064,66** | **2.471.121,25** | **246.310,59** | **2.388.526,68** | **0,04** | **63,91** | **1.348.924,32** |
| AÇÃO JUDICIÁRIA | 3.177.100,00 | 3.737.451,00 | 167.064,66 | 2.471.121,25 | 246.310,59 | 2.388.526,68 | 0,04 | 63,91 | 1.348.924,32 |
| **ADMINISTRAÇÃO** | **1.510.415.180,00** | **1.642.617.281,00** | **256.554.158,37** | **954.299.978,00** | **241.313.221,16** | **909.693.738,00** | **16,05** | **55,38** | **732.923.543,00** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.355.611.842,00 | 1.417.346.196,00 | 224.223.792,00 | 834.111.983,99 | 218.410.780,33 | 804.984.819,59 | 14,20 | 56,80 | 612.361.376,41 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 5.102.333,00 | 33.408.347,00 | 9.738.934,94 | 21.792.215,16 | 3.210.642,17 | 10.237.971,97 | 0,18 | 30,64 | 23.170.375,03 |
| ORDENAMENTO TERRITORIAL | 2.094.040,00 | 5.411.538,00 | 49.868,71 | 50.168,71 | - | - | - | - | 5.411.538,00 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 3.116.173,00 | 3.783.094,00 | 309.670,00 | 688.511,40 | 103.393,00 | 345.311,40 | 0,01 | 9,13 | 3.437.782,60 |
| ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS | 4.273.941,00 | 20.248.753,00 | 787.815,71 | 879.865,70 | 210.688,13 | 239.578,13 | 0,00 | 1,18 | 20.009.174,87 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 92.856.355,00 | 93.196.000,00 | 21.158.299,08 | 58.662.259,79 | 19.241.631,08 | 56.005.757,81 | 0,99 | 60,09 | 37.190.242,19 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 10.461.294,00 | 10.461.294,00 | - | - | - | - | - | - | 10.461.294,00 |
| PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR | 100.000,00 | 100.000,00 | - | - | - | - | - | - | 100.000,00 |
| ENSINO SUPERIOR | 5.854.733,00 | 3.354.733,00 | - | 856.582,86 | - | 856.582,86 | 0,02 | 25,53 | 2.498.150,14 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 1.122.672,00 | 285.777,93 | 593.413,73 | 136.086,45 | 358.739,58 | 0,01 | 31,95 | 763.932,42 |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 7.569,00 | 15.105,00 | - | - | - | - | - | - | 15.105,00 |
| DIFUSÃO DO CONHEC. CIENT. E TECNOLÓGICO | - | 75.000,00 | - | - | - | - | - | - | 75.000,00 |
| PROMOÇÃO INDUSTRIAL | 30.930.000,00 | 54.087.649,00 | - | 36.664.976,66 | - | 36.664.976,66 | 0,65 | 67,79 | 17.422.672,34 |
| TURISMO | 6.900,00 | 6.900,00 | - | - | - | - | - | - | 6.900,00 |
| **SEGURANÇA PÚBLICA** | **166.830.611,00** | **195.235.063,00** | **23.755.652,91** | **87.593.696,03** | **19.597.057,65** | **67.437.303,58** | **1,19** | **34,54** | **127.797.759,42** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 55.051.293,00 | 57.900.767,00 | 6.740.627,56 | 22.309.631,71 | 6.515.815,02 | 18.163.767,44 | 0,32 | 31,37 | 39.736.999,56 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 3.683.115,00 | 3.683.115,00 | 174,00 | 19.721,63 | 5.275,20 | 8.618,09 | 0,00 | 0,23 | 3.674.496,91 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 44.864,00 | 44.864,00 | - | - | - | - | - | - | 44.864,00 |
| POLICIAMENTO | 87.963.480,00 | 106.175.090,00 | 8.134.631,58 | 46.109.217,67 | 9.239.385,56 | 36.675.366,72 | 0,65 | 34,54 | 69.499.723,28 |
| DEFESA CIVIL | 3.302.041,00 | 3.461.987,00 | 740.379,32 | 803.855,34 | 217.279,25 | 279.845,62 | 0,00 | 8,08 | 3.182.141,38 |
| ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE | 848.994,00 | 664.179,00 | 25.928,30 | 36.056,48 | 15.059,50 | 25.187,68 | 0,00 | 3,79 | 638.991,32 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 1.471.277,00 | 277,00 | - | - | - | - | - | - | 277,00 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | 14.107.284,00 | 23.028.659,00 | 8.113.912,15 | 18.315.213,20 | 3.604.243,12 | 12.284.518,03 | 0,22 | 53,34 | 10.744.140,97 |
| CONTROLE AMBIENTAL | 358.263,00 | 276.125,00 | - | - | - | - | - | - | 276.125,00 |
| **ASSISTÊNCIA SOCIAL** | **319.870.361,00** | **335.790.288,35** | **49.518.309,87** | **191.715.383,13** | **47.244.013,30** | **173.484.114,65** | **3,06** | **51,66** | **162.306.173,70** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 126.755.395,00 | 123.109.703,00 | 21.940.111,95 | 84.111.704,72 | 21.805.148,93 | 80.278.108,61 | 1,42 | 65,21 | 42.831.594,39 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 130.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ASSISTÊNCIA AO IDOSO | 2.155.793,00 | 2.231.490,00 | 105.792,70 | 392.980,20 | 74.857,35 | 291.009,65 | 0,01 | 13,04 | 1.940.480,35 |
| ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 2.625.431,00 | 6.983.239,60 | 850.246,85 | 2.455.409,27 | 541.125,16 | 1.888.899,98 | 0,03 | 27,05 | 5.094.339,62 |
| ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE | 23.741.720,00 | 36.811.285,75 | 4.904.025,15 | 16.365.404,68 | 3.521.498,39 | 12.644.410,01 | 0,22 | 34,35 | 24.166.875,74 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 90.074.733,00 | 88.073.281,00 | 6.863.549,41 | 34.976.885,96 | 8.132.244,81 | 32.594.825,23 | 0,57 | 37,01 | 55.478.455,77 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | 72.867.289,00 | 75.361.289,00 | 14.854.583,81 | 53.388.358,30 | 13.161.018,66 | 45.778.741,17 | 0,81 | 60,75 | 29.582.547,83 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL | 200.000,00 | 200.000,00 | - | - | - | - | - | - | 200.000,00 |
| DIFUSÃO CULTURAL | 150.000,00 | 150.000,00 | - | - | - | - | - | - | 150.000,00 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | 780.000,00 | 2.480.000,00 | - | 24.640,00 | 8.120,00 | 8.120,00 | 0,00 | 0,33 | 2.471.880,00 |
| DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 100.000,00 | 100.000,00 | - | - | - | - | - | - | 100.000,00 |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 240.000,00 | 240.000,00 | - | - | - | - | - | - | 240.000,00 |
| DESPORTO COMUNITÁRIO | 50.000,00 | 50.000,00 | - | - | - | - | - | - | 50.000,00 |
| **PREVIDÊNCIA SOCIAL** | **964.701.730,00** | **1.005.202.086,00** | **147.913.894,31** | **581.055.667,04** | **146.519.171,13** | **579.398.929,08** | **10,22** | **57,64** | **425.803.156,92** |
| PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | 964.701.730,00 | 1.005.202.086,00 | 147.913.894,31 | 581.055.667,04 | 146.519.171,13 | 579.398.929,08 | 10,22 | 57,64 | 425.803.156,92 |
| | | | | | | | - | - | - |
| **SAÚDE** | **1.774.272.353,00** | **1.889.315.678,00** | **262.901.029,82** | **1.245.900.169,25** | **287.367.274,85** | **1.089.867.433,98** | **19,23** | **57,69** | **799.448.244,02** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.083.396.455,00 | 1.071.634.968,00 | 176.220.213,11 | 734.005.775,96 | 172.269.791,84 | 722.798.409,55 | 12,75 | 67,45 | 348.836.558,45 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 15.632.398,00 | 21.632.398,00 | 3.327.872,84 | 11.926.863,18 | 2.845.227,74 | 10.304.654,65 | 0,18 | 47,64 | 11.327.743,35 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 23.936.341,00 | 24.014.897,00 | 6.624.864,83 | 18.357.782,09 | 4.195.327,25 | 15.841.794,13 | 0,28 | 65,97 | 8.173.102,87 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 615.482,00 | 494.672,00 | 47.980,00 | 66.010,00 | 41.055,00 | 59.085,00 | 0,00 | 11,94 | 435.587,00 |
| ATENÇÃO BÁSICA | 19.444.329,00 | 35.898.317,00 | 4.220.481,22 | 5.917.530,45 | 3.038.285,11 | 3.722.340,30 | 0,07 | 10,37 | 32.175.976,70 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 594.359.628,00 | 693.707.022,00 | 68.030.605,96 | 460.132.257,26 | 101.151.559,56 | 328.265.474,24 | 5,79 | 47,32 | 365.441.547,76 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO | 13.260.000,00 | 13.060.000,00 | 1.062.722,94 | 8.537.241,52 | 2.012.141,80 | 5.829.298,85 | 0,10 | 44,63 | 7.230.701,15 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 10.929.399,00 | 13.260.117,00 | 2.658.536,03 | 4.386.352,48 | 1.156.947,28 | 1.848.415,11 | 0,03 | 13,94 | 11.411.701,89 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | 9.208.038,00 | 9.583.452,00 | 704.212,89 | 2.071.432,87 | 404.691,92 | 918.759,25 | 0,02 | 9,59 | 8.664.692,75 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 2.300.000,00 | - | - | - | - | - | - | 2.300.000,00 |
| CONTROLE AMBIENTAL | 3.292.926,00 | 3.532.478,00 | 3.540,00 | 498.923,44 | 252.247,35 | 279.202,90 | 0,00 | 7,90 | 3.253.275,10 |
| DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO | 197.357,00 | 197.357,00 | - | - | - | - | - | - | 197.357,00 |
| **TRABALHO** | **74.739.532,00** | **100.697.760,00** | **4.375.236,26** | **15.950.829,39** | **3.564.580,35** | **11.504.656,38** | **0,20** | **11,42** | **89.193.103,62** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 11.658.786,00 | 20.711.775,00 | 1.242.538,05 | 4.196.553,07 | 1.246.524,18 | 4.195.340,79 | 0,07 | 20,26 | 16.516.434,21 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | - | 80.000,00 | - | - | - | - | - | - | 80.000,00 |
| PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR | 20.043.029,00 | 31.488.443,00 | 356.000,00 | 2.474.736,12 | 355.076,00 | 1.251.670,97 | 0,02 | 3,98 | 30.236.772,03 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| EMPREGABILIDADE | 2.023.929,00 | 1.573.929,00 | - | - | - | - | - | - | 1.573.929,00 |
| FOMENTO AO TRABALHO | 40.986.693,00 | 46.814.565,00 | 2.776.698,21 | 9.279.540,20 | 1.962.980,17 | 6.057.644,62 | 0,11 | 12,94 | 40.756.920,38 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL | - | 1.953,00 | - | - | - | - | - | - | 1.953,00 |
| DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 27.095,00 | 27.095,00 | - | - | - | - | - | - | 27.095,00 |
| **EDUCAÇÃO** | **1.474.650.670,00** | **1.631.260.432,00** | **476.359.357,98** | **1.331.965.372,24** | **448.213.856,06** | **1.249.747.016,09** | **22,05** | **76,61** | **381.513.415,91** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 254.456.835,00 | 234.519.007,00 | 66.829.317,30 | 194.013.981,45 | 66.952.176,22 | 192.714.838,13 | 3,40 | 82,17 | 41.804.168,87 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 14.455.373,00 | 26.261.564,00 | 5.687.296,41 | 13.945.938,38 | 2.967.296,41 | 10.892.390,31 | 0,19 | 41,48 | 15.369.173,69 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 283.897,00 | 121.064,00 | 35.440,00 | 39.610,00 | 3.780,00 | 7.950,00 | 0,00 | 6,57 | 113.114,00 |
| ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 50.000,00 | 50.000,00 | - | - | - | - | - | - | 50.000,00 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 243.804,00 | 243.804,00 | - | - | - | - | - | - | 243.804,00 |
| SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO | 194,00 | 194,00 | - | - | - | - | - | - | 194,00 |
| ENSINO FUNDAMENTAL | 948.379.912,00 | 1.077.666.830,00 | 259.386.812,59 | 904.456.521,66 | 243.895.901,71 | 846.705.531,88 | 14,94 | 78,57 | 230.961.298,12 |
| ENSINO MÉDIO | 125.277.406,00 | 133.533.927,00 | 64.972.904,35 | 111.976.023,06 | 58.785.978,62 | 100.134.707,61 | 1,77 | 74,99 | 33.399.219,39 |
| ENSINO PROFISSIONAL | 29.604.085,00 | 25.330.395,00 | 7.813.916,27 | 11.932.190,04 | 7.928.440,95 | 11.255.761,90 | 0,20 | 44,44 | 14.074.633,10 |
| ENSINO SUPERIOR | 1.112.775,00 | 1.179.865,00 | 32.660,00 | 434.032,55 | 82.507,20 | 231.465,05 | 0,00 | 19,62 | 948.399,95 |
| EDUCAÇÃO INFANTIL | 81.189.452,00 | 111.865.914,00 | 63.706.760,63 | 86.216.748,07 | 64.114.679,71 | 83.649.330,76 | 1,48 | 74,78 | 28.216.583,24 |
| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | 3.806.864,00 | 3.706.864,00 | 993.253,07 | 1.087.106,40 | 693.253,07 | 767.106,40 | 0,01 | 20,69 | 2.939.757,60 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL | 10.379.270,00 | 10.843.793,00 | 2.990.266,04 | 3.730.777,15 | 2.595.002,17 | 2.998.800,89 | 0,05 | 27,65 | 7.844.992,11 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 544.600,00 | 174.500,00 | 174.500,00 | 174.500,00 | 174.500,00 | 0,00 | 32,04 | 370.100,00 |
| DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 9.769,00 | 9.769,00 | - | - | - | - | - | - | 9.769,00 |
| DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO | 59.642,00 | 59.642,00 | - | 18.320,00 | 9.160,00 | 18.320,00 | 0,00 | 30,72 | 41.322,00 |
| DIFUSÃO DO CONHEC. CIENT. E TECNOLÓGICO | 5.253.461,00 | 5.235.269,00 | 3.736.231,32 | 3.939.623,48 | 11.180,00 | 196.313,16 | 0,00 | 3,75 | 5.038.955,84 |
| DESPORTO COMUNITÁRIO | 87.931,00 | 87.931,00 | - | - | - | - | - | - | 87.931,00 |
| **CULTURA** | **115.438.669,00** | **126.102.431,00** | **11.260.228,35** | **56.286.104,23** | **12.228.530,22** | **51.478.740,35** | **0,91** | **40,82** | **74.623.690,65** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 45.179.109,00 | 42.945.465,00 | 6.190.847,79 | 25.120.683,71 | 6.517.321,81 | 24.328.578,90 | 0,43 | 56,65 | 18.616.886,10 |
| PATRIMÔNIO HIST., ART. E ARQUEOLÓGICO | 74.481,00 | 74.481,00 | 718,00 | 18.189,60 | 1.620,60 | 18.189,60 | 0,00 | 24,42 | 56.291,40 |
| DIFUSÃO CULTURAL | 67.281.551,00 | 82.074.957,00 | 5.060.572,56 | 31.014.234,81 | 5.684.745,56 | 26.999.513,49 | 0,48 | 32,90 | 55.075.443,51 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 104.000,00 | 8.090,00 | 17.090,00 | 13.781,75 | 16.552,25 | 0,00 | 15,92 | 87.447,75 |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 2.053.528,00 | 53.528,00 | - | - | - | - | - | - | 53.528,00 |
| TURISMO | 850.000,00 | 850.000,00 | - | 115.906,11 | 11.060,50 | 115.906,11 | 0,00 | 13,64 | 734.093,89 |
| **DIREITOS DA CIDADANIA** | **27.775.474,00** | **38.842.959,00** | **5.943.174,04** | **19.036.785,62** | **6.277.872,95** | **18.217.576,44** | **0,32** | **46,90** | **20.625.382,56** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 2.686.627,00 | 2.686.627,00 | 99.163,10 | 450.257,05 | 96.643,42 | 440.257,61 | 0,01 | 16,39 | 2.246.369,39 |
| ASSISTÊNCIA AO IDOSO | 34.514,00 | 34.514,00 | - | - | - | - | - | - | 34.514,00 |
| ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 269.117,00 | 269.117,00 | 58.200,00 | 58.200,00 | 58.200,00 | 58.200,00 | 0,00 | 21,63 | 210.917,00 |
| ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE | 338.235,00 | 4.089.206,00 | 91.742,53 | 99.895,55 | 96.830,63 | 96.861,63 | 0,00 | 2,37 | 3.992.344,37 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 134.836,00 | 52.536,00 | - | - | - | - | - | - | 52.536,00 |
| DIFUSÃO CULTURAL | 30.000,00 | 30.000,00 | - | - | - | - | - | - | 30.000,00 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | 20.388.079,00 | 26.212.084,00 | 3.482.560,35 | 15.829.526,51 | 3.742.771,73 | 15.156.209,16 | 0,27 | 57,82 | 11.055.874,84 |
| DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS | 3.565.503,00 | 5.240.312,00 | 2.211.508,06 | 2.598.906,51 | 2.283.427,17 | 2.466.048,04 | 0,04 | 47,06 | 2.774.263,96 |
| LAZER | 328.563,00 | 228.563,00 | - | - | - | - | - | - | 228.563,00 |
| **URBANISMO** | **1.017.164.272,00** | **1.374.392.432,00** | **271.712.618,10** | **711.048.668,88** | **157.962.967,78** | **474.363.834,50** | **8,37** | **34,51** | **900.028.597,50** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 385.289.531,00 | 381.685.153,00 | 55.671.967,80 | 260.130.463,63 | 53.569.974,84 | 231.888.382,80 | 4,09 | 60,75 | 149.796.770,20 |
| NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | 344.430,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 3.221.452,00 | 1.921.544,00 | 754.413,38 | 1.216.746,08 | 139.826,10 | 420.242,05 | 0,01 | 21,87 | 1.501.301,95 |
| ORDENAMENTO TERRITORIAL | 5.479.762,00 | 6.862.992,00 | 1.149.994,90 | 1.157.419,90 | - | 7.425,00 | 0,00 | 0,11 | 6.855.567,00 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 1.459.105,00 | 3.059.105,00 | 85.000,00 | 369.210,02 | 120.045,00 | 281.030,02 | 0,00 | 9,19 | 2.778.074,98 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 709.010,00 | 1.892.607,00 | 1.148.583,34 | 1.471.607,34 | 232.399,94 | 554.392,36 | 0,01 | 29,29 | 1.338.214,64 |
| PATRIMÔNIO HIST., ART. E ARQUEOLÓGICO | 295.010,00 | 316.399,00 | 31.570,33 | 142.523,71 | 142.523,71 | 142.523,71 | 0,00 | 45,05 | 173.875,29 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 300.000,00 | - | 220.868,82 | 41.719,40 | 138.194,30 | 0,00 | 46,06 | 161.805,70 |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 404.967.058,00 | 694.801.140,00 | 153.604.286,89 | 271.472.821,88 | 61.732.483,40 | 100.996.299,06 | 1,78 | 14,54 | 593.804.840,94 |
| SERVIÇOS URBANOS | 214.362.838,00 | 282.449.106,00 | 59.016.341,04 | 174.448.116,12 | 41.931.993,89 | 139.740.913,74 | 2,47 | 49,47 | 142.708.192,26 |
| TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS | 651.734,00 | 651.734,00 | 198.458,42 | 198.458,42 | - | - | - | - | 651.734,00 |
| CONTROLE AMBIENTAL | 4.105,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 276.132,00 | 348.547,00 | 52.002,00 | 220.432,96 | 52.001,50 | 194.431,46 | 0,00 | 55,78 | 154.115,54 |
| DESPORTO COMUNITÁRIO | 104.105,00 | 104.105,00 | - | - | - | - | - | - | 104.105,00 |
| **HABITAÇÃO** | **5.437.748,00** | **20.560.647,00** | **2.139.542,48** | **3.188.177,43** | **1.040.978,88** | **1.904.564,21** | **0,03** | **9,26** | **18.656.082,79** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | - | 5.284.000,00 | 851.882,84 | 1.753.768,17 | 803.456,86 | 1.667.042,19 | 0,03 | 31,55 | 3.616.957,81 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | - | 1.150.000,00 | 419.999,64 | 560.249,26 | 189.008,62 | 189.008,62 | 0,00 | 16,44 | 960.991,38 |
| HABITAÇÃO URBANA | 5.437.748,00 | 14.126.647,00 | 867.660,00 | 874.160,00 | 48.513,40 | 48.513,40 | 0,00 | 0,34 | 14.078.133,60 |
| **SANEAMENTO** | **106.840.578,00** | **147.083.942,00** | **42.031.334,52** | **78.139.262,22** | **10.104.012,77** | **15.703.141,51** | **0,28** | **10,68** | **131.380.800,49** |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 47.154.375,00 | 66.151.226,00 | 32.503.460,25 | 48.844.798,96 | 8.571.877,80 | 11.129.169,31 | 0,20 | 16,82 | 55.022.056,69 |
| SANEAMENTO BÁSICO URBANO | 59.686.203,00 | 80.932.716,00 | 9.527.874,27 | 29.294.463,26 | 1.532.134,97 | 4.573.972,20 | 0,08 | 5,65 | 76.358.743,80 |
| **GESTÃO AMBIENTAL** | **73.943.109,00** | **80.072.449,00** | **6.156.117,72** | **28.772.733,25** | **5.893.497,41** | **21.131.355,33** | **0,37** | **26,39** | **58.941.093,67** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 34.324.303,00 | 35.665.111,00 | 5.037.141,95 | 20.174.221,98 | 4.857.023,04 | 17.079.618,96 | 0,30 | 47,89 | 18.585.492,04 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 581.000,00 | 581.000,00 | (1.350,00) | 10.760,00 | 2.160,00 | 10.760,00 | 0,00 | 1,85 | 570.240,00 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 5.169.238,00 | 5.169.238,00 | 11.235,00 | 27.422,00 | 11.235,00 | 27.420,00 | 0,00 | 0,53 | 5.141.818,00 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 358.000,00 | 30.000,00 | 120.589,40 | 29.873,60 | 58.700,00 | 0,00 | 16,40 | 299.300,00 |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 419.412,00 | 213.412,00 | - | - | - | - | - | - | 213.412,00 |
| PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL | 12.795.136,00 | 16.184.920,00 | 817.934,80 | 5.157.002,05 | 674.664,16 | 3.343.007,30 | 0,06 | 20,66 | 12.841.912,70 |
| CONTROLE AMBIENTAL | 876.330,00 | 1.462.952,00 | 9.255,97 | 60.201,97 | 4.060,00 | 55.006,00 | 0,00 | 3,76 | 1.407.946,00 |
| RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS | 1.258.791,00 | 523.206,00 | - | - | - | - | - | - | 523.206,00 |
| RECURSOS HÍDRICOS | 16.668.797,00 | 18.136.508,00 | 251.900,00 | 3.111.153,27 | 314.481,61 | 445.460,49 | 0,01 | 2,46 | 17.691.047,51 |
| OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 1.850.102,00 | 1.778.102,00 | - | 111.382,58 | - | 111.382,58 | 0,00 | 6,26 | 1.666.719,42 |
| **CIÊNCIA E TECNOLOGIA** | **49.239.559,00** | **69.608.085,00** | **3.320.057,95** | **18.833.010,59** | **2.422.323,65** | **14.794.300,36** | **0,26** | **21,25** | **54.813.784,64** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 8.663.776,00 | 8.463.776,00 | 1.082.625,83 | 5.312.392,74 | 1.171.791,97 | 4.424.751,48 | 0,08 | 52,28 | 4.039.024,52 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 3.446.431,00 | 2.956.978,00 | 127.608,39 | 353.343,86 | 259.114,25 | 350.066,93 | 0,01 | 11,84 | 2.606.911,07 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 172.579,00 | 172.579,00 | - | 160.000,00 | 49.755,00 | 122.507,50 | 0,00 | 70,99 | 50.071,50 |
| DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO | 32.119.604,00 | 47.038.728,00 | 1.599.927,30 | 10.585.415,13 | 659.674,70 | 8.733.025,44 | 0,15 | 18,57 | 38.305.702,56 |
| DESENV. TECNOLÓGICO E ENGENHARIA | 1.965.647,00 | 8.424.330,00 | 138.003,00 | 1.629.565,65 | 138.003,00 | 613.164,50 | 0,01 | 7,28 | 7.811.165,50 |
| DIFUSÃO DO CONHEC. CIENT. E TECNOLÓGICO | 2.871.522,00 | 2.551.694,00 | 371.893,43 | 792.293,21 | 143.984,73 | 550.784,51 | 0,01 | 21,59 | 2.000.909,49 |
| **AGRICULTURA** | **96.710.359,00** | **104.805.898,00** | **16.141.491,94** | **65.360.692,79** | **15.899.146,45** | **63.324.633,19** | **1,12** | **60,42** | **41.481.264,81** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 88.696.016,00 | 89.980.115,00 | 15.089.544,38 | 62.321.957,13 | 15.053.624,31 | 61.079.397,52 | 1,08 | 67,88 | 28.900.717,48 |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 75.220,00 | 75.220,00 | - | 36.107,80 | 35.107,80 | 35.107,80 | 0,00 | 46,67 | 40.112,20 |
| ORDENAMENTO TERRITORIAL | 5.500,00 | 5.500,00 | - | - | - | - | - | - | 5.500,00 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 4.000,00 | 24.000,00 | 12.630,00 | 15.660,00 | 12.630,00 | 15.660,00 | 0,00 | 65,25 | 8.340,00 |
| ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | 82.140,00 | 55.140,00 | - | - | - | - | - | - | 55.140,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 123.210,00 | 210.210,00 | - | - | - | - | - | - | 210.210,00 |
| DIFUSÃO CULTURAL | 205.350,00 | 187.350,00 | - | - | - | - | - | - | 187.350,00 |
| CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL | - | 100.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 14.162,30 | 14.162,30 | 0,00 | 14,16 | 85.837,70 |
| PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL | 337.793,00 | 1.096.183,00 | 3.432,00 | 25.534,80 | 6.177,00 | 17.337,46 | 0,00 | 1,58 | 1.078.845,54 |
| PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL | 82.479,00 | 107.479,00 | 6.740,00 | 27.503,00 | 10.547,87 | 17.789,84 | 0,00 | 16,55 | 89.689,16 |
| DEFESA SANITÁRIA VEGETAL | 72.479,00 | 232.769,00 | 11.920,80 | 16.407,04 | 3.554,19 | 5.678,87 | 0,00 | 2,44 | 227.090,13 |
| DEFESA SANITÁRIA ANIMAL | 72.479,00 | 1.426.648,00 | 2.866,16 | 86.778,92 | 5.572,86 | 82.466,12 | 0,00 | 5,78 | 1.344.181,88 |
| ABASTECIMENTO | 2.776.250,00 | 4.327.020,00 | 159.775,30 | 188.757,07 | 161.846,33 | 187.517,57 | 0,00 | 4,33 | 4.139.502,43 |
| EXTENSÃO RURAL | 3.841.805,00 | 6.269.626,00 | 819.912,80 | 2.586.516,53 | 595.171,69 | 1.868.763,61 | 0,03 | 29,81 | 4.400.862,39 |
| IRRIGAÇÃO | 410,00 | 410,00 | - | - | - | - | - | - | 410,00 |
| NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE | 86.229,00 | 86.229,00 | 4.670,50 | 4.670,50 | 164,10 | 164,10 | 0,00 | 0,19 | 86.064,90 |
| PROMOÇÃO COMERCIAL | 687,00 | 687,00 | - | - | - | - | - | - | 687,00 |
| COMERCIALIZAÇÃO | 248.312,00 | 621.312,00 | - | 20.800,00 | 588,00 | 588,00 | 0,00 | 0,09 | 620.724,00 |
| **INDÚSTRIA** | **3.900.875,00** | **3.900.875,00** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **3.900.875,00** |
| PROMOÇÃO INDUSTRIAL | 3.555.027,00 | 3.555.027,00 | - | - | - | - | - | - | 3.555.027,00 |
| PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 345.848,00 | 345.848,00 | - | - | - | - | - | - | 345.848,00 |
| **COMÉRCIO E SERVIÇOS** | **72.244.715,00** | **80.128.416,00** | **6.424.612,98** | **29.553.983,09** | **6.730.561,72** | **27.659.575,62** | **0,49** | **34,52** | **52.468.840,38** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 30.866.617,00 | 27.649.326,00 | 3.072.411,79 | 13.208.276,05 | 3.209.405,73 | 12.452.822,07 | 0,22 | 45,04 | 15.196.503,93 |
| ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES | 652.345,00 | 652.345,00 | 93.661,60 | 385.392,27 | 93.336,31 | 380.491,39 | 0,01 | 58,33 | 271.853,61 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 17.138.063,00 | 12.138.063,00 | 18.175,00 | 150.663,00 | 16.545,00 | 125.032,00 | 0,00 | 1,03 | 12.013.031,00 |
| DIFUSÃO CULTURAL | 290.189,00 | 290.189,00 | - | - | - | - | - | - | 290.189,00 |
| PROMOÇÃO COMERCIAL | 4.146.308,00 | 4.101.308,00 | - | 144.870,00 | - | 115.896,00 | 0,00 | 2,83 | 3.985.412,00 |
| COMERCIALIZAÇÃO | 430.544,00 | 430.544,00 | - | - | - | - | - | - | 430.544,00 |
| TURISMO | 18.720.649,00 | 34.866.641,00 | 3.240.364,59 | 15.664.781,77 | 3.411.274,68 | 14.585.334,16 | 0,26 | 41,83 | 20.281.306,84 |
| **COMUNICAÇÕES** | **13.964,00** | **13.964,00** | **-** | **4.920,00** | **-** | **4.920,00** | **0,00** | **35,23** | **9.044,00** |
| TELECOMUNICAÇÕES | 13.964,00 | 13.964,00 | - | 4.920,00 | - | 4.920,00 | 0,00 | 35,23 | 9.044,00 |
| **ENERGIA** | **103.072.609,00** | **103.334.720,00** | **14.100.099,24** | **69.335.483,56** | **14.234.230,49** | **50.956.960,97** | **0,90** | **49,31** | **52.377.759,03** |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 42.180.702,00 | 42.442.813,00 | 3.011.174,05 | 27.814.486,62 | 3.145.305,30 | 9.438.284,22 | 0,17 | 22,24 | 33.004.528,78 |
| ENERGIA ELÉTRICA | 60.891.907,00 | 60.891.907,00 | 11.088.925,19 | 41.520.996,94 | 11.088.925,19 | 41.518.676,75 | 0,73 | 68,18 | 19.373.230,25 |
| **TRANSPORTE** | **581.082.632,00** | **681.509.128,00** | **95.484.664,17** | **335.587.530,85** | **95.801.788,86** | **274.529.417,43** | **4,84** | **40,28** | **406.979.710,57** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 176.765.308,00 | 184.997.493,00 | 29.489.313,47 | 112.663.870,60 | 27.738.039,22 | 108.394.183,43 | 1,91 | 58,59 | 76.603.309,57 |
| FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 165.804,00 | 185.804,00 | 18.410,00 | 46.533,25 | 7.848,00 | 27.768,00 | 0,00 | 14,94 | 158.036,00 |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | 10.905.961,00 | 11.125.961,00 | 94.676,37 | 651.451,37 | 64.623,00 | 528.349,37 | 0,01 | 4,75 | 10.597.611,63 |
| SERVIÇOS URBANOS | 40.000,00 | 40.000,00 | - | - | - | - | - | - | 40.000,00 |
| TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS | 144.957.366,00 | 202.228.521,00 | 37.731.849,04 | 130.035.093,14 | 35.723.273,95 | 107.672.823,82 | 1,90 | 53,24 | 94.555.697,18 |
| TRANSPORTE RODOVIÁRIO | 198.198.193,00 | 257.000.349,00 | 28.150.415,29 | 92.190.582,49 | 32.268.004,69 | 57.906.292,81 | 1,02 | 22,53 | 199.094.056,19 |
| TRANSPORTE FERROVIÁRIO | 50.050.000,00 | 25.931.000,00 | - | - | - | - | - | - | 25.931.000,00 |
| **DESPORTO E LAZER** | **104.263.244,00** | **159.996.261,00** | **19.677.185,96** | **76.933.420,50** | **11.625.881,87** | **38.973.438,75** | **0,69** | **24,36** | **121.022.822,25** |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 11.778.045,00 | 10.050.245,00 | 1.610.982,32 | 6.900.623,51 | 1.627.934,80 | 5.962.680,96 | 0,11 | 59,33 | 4.087.564,04 |
| ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 414.190,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 100.000,00 | 100.000,00 | - | - | - | - | - | - | 100.000,00 |
| DESPORTO DE RENDIMENTO | 14.105.544,00 | 66.862.163,00 | 17.166.846,10 | 47.703.409,16 | 8.139.788,87 | 27.217.043,95 | 0,48 | 40,71 | 39.645.119,05 |
| DESPORTO COMUNITÁRIO | 74.522.184,00 | 79.895.572,00 | 864.969,84 | 21.334.352,83 | 1.836.711,20 | 4.832.350,54 | 0,09 | 6,05 | 75.063.221,46 |
| LAZER | 3.343.281,00 | 3.088.281,00 | 34.387,70 | 995.035,00 | 21.447,00 | 961.363,30 | 0,02 | 31,13 | 2.126.917,70 |
| **ENCARGOS ESPECIAIS** | **570.914.192,00** | **548.202.267,00** | **93.537.635,06** | **342.197.714,72** | **74.257.877,35** | **292.812.210,81** | **5,17** | **53,41** | **255.390.056,19** |
| REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA | 79.312.000,00 | 93.312.000,00 | 24.072.309,00 | 69.195.047,68 | 15.468.498,58 | 59.304.926,40 | 1,05 | 63,56 | 34.007.073,60 |
| SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA | 97.996.479,00 | 86.630.075,00 | 14.075.064,76 | 68.119.387,54 | 14.064.133,03 | 52.547.599,80 | 0,93 | 60,66 | 34.082.475,20 |
| SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA | 88.562.000,00 | 46.562.000,00 | 1.000.000,00 | 29.455.674,78 | 6.976.454,39 | 25.628.459,59 | 0,45 | 55,04 | 20.933.540,41 |
| TRANSFERÊNCIAS | 1.440.000,00 | 1.440.000,00 | 500.939,27 | 792.463,40 | 500.939,27 | 792.463,40 | 0,01 | 55,03 | 647.536,60 |
| OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 303.603.713,00 | 320.258.192,00 | 53.889.322,03 | 174.635.141,32 | 37.247.852,08 | 154.538.761,62 | 2,73 | 48,25 | 165.719.430,38 |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **90.497.547,00** | **24.477.956,65** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **24.477.956,65** |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 90.497.547,00 | 24.477.956,65 | - | - | - | - | - | - | 24.477.956,65 |
| **DESPESA TOTAL** | **9.688.660.057,00** | **10.762.373.611,91** | **1.874.196.609,67** | **6.508.404.604,58** | **1.662.564.671,72** | **5.668.968.517,59** | **100,00** | **52,67** | **5.093.405.094,32** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF




DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008

| DESCRIÇÃO | setembro-07 | outubro-07 | novembro-07 | dezembro-07 | janeiro-08 | fevereiro-08 | março-08 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA CORRENTE** | **670.146.424,84** | **703.100.792,47** | **725.452.657,15** | **799.029.803,82** | **759.053.648,57** | **824.363.575,21** | **785.117.112,64** |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 468.954.192,82 | 474.840.789,71 | 503.601.459,20 | 538.673.486,76 | 525.549.280,62 | 628.636.166,89 | 550.522.029,01 |
| IPTU | 3.955.189,03 | 3.331.267,12 | 2.567.259,55 | 3.247.344,23 | 9.329.706,54 | 108.956.582,32 | 40.374.516,24 |
| IR | 87.881.348,02 | 90.551.181,64 | 95.687.811,61 | 122.505.383,50 | 96.484.728,39 | 89.231.826,59 | 96.610.150,97 |
| IPVA | 11.972.616,78 | 10.428.261,43 | 7.843.002,92 | 7.578.563,10 | 19.231.104,60 | 34.263.687,82 | 49.963.873,31 |
| ITCD | 2.036.968,74 | 1.908.998,26 | 2.001.139,81 | 1.934.304,39 | 1.967.516,00 | 1.367.746,30 | 2.335.656,32 |
| ITBI | 9.815.137,81 | 11.420.117,58 | 9.960.794,25 | 13.169.723,02 | 12.256.483,99 | 13.444.913,19 | 10.927.460,69 |
| ICMS | 283.026.617,25 | 290.111.917,06 | 317.846.319,82 | 301.643.542,48 | 324.182.864,58 | 300.747.967,90 | 277.643.278,10 |
| ISS | 54.228.451,92 | 55.588.599,75 | 54.043.969,50 | 74.598.106,47 | 46.417.194,04 | 49.067.295,01 | 52.951.576,56 |
| IMPOSTO SIMPLES | 12.202.128,68 | 7.766.833,72 | 8.156.902,04 | 9.350.863,10 | 9.878.852,44 | 8.020.775,65 | 7.795.384,60 |
| TAXAS | 3.835.734,59 | 3.733.613,15 | 5.494.259,70 | 4.645.656,47 | 5.800.830,04 | 23.535.372,11 | 11.920.132,22 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO | 63.830.881,48 | 90.291.956,20 | 75.745.504,89 | 88.861.142,16 | 70.084.844,42 | 66.766.260,45 | 72.641.793,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 9.625.664,41 | 27.780.690,64 | 9.301.290,22 | 14.231.647,07 | 13.110.318,78 | 9.240.836,00 | 10.863.190,36 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 3.570,50 | 9.748,50 | 14.988,00 | 6.040,00 | 6.515,10 | 5.172,00 | 955,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 124.210,90 | 140.844,00 | 112.701,80 | 109.213,39 | 211.215,76 | 66.522,00 | 167.650,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 12.715.820,31 | 11.883.405,05 | 12.029.359,39 | 17.624.110,45 | 22.292.433,90 | 11.919.294,11 | 13.126.482,64 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (-TRANSF. PARA O FUNDEB) | 61.357.883,55 | 83.406.442,63 | 80.399.021,23 | 87.687.084,94 | 85.263.158,45 | 74.023.642,46 | 96.720.797,59 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 53.534.200,87 | 14.746.915,74 | 44.248.332,42 | 51.837.079,05 | 42.535.881,54 | 33.705.681,30 | 41.074.215,04 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | -182.596,33 | -246.643,67 | -204.407,27 | -320.667,45 | -225.006,59 | -149.442,28 | -200.682,78 |
| deduções das receitas de vendas e serviços | -182.596,33 | -246.643,67 | -204.407,27 | -320.667,45 | -225.006,59 | -149.442,28 | -200.682,78 |
| RESTITUIÇÕES DA RECEITA | - | - | - | - | - | - | - |
| ( - ) TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO P/ PAGTO. PESSOAL | - | - | - | - | - | - | - |
| ( - ) TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | - | - | - | - | - | - | - |
| ( - ) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. - CIVIL | 49.953.118,86 | 52.792.968,14 | 54.287.361,03 | 59.252.018,36 | 56.111.108,73 | 56.515.913,92 | 61.754.746,44 |
| ( - ) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. - MILITAR | 8.577.449,78 | 8.582.693,38 | 9.680.799,66 | 9.614.874,64 | 7.520.839,96 | 6.772.335,08 | 2.457.345,13 |
| ( - ) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA | - | 21.647.256,73 | 5.422.074,87 | 10.925.970,92 | 5.616.763,77 | 5.485.159,94 | 5.645.741,53 |
| **Recursos do Fundo Constitucional do DF Não Destinados ao Pagamento de Pessoal ( III ) *** | **31.582.712,61** | **35.905.664,15** | **42.023.116,17** | **98.870.486,77** | **20.496.441,08** | **25.758.338,00** | **30.241.787,10** |
| ( + ) Total de Recursos do Fundo Constitucional do DF | 477.447.578,59 | 480.948.033,03 | 521.503.262,93 | 684.031.349,06 | 467.133.480,58 | 505.451.167,11 | 516.687.856,55 |
| ( - ) Recursos que custeiam Despesas com Pessoal no FCDF | 445.864.865,98 | 445.042.368,88 | 479.480.146,76 | 585.160.862,29 | 446.637.039,50 | 479.692.829,11 | 486.446.069,45 |
| **( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **643.015.972,48** | **655.736.894,70** | **697.881.130,49** | **817.786.759,22** | **710.076.370,60** | **781.199.061,99** | **745.300.383,86** |

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008**

| DESCRIÇÃO | abril-08 | maio-08 | junho-08 | julho-08 | agosto-08 | REALIZADA ÚLTIMOS 12 MESES | PREVISÃO ATUALIZADA 2008 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA CORRENTE** | **875.803.874,80** | **849.918.539,53** | **921.506.761,70** | **860.668.127,54** | **822.366.208,09** | **9.596.527.526,36** | **9.358.968.351,00** |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 606.274.270,26 | 622.928.821,27 | 668.703.626,81 | 609.343.353,59 | 568.213.173,10 | 6.766.240.650,04 | 6.653.006.356,00 |
| IPTU | 38.532.952,08 | 39.650.020,86 | 39.992.359,95 | 36.461.308,69 | 5.333.420,58 | 331.731.927,19 | 332.751.114,00 |
| IR | 99.342.797,77 | 93.144.600,85 | 130.140.069,94 | 105.414.409,61 | 97.283.401,18 | 1.204.277.710,07 | 1.152.366.780,00 |
| IPVA | 71.141.906,92 | 72.786.880,89 | 70.619.232,63 | 51.546.721,35 | 30.043.102,80 | 437.418.954,55 | 419.149.405,00 |
| ITCD | 2.171.535,79 | 2.026.831,70 | 2.253.544,41 | 2.046.691,84 | 1.875.591,95 | 23.926.525,51 | 19.942.278,00 |
| ITBI | 13.376.077,49 | 12.238.810,63 | 13.874.187,90 | 13.269.108,97 | 11.660.807,58 | 145.413.623,10 | 107.958.360,00 |
| ICMS | 307.037.746,32 | 328.719.235,05 | 334.983.850,65 | 333.226.662,25 | 335.568.659,19 | 3.734.738.660,65 | 3.771.471.818,00 |
| ISS | 53.566.688,09 | 53.782.093,78 | 57.124.872,02 | 52.246.139,31 | 64.179.455,63 | 667.794.442,08 | 658.391.965,00 |
| IMPOSTO SIMPLES | 8.598.688,57 | 8.912.438,03 | 8.001.824,92 | 1.547.607,39 | 16.896.105,51 | 107.128.404,65 | 80.780.689,00 |
| TAXAS | 12.505.877,23 | 11.667.909,48 | 11.713.684,39 | 13.584.704,18 | 5.372.628,68 | 113.810.402,24 | 110.193.947,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO | 74.302.808,59 | 67.780.983,53 | 87.486.158,37 | 79.355.506,75 | 74.624.687,68 | 911.772.527,52 | 910.745.025,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 35.717.773,85 | 21.054.883,08 | 8.451.948,92 | 19.349.571,67 | 26.600.240,03 | 205.328.055,03 | 136.561.600,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 506,00 | 1.073,00 | 727,50 | 642,00 | 245,00 | 50.182,60 | - |
| RECEITA INDUSTRIAL | 212.259,00 | 211.893,00 | 137.928,00 | 259.792,00 | 287.135,67 | 2.041.365,52 | 109.000,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 24.963.738,38 | 23.289.631,86 | 21.402.607,10 | 23.809.213,24 | 17.915.872,73 | 212.971.969,16 | 194.858.687,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (-TRANSF. PARA O FUNDEB) | 95.386.906,98 | 72.137.361,07 | 96.813.023,11 | 82.771.833,13 | 95.006.906,08 | 1.010.974.061,22 | 1.030.823.798,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 38.945.611,74 | 42.513.892,72 | 38.510.741,89 | 45.778.215,16 | 39.717.947,80 | 487.148.715,27 | 432.863.885,00 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | -225.006,77 | -315.486,43 | -355.192,23 | -302.760,15 | -262.130,47 | -2.990.022,42 | - |
| deduções das receitas de vendas e serviços | -225.006,77 | -315.486,43 | -355.192,23 | -302.760,15 | -262.130,47 | -2.990.022,42 | - |
| RESTITUIÇÕES DA RECEITA | - | - | -1.624.414,05 | -66.879,59 | -58.663,28 | -1.749.956,92 | - |
| ( - ) TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO P/ PAGTO. PESSOAL | - | - | - | - | - | - | - |
| ( - ) TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | - | - | - | - | - | - | - |
| ( - ) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. - CIVIL | 57.973.814,45 | 58.628.995,75 | 58.597.832,88 | 58.238.679,15 | 57.802.097,12 | 681.908.654,83 | 686.392.983,00 |
| ( - ) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. - MILITAR | 9.947.433,80 | 615.792,85 | 23.051.254,59 | 11.112.896,50 | 11.176.144,41 | 109.109.859,78 | 121.893.591,00 |
| ( - ) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 5.845.457,40 | 5.846.275,21 | 6.225.362,10 | 6.183.571,48 | 6.196.971,04 | 85.040.604,99 | 96.611.757,00 |
| **Recursos do Fundo Constitucional do DF Não Destinados ao Pagamento de Pessoal ( III ) *** | **30.811.496,53** | **33.541.460,19** | **44.453.947,52** | **34.181.985,34** | **39.421.581,89** | **467.289.017,35** | **579.283.448,00** |
| ( + ) Total de Recursos do Fundo Constitucional do DF | 512.162.979,71 | 513.396.734,26 | 590.380.548,95 | 515.426.795,92 | 418.193.339,40 | 6.202.763.126,09 | 6.536.712.831,00 |
| ( - ) Recursos que custeiam Despesas com Pessoal no FCDF | 481.351.483,18 | 479.855.274,07 | 545.926.601,43 | 481.244.810,58 | 378.771.757,51 | 5.735.474.108,74 | 5.957.429.383,00 |
| **( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **832.623.658,91** | **818.053.449,48** | **876.106.653,37** | **818.945.326,01** | **786.291.783,66** | **9.183.017.444,77** | **9.033.353.468,00** |

FONTES: SIAC / DF e SIAFI / UNIÃO

Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF
* De acordo com a Decisão Nº 3.968/2007 do Tribunal de Contas do DF
De acordo com a Decisão Nº 1.953/2008 do Tribunal de Contas do DF

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO 2008**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS 2008 | | ANO ANTERIOR |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | ATÉ AGOSTO DE 2007 |
| **I - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS :** | **841.398.331,00** | **904.898.331,00** | **151.708.617,55** | **587.535.503,31** | **476.373.025,26** |
| **RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO PESSOAL CIVIL** | **622.892.983,00** | **686.392.983,00** | **116.040.776,27** | **465.623.188,44** | **375.549.517,18** |
| CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL | 508.550.041,00 | 572.050.041,00 | 95.963.295,99 | 382.205.328,98 | 321.039.286,61 |
| CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL | 90.500.421,00 | 90.500.421,00 | 17.925.660,37 | 66.763.986,33 | 46.642.586,84 |
| CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL | 23.842.521,00 | 23.842.521,00 | 2.151.819,91 | 16.653.873,13 | 7.867.643,73 |
| **RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO PESSOAL MILITAR** | **121.893.591,00** | **121.893.591,00** | **22.289.040,91** | **72.654.042,32** | **67.764.489,93** |
| CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR | 93.785.465,00 | 93.785.465,00 | 18.281.277,88 | 59.196.657,27 | 55.710.422,58 |
| CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR | 28.108.126,00 | 28.108.126,00 | 4.007.763,03 | 11.000.303,37 | 12.054.067,35 |
| CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA MILITAR | - | - | 0,00 | 2.457.081,68 | |
| **RECEITA PATRIMONIAL** | - | - | **997.615,40** | **2.212.272,25** | - |
| **OUTRAS RECEITAS** | - | - | **642,45** | **697,83** | - |
| **COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS** | **96.611.757,00** | **96.611.757,00** | **12.380.542,52** | **47.045.302,47** | **33.059.018,15** |
| **II - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | - | - | - | **12.200.000,00** | **33.844.156,93** |
| CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA | - | - | - | 12.200.000,00 | 33.844.156,93 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( A )** | **841.398.331,00** | **904.898.331,00** | **151.708.617,55** | **599.735.503,31** | **510.217.182,19** |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO AUTORIZADA | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 2008 | | ANO ANTERIOR |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | ATÉ AGOSTO DE 2007 |
| **IV - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS** | | | | | |
| **PESSOAL CIVIL** | **945.675.253,00** | **986.175.609,00** | **143.572.677,80** | **569.354.510,44** | **499.387.813,62** |
| Aposentadorias | 692.119.062,00 | 709.488.656,01 | 104.920.299,16 | 417.416.549,30 | 372.307.269,85 |
| Pensões | 253.555.996,00 | 222.455.304,34 | 38.651.971,71 | 151.937.276,59 | 127.080.417,85 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 195,00 | 54.231.648,65 | 406,93 | 684,55 | 125,92 |
| **PESSOAL MILITAR** | **19.026.477,00** | **19.026.477,00** | **2.946.493,33** | **10.044.418,64** | **10.829.368,57** |
| Reformas | 16.354.516,00 | 15.738.070,96 | 2.604.315,42 | 8.800.189,17 | 9.582.196,21 |
| Pensões | 2.671.961,00 | 2.765.800,04 | 342.177,91 | 1.244.229,47 | 1.247.172,36 |
| Outros Benefícios Previdenciários | - | 522.606,00 | - | - | - |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ( B )** | **964.701.730,00** | **1.005.202.086,00** | **146.519.171,13** | **579.398.929,08** | **510.217.182,19** |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( A - B )** | **-123.303.399,00** | **-100.303.755,00** | **5.189.446,42** | **20.336.574,23** | **0,00** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**OBS.: 1 - Foram consideradas as execuções da função 09 (previdência) na Gestão 13910 (Fundo de Previdência) e na Gestão 00001 (Tesouro).**

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**RESULTADO PRIMÁRIO**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| RECEITAS FISCAIS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS EM 2008 | | ANO ANTERIOR |
|---|---|---|---|---|
| | | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | ATÉ AGOSTO DE 2007 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES ( I )** | **9.269.750.167,00** | **1.644.506.416,99** | **6.597.673.887,72** | **5.559.917.407,73** |
| Receita Tributária | 6.653.006.356,00 | 1.177.556.526,69 | 4.780.170.721,55 | 4.088.085.482,89 |
| Receita de Contribuição | 910.745.025,00 | 153.980.194,43 | 593.043.042,79 | 531.140.659,92 |
| Receitas Previdenciárias | 808.286.574,00 | 138.329.817,18 | 538.277.230,76 | 443.314.007,11 |
| Outras Receitas de Contribuições | 102.458.451,00 | 15.650.377,25 | 54.765.812,03 | 87.826.652,81 |
| Receita Patrimonial Líquida | 39.853.657,00 | 7.188.226,72 | 44.364.129,98 | 13.960.560,75 |
| Receita Patrimonial | 136.561.600,00 | 45.949.811,70 | 144.388.762,69 | 63.559.390,45 |
| (-)Aplicações Financeiras | 96.707.943,00 | 38.761.584,98 | 100.024.632,71 | 49.598.829,70 |
| Transferências Correntes ( - ) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB | 1.030.823.798,00 | 177.778.739,21 | 698.123.628,87 | 573.092.912,12 |
| Demais Receitas Correntes | 635.321.331,00 | 128.002.729,94 | 481.972.364,53 | 353.637.792,05 |
| Dívida Ativa | 111.850.327,00 | 23.627.747,35 | 94.390.614,13 | 85.049.210,31 |
| Diversas Receitas Correntes | 523.471.004,00 | 105.065.416,08 | 403.567.415,02 | 269.664.832,92 |
| ( - )Contribuição Patronal para o Reg. de Previdência do Servidor | - | - | 12.200.000,00 | - |
| ( - )Dedução da receita de Vendas e Serviços | - | 564.890,62 | 2.035.707,70 | 1.076.251,18 |
| ( - )Restituições da receita | | | 1.749.956,92 | - |
| RECEITAS DE CAPITAL ( II ) | 932.518.542,00 | 74.005.480,17 | 144.162.480,22 | 59.456.835,86 |
| Operações de Crédito (III) | 406.729.474,00 | 57.538.996,05 | 69.088.146,66 | 23.914.683,83 |
| Alienações de Ativos (IV) | 73.667.000,00 | 5.085.612,58 | 5.116.785,37 | 728.261,89 |
| Amortizações (V) | 25.709.632,00 | 2.773.796,20 | 12.552.559,47 | 15.092.658,57 |
| Transferências de Capital | 423.386.994,00 | 8.607.075,34 | 57.404.988,72 | 19.721.231,57 |
| Convênios | 423.386.994,00 | 8.607.075,34 | 57.404.988,72 | 19.721.231,57 |
| Receitas Intra-Orçamentárias de Capital | 3.025.442,00 | - | - | - |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = ( II-III-IV-V )** | **426.412.436,00** | **8.607.075,34** | **57.404.988,72** | **19.721.231,57** |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL ( VII ) = ( I + VI )** | **9.696.162.603,00** | **1.653.113.492,33** | **6.655.078.876,44** | **5.579.638.639,30** |

| DESPESAS FISCAIS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS REALIZADAS 2008 | | ANO ANTERIOR |
|---|---|---|---|---|
| | | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE | ATÉ AGOSTO DE 2007 |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 8.678.771.062,26 | 1.482.265.654,89 | 5.220.009.087,69 | 4.001.575.290,86 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 5.219.823.067,00 | 967.682.054,73 | 3.509.707.257,77 | 2.610.789.161,13 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 121.380.000,00 | 18.930.303,51 | 75.285.175,25 | 73.399.494,52 |
| Outras Despesas Correntes | 3.337.567.995,26 | 495.653.296,65 | 1.635.016.654,67 | 1.317.386.635,21 |
| **DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)** | **8.557.391.062,26** | **1.463.335.351,38** | **5.144.723.912,44** | **3.928.175.796,34** |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 2.059.124.593,00 | 180.299.016,83 | 448.959.429,90 | 251.922.857,64 |
| Investimentos | 1.852.967.500,00 | 160.600.173,87 | 343.883.917,78 | 157.869.598,18 |
| Inversões Financeiras | 101.702.093,00 | 2.120.060,47 | 42.879.701,58 | 35.076.464,79 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 95.535.743,00 | 2.120.060,47 | 42.879.701,58 | 35.076.464,79 |
| Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII) | - | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras | 6.166.350,00 | - | - | - |
| Amortização da Dívida (XIV) | 104.455.000,00 | 17.578.782,49 | 62.195.810,54 | 58.976.794,67 |
| **DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = ( XI - XII - XIII - XIV)** | **1.859.133.850,00** | **160.600.173,87** | **343.883.917,78** | **157.869.598,18** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)** | **24.477.956,65** | - | - | - |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = ( X + XV + XVI)** | **10.441.002.868,91** | **1.623.935.525,25** | **5.488.607.830,22** | **4.086.045.394,52** |
| **RESULTADO PRIMÁRIO = (VII - XVIII)** | **-744.840.265,91** | **29.177.967,08** | **1.166.471.046,22** | **1.493.593.244,78** |
| **SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT) = ( XIX)** | **448.836.531,91** | **117.049.365,84** | **171.150.090,86** | **23.771.826,90** |
| **RESULTADO PRIMÁRIO REAL = ((VII - (XVIII - XIX))** | **-296.003.734,00** | **146.227.332,92** | **1.337.621.137,08** | **1.517.365.071,68** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**RESULTADO NOMINAL**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO | | | RESULTADO NOMINAL | |
|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR (A) | BIMESTRE ANTERIOR (B) | BIMESTRE ATUAL (C) | NO BIMESTRE (C-B) | ATÉ O BIMESTRE (C-A) |
| **I - DÍVIDA CONSOLIDADA** | **2.793.333.614,89** | **2.901.329.215,63** | **2.978.421.449,02** | | |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA | | | | | |
| OUTRAS CONTRATUAL : | 1.689.731.704,34 | 1.714.168.415,55 | 1.732.397.003,16 | | |
| Divida Interna | 1.482.631.981,33 | 1.540.164.802,50 | 1.552.083.445,36 | | |
| ( - ) Créditos a Receber Ref. a Cobertura FCVS/CEF | 65.153.695,62 | 65.153.695,62 | 85.374.091,03 | | |
| Divida Externa | 272.253.418,63 | 239.157.308,67 | 265.687.648,83 | | |
| **PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05-05-2000 (inclusive) *** | **1.024.377.754,66** | **1.118.179.298,08** | **1.180.663.587,84** | | |
| PARCELAMENTOS DE DÍVIDA | 79.224.155,89 | 68.981.502,00 | 65.360.858,02 | | |
| **II - DEDUÇÕES :** | **1.241.884.168,51** | **2.025.386.288,80** | **2.059.549.747,28** | | |
| Ativo Financeiro | 1.229.442.384,90 | 1.952.709.179,35 | 1.973.076.841,35 | | |
| Haveres Financeiros | 74.645.541,02 | 77.074.722,70 | 90.348.956,31 | | |
| ( - ) Restos a Pagar Processado ( Saldo a Pagar ) | 62.203.757,41 | 4.397.613,25 | 3.876.050,38 | | |
| **III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA** | **1.551.449.446,38** | **875.942.926,83** | **918.871.701,74** | | |
| **IV - RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES** | - | - | - | | |
| **V - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV )** | **1.551.449.446,38** | **875.942.926,83** | **918.871.701,74** | **42.928.774,91** | **-632.577.744,64** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

* Os dados dos Precatórios da coluna "exercício anterior" foram extraídos do Sistema de Representação e Consulta Jurídica em 17/01/2008, os dados da coluna "bimestre anterior" em 16/07/2008 e os dados da coluna "bimestre atual" em 16/09/2008.

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| PODER | ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | INSCRITOS | CANCELADOS | PAGOS | A PAGAR | INSCRITOS | CANCELADOS | PAGOS | A PAGAR |
| EXECUTIVO | GABINETE DO VICE-GOVERNADOR | 45.922,75 | - | 45.922,75 | 0,00 | 79.225,44 | 22.493,03 | 56.732,41 | (0,00) |
| | SECRETARIA DE GOVERNO | 4.264.696,46 | 179.800,00 | 3.981.414,57 | 103.481,89 | 41.673.740,69 | 230.418,74 | 37.828.226,42 | 3.615.095,53 |
| | PROCURADORIA GERAL DO DF | 48.725,00 | - | 48.183,50 | 541,50 | 36.466,15 | - | 31.511,43 | 4.954,72 |
| | SECRETARIA DE EST. DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO | 43.866,32 | - | 43.866,32 | 0,00 | 583.411,42 | - | 582.249,42 | 1.162,00 |
| | SECRETARIA DE CULTURA | 288.719,42 | - | 251.854,22 | 36.865,20 | 3.348.309,73 | 3.312,00 | 2.244.156,28 | 1.100.841,45 |
| | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO | 4.353.139,94 | - | 4.261.751,02 | 91.388,92 | 17.225.447,18 | 5.493.442,83 | 8.166.492,70 | 3.565.511,65 |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 5.790.242,34 | - | 5.364.962,43 | 425.279,91 | 57.712.491,04 | 1.369.145,74 | 38.321.739,29 | 18.021.606,01 |
| | SECRETARIA DE FAZENDA | 317.756,64 | - | 317.756,64 | (0,00) | 63.143.423,73 | 52.688,58 | 50.315.367,32 | 12.775.367,83 |
| | SEC. DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO | 19.674,21 | - | 17.821,71 | 1.852,50 | 2.513.998,50 | - | 892.144,03 | 1.621.854,47 |
| | SECRETARIA DE OBRAS | 630.278,47 | - | 627.941,65 | 2.336,82 | 140.557.000,05 | - | 118.052.987,03 | 22.504.013,02 |
| | SECRETARIA DE SAÚDE | 22.973.550,93 | 3.447,63 | 20.107.554,89 | 2.862.548,41 | 93.581.130,52 | 736.310,30 | 58.427.830,85 | 34.416.989,37 |
| | SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA | 3.697.525,35 | 1.197,00 | 3.650.481,69 | 45.846,66 | 13.045.355,36 | 12.300,00 | 11.495.312,58 | 1.537.742,78 |
| | SECRETARIA DE TRANSPORTES | 13.602.728,43 | - | 13.533.301,97 | 69.426,46 | 63.675.794,88 | 2.612,75 | 43.129.881,74 | 20.543.300,39 |
| | SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE | 3.322.403,69 | - | 3.303.896,50 | 18.507,19 | 14.235.659,45 | 16.963,53 | 13.362.836,87 | 855.859,05 |
| | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO | 696.869,21 | - | 655.326,54 | 41.542,67 | 31.798.464,41 | - | 21.866.695,74 | 9.931.768,67 |
| | SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER | 231.262,30 | - | 231.054,90 | 207,40 | 1.613.237,70 | 718.688,76 | 711.951,18 | 182.597,76 |
| | SEC. DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO | 451.902,02 | 48.980,00 | 362.921,92 | 40.000,10 | 610.673,72 | - | 556.510,93 | 54.162,79 |
| | SEC. DE JUSTIÇA, DIR. HUMANOS E CIDADANIA | 1.061.930,39 | - | 925.705,64 | 136.224,75 | 1.619.606,23 | - | 201.003,44 | 1.418.602,79 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORREGEDORIA-GERAL DO DF | 54.197,21 | - | 54.197,21 | 0,00 | 87.055,00 | - | 87.055,00 | - |
| **EXECUTIVO** | **Total** | **61.895.391,08** | **233.424,63** | **57.785.916,07** | **3.876.050,38** | **547.140.491,20** | **8.658.376,26** | **406.330.684,66** | **132.151.430,28** |
| LEGISLATIVO | CÂMARA LEGISLATIVA DO DF | 308.366,33 | - | 308.366,33 | - | 7.496.703,99 | - | 5.655.810,67 | 1.840.893,32 |
| | TRIBUNAL DE CONTAS DO DF | - | - | - | - | 4.460.292,73 | 42.130,99 | 4.117.498,42 | 300.663,32 |
| **LEGISLATIVO** | **Total** | **308.366,33** | **-** | **308.366,33** | **-** | **11.956.996,72** | **42.130,99** | **9.773.309,09** | **2.141.556,64** |
| | **Total Global** | **62.203.757,41** | **233.424,63** | **58.094.282,40** | **3.876.050,38** | **559.097.487,92** | **8.700.507,25** | **416.103.993,75** | **134.292.986,92** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria de Gestão Financeira / SEF

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| RECEITAS | PREVISÃO P/ O EXERCÍCIO ( A ) | ATÉ O BIMESTRE ( B ) | SALDO A REALIZAR ( A-B ) |
|---|---|---|---|
| Receitas de Operação de Crédito ( I ) | 406.729.474,00 | 69.088.146,66 | 337.641.327,34 |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA P/ O EXERCÍCIO ( C ) | ATÉ O BIMESTRE ( D ) | SALDO A REALIZAR ( C-D ) |
|---|---|---|---|
| Despesas de Capital | 2.059.124.593,00 | 448.959.429,90 | 1.610.165.163,10 |
| (-) Incentivo a Contribuinte - LRF, art. 32, inciso I, § 3º | 95.535.743,00 | 42.879.701,58 | 52.656.041,42 |
| (-) Incentivo a Inst. Financeira - LRF, art. 32, inciso II, § 3º | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA ( II ) | 1.963.588.850,00 | 406.079.728,32 | 1.557.509.121,68 |
| DIFERENÇA ( I ) - ( II ) | -1.556.859.376,00 | -336.991.581,66 | -1.219.867.794,34 |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| I. RECEITAS | PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO | RECEITAS REALIZADAS | SALDO A REALIZAR |
|---|---|---|---|
| **Receitas de Capital** | | | |
| **ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( I ) :** | **73.667.000,00** | **5.116.785,37** | **68.550.214,63** |
| **Alienação de bens móveis** | **2.217.000,00** | **2.390.346,72** | **-173.346,72** |
| Fonte 117 | 2.000.000,00 | 2.390.346,72 | -390.346,72 |
| Fonte 217 | 217.000,00 | - | 217.000,00 |
| **Alienação de bens imóveis** | **71.450.000,00** | **2.726.438,65** | **68.723.561,35** |
| Fonte 107 | 6.450.000,00 | 2.726.438,65 | 3.723.561,35 |
| Fonte 220 | 65.000.000,00 | - | 65.000.000,00 |

| II. DESPESAS | | | | DOTAÇÃO AUTORIZADA PARA O EXERCÍCIO | DESPESAS REALIZADAS | SALDO A REALIZAR |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( II ) :** | | | | **8.667.000,00** | **1.282.966,86** | **7.384.033,14** |
| **FONTE** | **UG** | **NOME DA UG** | **NATUREZA** | | | |
| **fonte 107** | 190103 | REGIÃO ADMINISTRATIVA I - BRASÍLIA | 449051 obras e instalações | 300.000,00 | - | 300.000,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 190104 | REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA | 449051 | obras e instalações | 450.000,00 | - | 450.000,00 |
| | 190105 | REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA | 449051 | obras e instalações | 750.000,00 | 464.513,69 | 285.486,31 |
| | 190106 | REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA | 449051 | obras e instalações | 450.000,00 | - | 450.000,00 |
| | 190107 | REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO | 449051 | obras e instalações | 150.000,00 | - | 150.000,00 |
| | 190108 | REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA | 449051 | obras e instalações | 300.000,00 | - | 300.000,00 |
| | 190109 | REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA | 449051 | obras e instalações | 600.000,00 | 416.981,96 | 183.018,04 |
| | 190110 | REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE | 449051 | obras e instalações | 150.000,00 | - | 150.000,00 |
| | 190111 | REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA | 449051 | obras e instalações | 600.000,00 | - | 600.000,00 |
| | 190112 | REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ | 449051 | obras e instalações | 300.000,00 | - | 300.000,00 |
| | 190114 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XII SAMAMBAIA | 449051 | obras e instalações | 600.000,00 | - | 600.000,00 |
| | 190115 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA | 449051 | obras e instalações | 300.000,00 | - | 300.000,00 |
| | 190116 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO | 449051 | obras e instalações | 600.000,00 | 206.362,64 | 393.637,36 |
| | 190119 | REGIÃO ADMINISTRATIVA RAXVII - RIACHO FUNDO | 449051 | obras e instalações | 150.000,00 | - | 150.000,00 |
| | 190122 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XX - ÁGUAS CLARAS | 449051 | obras e instalações | 450.000,00 | - | 450.000,00 |
| | 190123 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XXI - RIACHO FUNDO II | 449051 | obras e instalações | 150.000,00 | 75.108,57 | 74.891,43 |
| | 190126 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XXIV - PARK WAY | 449051 | obras e instalações | - | - | - |
| | 190128 | REGIÃO ADMINISTRATIVA XXVI - SOBRADINHO II | 449051 | obras e instalações | 150.000,00 | 120.000,00 | 30.000,00 |
| **TOTAL DA FONTE 107** | | | | | **6.450.000,00** | **1.282.966,86** | **5.167.033,14** |
| **fonte 117** | 220903 | FUNDO DE REEQ. DOS ORG. INT. DA SEG. PÚBLICA | 449052 | equipamentos e material permanente | 1.200.000,00 | - | 1.200.000,00 |
| | 220904 | FUNDO DE MOD., MANUTENÇÃO E REEQ. DA PMDF - FUNPM | 449052 | equipamentos e material permanente | 200.000,00 | - | 200.000,00 |
| | 220905 | FUNDO DE MOD., MANUT. E REEQ. DO CBMDF - FUNCBM | 449052 | equipamentos e material permanente | 200.000,00 | - | 200.000,00 |
| | 220906 | FUNDO DE MOD., MANUT. E REEQ. DA PCDF - FUNPCDF | 449052 | equipamentos e material permanente | 400.000,00 | - | 400.000,00 |
| **TOTAL DA FONTE 117** | | | | | **2.000.000,00** | **-** | **2.000.000,00** |
| **fonte 217** | 220201 | DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF | 449052 | equipamentos e material permanente | 217.000,00 | - | 217.000,00 |
| **TOTAL DA FONTE 217** | | | | | **217.000,00** | **-** | **217.000,00** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| RECEITA | NO BIMESTRE | ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|
| **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | **162.182.780,65** | **657.140.425,01** |
| ***Participação na Receita da União*** | **69.396.691,03** | **290.147.539,55** |
| Cota-Parte do FPE | 50.773.370,07 | 215.259.022,04 |
| Cota-Parte do FPM | 12.777.563,36 | 53.946.650,03 |
| Cota-Parte do ITR | 38.189,87 | 500.663,79 |
| Cota-Parte do IPI | 528.282,73 | 1.912.992,21 |
| Cota-Parte Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | 5.279.285,00 | 18.528.211,48 |
| ***Outras transferências da União*** | **455.507,20** | **1.431.962,49** |
| Contribuição s/ Rec. De Concursos de Prognósticos Esportivos | 455.507,20 | 1.431.962,49 |
| Compensação Financeira Esforço Exportador | - | - |
| ***Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais*** | **330.131,67** | **614.616,01** |
| Compensação Financeira p/ utiliz. de Recursos Hídricos | 327.774,55 | 368.197,71 |
| Cota-Parte da Compensação de Recursos Minerais | 2.357,12 | 246.418,30 |
| ***Transferências de Recursos do Sistema de Saúde - SUS*** | **62.879.724,43** | **239.104.886,22** |
| Transferências de Recursos do SUS | 62.879.724,43 | 239.104.886,22 |
| ***Transferência de Recursos do FNAS*** | **1.245.459,07** | 4.531.117,38 |
| ***Transferência de Recursos do FNDE*** | **26.690.744,67** | **110.783.553,36** |
| Transferência do Salário Educação | 23.513.510,65 | 100.714.359,02 |
| Recursos do Prog. Nac.de Alimentação Escolar | 3.157.309,77 | 9.521.477,95 |
| Recursos do Prog. Nac.de Transporte Escolar PNATE | - | 457.717,77 |

| | | |
|---|---|---|
| Recursos do Prog. Nac.de Alimentação Escolar em Creche | 19.924,25 | 89.998,62 |
| Recursos do Programa Apoio aos Sist. Atend. a Ed. Jovens e Adultos - Fazendo | - | - |
| *Transferência Financeira do ICMS-Desoneração LC 87/96* | 1.184.522,58 | 10.526.750,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | - | - |
| *Transferências da União* | - | - |
| **TOTAL** | **162.182.780,65** | **657.140.425,01** |

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil

Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**DISTRITO FEDERAL**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM : MDE e FUNDEB**

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| | RECEITAS ARRECADADAS | ATÉ AGOSTO DE 2008 |
|---|---|---|
| A | **IMPOSTOS** | **4.797.523.802,25** |
| A. 1 | ICMS + DIV. ATIVA ICMS + MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - (RESTITUIÇÕES ICMS) | 2.559.801.621,35 |
| A. 2 | ITCD + DIV. ATIVA ITCD + MULTAS E JUROS DE MORA DO ITCD - (RESTITUIÇÕES DO ITCD) | 17.652.615,55 |
| A. 3 | IPVA + DIV. ATIVA IPVA + MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA - (RESTITUIÇÕES DO IPVA) | 428.887.479,84 |
| A. 4 | OUTROS IMPOSTOS + ( Div. Ativa , Multas e juros de Outros Impostos ) - (RESTITUIÇÕES DE OUTROS IMPOSTOS) | 1.791.182.085,51 |
| B | **TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO** | **1.392.261.520,36** |
| B. 1 | ITR | 500.663,79 |
| B. 2 | FPE | 215.259.022,04 |
| B. 3 | FPM | 53.946.650,03 |
| B. 4 | IPI-EXP | 1.912.992,21 |
| B. 5 | TRANSF. DA UNIÃO P/ EDUCAÇÃO | 1.110.115.442,29 |
| B. 5.1 | *TRANSF. DA UNIÃO P/ EDUCAÇÃO ( Dados SIAC )* | - |
| B. 5.2 | ***TRANSF. DA UNIÃO P/ EDUCAÇÃO ( Dados do SIAFI / MF )*** *** | 1.110.115.442,29 |
| B. 6 | LEI COMPLEMENTAR 87 / 96 | 10.526.750,00 |
| C | **TOTAL DA RECEITA = (A + B)** | **6.189.785.322,61** |
| D | **LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE ( 25% de C )** | **1.547.446.330,65** |
| E | **LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB** | **580.427.774,83** |
| E. 1 | ICMS (18,33% de A.1) | 469.211.637,19 |
| E. 2 | FPE (18,33% de B.2 ) | 39.456.978,74 |
| E. 3 | FPM (18,33% de B.3 ) | 9.888.420,95 |
| E. 4 | IPI-EXP (18,33% de B.4) | 350.651,47 |
| E. 5 | LEI COMPLEMENTAR ( 18,33% de B.6 ) | 1.929.553,28 |
| E. 6 | ITCD (13,33% de A.2) | 2.353.093,65 |
| E. 7 | IPVA (13,33% de A.3) | 57.170.701,06 |
| E. 8 | ITR (13,33% de B.1) | 66.738,48 |
| F | **Limite Mínimo a Ser Aplicado no FUNDEB com Pagamento de Profissionais da Educação Básica ( 60% DE E )** | **348.256.664,90** |
| | **DESPESAS REALIZADAS** | |
| G | **DESPESA TOTAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO = (G.1 + G2 + G.3)** | **2.282.194.319,85** |
| G. 1 | **EDUCAÇÃO** | 1.658.535.690,91 |
| G. 1.1 | *EDUCAÇÃO ( Dados SIAC )* | 1.172.048.891,38 |
| G. 1.2 | *EDUCAÇÃO ( Dados SIAFI / MF )* *** | 486.486.799,53 |
| G. 2 | **ENCARGOS ESPECIAIS** | 1.425.977,95 |
| G. 2.1 | *ENCARGOS ESPECIAIS ( DADOS SIAC )* | 29.452,60 |
| G. 2.2 | *ENCARGOS ESPECIAIS ( DADOS SIAFI / MF )* *** | 1.396.525,35 |
| G. 3 | **PREVIDÊNCIA SOCIAL = ( G.3.1 + G.3.2 )** | **622.232.650,99** |
| G. 3.1 | Previdência Social ( fonte - transferências da União ) | 622.232.117,41 |
| G. 3.1.1 | *Previdência Social ( fonte - transferências da União ) ( Dados SIAC )* | - |
| G. 3.1.2 | *Previdência Social ( fonte - transferências da União ) ( Dados SIAFI / MF )* *** | 622.232.117,41 |
| G. 3.2 | Previdência Social ( Dados do SIAC) ( fonte : 100 ) | 533,58 |
| H | **D E D U Ç Õ E S :** | **123.779.194,65** |
| H. 1 | **PESQUISAS** | - |
| H. 2 | **SUBVENÇÕES** | 19.234.787,64 |
| H. 3 | **FORMAÇÕES DOS QUADROS ESPECIAIS** | - |
| H. 4 | **ASSISTÊNCIA SOCIAL = ( H.4.1 + H.4.2 + H.4.3 + H.4.4 + H.4.5 )** | **104.544.407,01** |
| H. 4.1 | *PROGRAMAS SUPLEMENTARES DE ALIMENTAÇÃO* | 14.374.807,51 |
| H. 4.2 | *ASSISTÊNCIA MÉDICA-ODONTOLÓGICA, FARMACÊUTICA E PSICOLÓGICA* | 8.145.924,00 |
| H. 4.3 | *BENEFÍCIOS ASSIST. A SERVIDORES ( Dados SIAC ) :* | 490.347,65 |
| H. 4.3.1 | Outros Benef. Assist. ( aux. Funeral, aux.-natalidade, aux.-creche ) | 484.176,43 |
| H. 4.3.2 | Auxílio - Alimentação | 6.171,22 |
| H. 4.3.3 | Auxílio - Transporte e Vale - Transporte | - |
| H. 4.4 | *BENEFÍCIOS ASSIST. A SERVIDORES ( Dados SIAFI / MF )* *** | 81.280.697,85 |
| H. 4.5 | *OUTRAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL :* | 252.630,00 |

| | | |
|---|---|---|
| H. 4.5.1 | Programa Renda Minha | - |
| H. 4.5.2 | Bolsa-Auxílio Normalista | - |
| H. 4.5.3 | Bolsa-Auxílio Enfermagem | 78.130,00 |
| H. 4.5.4 | Outras Assistências | 174.500,00 |
| H. 5 | **Obras de Infra-Estrutura** | - |
| H. 6 | **Pessoal em Atividade Alheia à MDE ***** | - |
| H. 7 | **Outras** | - |
| I | **DESPESA REALIZADA EM MDE ( G - H )** | **2.158.415.125,20** |
| J | **DESPESA REALIZADA NO FUNDEB = (J.1 + J2 + J.3 + J.4)** | **771.720.650,91** |
| J.1 | Fontes ( 100 e 300 ) | 723.121.059,83 |
| J.2 | Fontes ( 101 e 301 ) | 36.537.913,78 |
| J.3 | Fontes ( 102 e 302 ) | 11.419.895,00 |
| | Fontes ( 105 e 305 ) | 120.619,47 |
| J.4 | Fontes ( 109 e 309 ) | 521.162,83 |
| L | **Despesa com pagamento de profissionais em atividade no Fundeb** | **696.473.382,67** |

**Comparação entre as aplicações e os limites estabelecidos**

| | RELAÇÃO | APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL | APLICADO ATÉ AGOSTO DE 2008 |
|---|---|---|---|
| **M D E** | I / C | **25%** | **34,87%** |
| **FUNDEB** | E e J | **R$ 580.427.774,83** | **R$ 771.720.650,91** |
| **Pagamento dos Profissionais do Magistério em atividade no FUNDEB** | L / E | **60%** | **119,99%** |

**Fontes ; 100, 101,102,105, 109, 130, 300, 301, 302, 305 e 309**

FONTE : SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

*** = Dados informados pela Secretaria de Educação do DF

**OBS.: Estão sendo incluídas neste quadro as execuções do Fundo Constitucional do DF para a área de educação, que estão sendo processadas no Sistema SIAFI do Ministério da Fazenda.**

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
**VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

| | | |
|---|---|---|
| **A** | **Receita : Base de cálculo Estadual - B.E** | **3.258.157.750,46** |
| A1 | 75% do ICMS | 1.906.475.884,20 |
| A2 | 75% da Dívida Ativa - ICMS | 9.904.775,56 |
| A3 | 75% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS | 2.822.822,27 |
| A4 | 75% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ICMS | 647.733,99 |
| A5 | SIMPLES | 69.651.677,11 |
| A6 | Dívida Ativa - Simples | 4.316.473,33 |
| A7 | Multas/Juros/Correção Monetária - SIMPLES | 4,79 |
| A8 | Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do SIMPLES | 1.209,75 |
| A9 | 50% do IPVA | 199.783.184,08 |
| A10 | 50% da Dívida Ativa - IPVA | 7.978.626,73 |
| A11 | 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA | 4.101.090,18 |
| A12 | 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -Div. Ativa do IPVA | 2.580.838,94 |
| A13 | ITCD | 16.037.467,57 |
| A14 | Dívida Ativa - ITCD | 640.073,88 |
| A15 | Multas/Juros/Correção Monetária -ITCD | 783.680,73 |
| A16 | Multas/Juros/Correção Monetária -Div. Ativa do ITCD | 191.393,37 |
| A17 | Imp. S/ Renda e Prov. de Qquer Natureza | 807.651.985,30 |
| A18 | Quota-parte FPE | 215.259.022,04 |
| A19 | 75% Quota-parte IPI-Exportação | 1.434.744,16 |
| A20 | 75% transferência LC 87/96 - Lei Kandir | 7.895.062,50 |
| **B** | **Receita : Base de cálculo Municipal - B.M** | **1.817.657.213,28** |
| B1 | 25% do ICMS | 635.491.561,40 |
| B2 | 25% da Dívida Ativa - ICMS | 3.301.591,85 |
| B3 | 25% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS | 940.940,76 |
| B4 | 25% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ICMS | 215.911,33 |
| B5 | 50% do IPVA | 199.783.184,08 |
| B6 | 50% da Dívida Ativa - IPVA | 7.978.626,73 |
| B7 | 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA | 4.101.090,18 |
| B8 | 50% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do IPVA | 2.580.838,94 |
| B9 | IPTU | 317.386.431,00 |
| B10 | Dívida Ativa - IPTU | 26.490.815,77 |
| B11 | Multas/Juros/Correção Monetária -IPTU | 4.409.567,96 |
| B12 | Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do IPTU | 5.580.749,82 |
| B13 | ISS | 429.335.314,44 |
| B14 | Dívida Ativa - ISS | 17.341.287,63 |
| B15 | Multas/Juros/Correção Monetária - ISS | 2.117.362,68 |
| B16 | Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ISS | 402.193,52 |

| | | |
|---|---|---|
| B17 | ITBI | 101.040.509,90 |
| B18 | Divida Ativa - ITBI | 186.471,61 |
| B19 | Multas/Juros/Correção Monetária -ITBI | 1.351.503,73 |
| B20 | Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ITBI | 63.610,59 |
| B21 | Quota-parte ITR | 500.663,79 |
| B22 | Quota-parte FPM | 53.946.650,03 |
| B23 | 25% Quota-parte IPI-Exportação | 478.248,05 |
| B24 | 25% transferência LC 87/96 - Lei Kandir | 2.631.687,50 |
| **C** | **Recursos Mínimos a aplicar ( 12% da Base Estadual + 15% da Base Municipal )** | **663.627.512,05** |
| D | **Aplicações em ações e serviços públicos de saúde = ( D1 - D2 )** | **942.848.821,58** |
| **D1** | **Total aplicado no Fundo de Saúde ( funções : saúde e encargos especiais )** | 942.862.371,58 |
| D1.1 | Função : Saúde | 910.413.225,06 |
| D1.2 | Função : Encargos Especiais | 32.449.146,52 |
| **D2** | **Exclusões :** | 13.550,00 |
| D2.1 | Aplicações na Função 28 (encargos especiais) em Gastos que **NÃO** se referem a custeio de pessoal em atividade de saúde | - |
| D2.2 | **FEPECS** | 13.550,00 |
| **E** | **SUPERÁVIT ( D - C )** | **279.221.309,53** |

**OBS.: As Receitas Tributárias já estão deduzidas de suas respectivas Restituições.**

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil

FONTES DE RECURSOS DE FINAL : 00, 01, 02, 05 e 09

Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

**DISTRITO FEDERAL**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
**ATÉ AGOSTO DE 2008**

LRF, Art. 48 - Anexo XVII

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS | no bimestre | até o bimestre |
|---|---|---|
| Previsão Inicial da Receita | | 9.688.660.057,00 |
| Previsão Atualizada da Receita | | 10.298.976.652,00 |
| Receitas Realizadas | 1.757.273.482,14 | 6.841.861.000,65 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Créditos Adicionais) | | 176.770.592,28 |

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS | no bimestre | até o bimestre |
|---|---|---|
| Dotação Inicial | | 9.688.660.057,00 |
| Créditos Adicionais | | 1.073.713.554,91 |
| Dotação Atualizada | | 10.762.373.611,91 |
| Despesas Empenhadas | 1.874.196.609,67 | 6.508.404.604,58 |
| Despesas Liquidadas | 1.662.564.671,72 | 5.668.968.517,59 |
| Superávit Orçamentário | 94.708.810,42 | 1.172.892.483,06 |

| DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | no bimestre | até o bimestre |
|---|---|---|
| Despesas Empenhadas | 1.874.196.609,67 | 6.508.404.604,58 |
| Despesas Liquidadas | 1.662.564.671,72 | 5.668.968.517,59 |

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | Últimos 12 meses |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 9.183.017.444,77 |

| RECEITAS / DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | no bimestre | até o bimestre |
|---|---|---|
| Receitas Previdenciárias (I) | 151.708.617,55 | 599.735.503,31 |
| Despesas Previdenciárias (II) | 146.519.171,13 | 579.398.929,08 |
| Resultado Previdenciário (I - II) | 5.189.446,42 | 20.336.574,23 |

| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Resultado Apurado até o bimestre |
|---|---|
| Resultado nominal | -632.577.744,64 |
| Resultado Primário | 1.166.471.046,22 |
| Resultado Primário Real | 1.337.621.137,08 |

| MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR | Inscrição | Cancelamento até o bimestre | Pagamento até o bimestre | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| **POR PODER** | | | | |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 62.203.757,41 | 233.424,63 | 58.094.282,40 | 3.876.050,38 |
| Poder Executivo | 61.895.391,08 | 233.424,63 | 57.785.916,07 | 3.876.050,38 |
| Poder Legislativo | 308.366,33 | - | 308.366,33 | - |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 559.097.487,92 | 8.700.507,25 | 416.103.993,75 | 134.292.986,92 |
| Poder Executivo | 547.140.491,20 | 8.658.376,26 | 406.330.684,66 | 132.151.430,28 |
| Poder Legislativo | 11.956.996,72 | 42.130,99 | 9.773.309,09 | 2.141.556,64 |
| **TOTAL** | 621.301.245,33 | 8.933.931,88 | 474.198.276,15 | 138.169.037,30 |

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE | Valor apurado até o bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
|---|---|---|---|
| | | Mínimo a Aplicar | Aplicado até o bimestre |
| Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE | 2.158.415.125,20 | 25% | 34,87% |
| Mínimo Anual de aplicação no FUNDEB | R$ 771.720.650,91 | R$ 580.427.774,83 | R$ 771.720.650,91 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais do Ensino Básico | 696.473.382,67 | 60% | 119,99% |

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor apurado até o bimestre | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Operação de Crédito | 69.088.146,66 | 337.641.327,34 |
| Despesa de Capital Líquida | 406.079.728,32 | 1.557.509.121,68 |

| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor apurado até o bimestre | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | 5.116.785,37 | 68.550.214,63 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 1.282.966,86 | 7.384.033,14 |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Limite Constitucional Anual | |
|---|---|---|
| | Mínimo a Aplicar até o bimestre | Valor Aplicado até o bimestre |
| Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde | 663.627.512,05 | 942.848.821,58 |

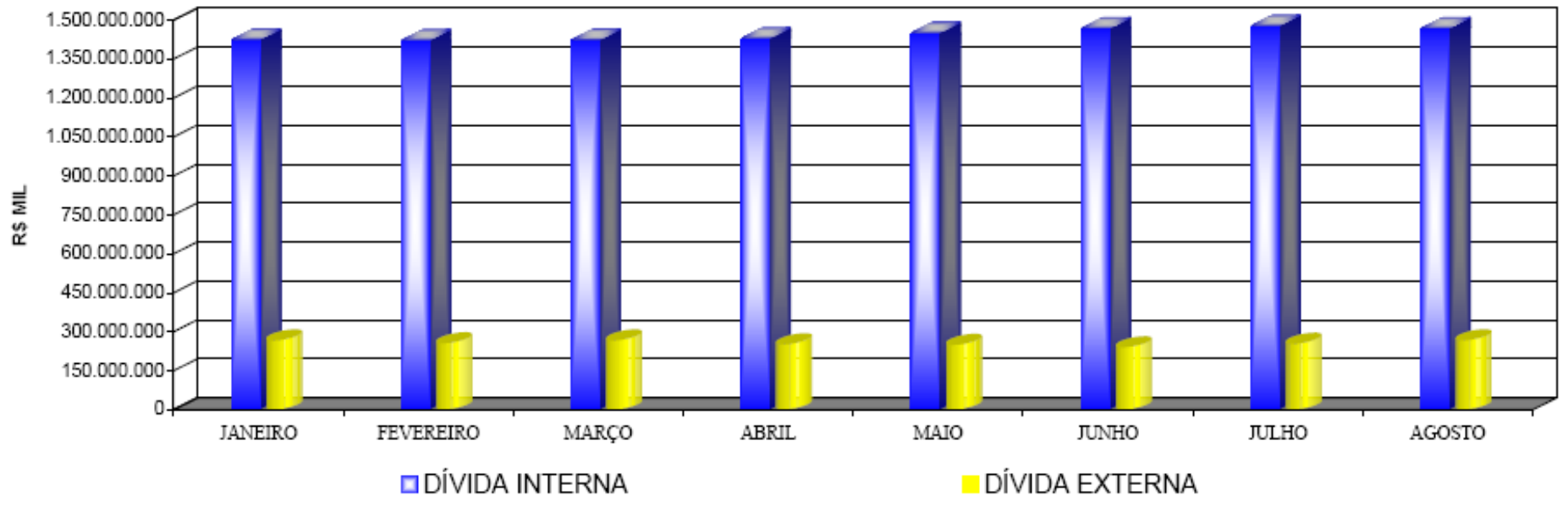
**DISTRITO FEDERAL**
**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM 2008**
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

R$

| MÊS | POSIÇÃO DO SALDO DEVEDOR EM 2008 | | | | | | | TOTAL CONSOLIDADO (Subtotal Dívida Interna + Dívida Externa SEFP/GeDIP) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DÍVIDA INTERNA | | | | SUBTOTAL DIVIDA INTERNA | DÍVIDA EXTERNA | | |
| | SEFP/GeDIP | SEDUH/IDHAB | FCVS/CEF (-) | SALDO SEDUH/IDHAB SEM FCVS | | SEFP/GeDIP | CAESB/GDF | |
| JANEIRO | 1.278.712.016,23 | 209.855.297,12 | 65.153.695,62 | 144.701.601,50 | 1.423.413.617,73 | 265.437.002,06 | 93.268.643,97 | 1.688.850.619,79 |
| FEVEREIRO | 1.277.310.721,91 | 208.919.133,59 | 65.153.695,62 | 143.765.437,97 | 1.421.076.159,88 | 254.667.762,36 | 88.840.894,21 | 1.675.743.922,24 |
| MARÇO | 1.279.655.759,54 | 208.004.957,86 | 65.153.695,62 | 142.851.262,24 | 1.422.507.021,78 | 265.497.245,39 | 93.732.806,61 | 1.688.004.267,17 |
| ABRIL | 1.286.684.972,12 | 207.303.361,35 | 65.153.695,62 | 142.149.665,73 | 1.428.834.637,85 | 250.276.060,08 | 91.109.788,00 | 1.679.110.697,93 |
| MAIO | 1.308.009.600,37 | 206.631.324,87 | 65.153.695,62 | 141.477.629,25 | 1.449.487.229,62 | 248.142.589,56 | 87.836.112,14 | 1.697.629.819,18 |
| JUNHO | 1.324.140.789,97 | 207.867.413,93 | 65.153.695,62 | 142.713.718,31 | 1.466.854.508,28 | 239.157.308,67 | 83.212.394,17 | 1.706.011.816,95 |
| JULHO | 1.353.508.803,76 | 208.590.650,55 | 85.374.091,03 | 123.216.559,52 | 1.476.725.363,28 | 252.824.361,17 | 86.637.304,41 | 1.729.549.724,45 |
| AGOSTO | 1.345.029.365,97 | 207.054.079,39 | 85.374.091,03 | 121.679.988,36 | 1.466.709.354,33 | 265.687.648,83 | 86.516.887,45 | 1.732.397.003,16 |

1. no caso de se consolidar os saldos devedores das dívidas fundadas internas e externas, das administrações direta e indireta, excluir, para evitar a dupla contagem, os valores da coluna CAESB/GDF, que referem-se ao compartilhamento dos recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, por meio do Contrato n.º 1.288-OC-BR, ajustado por dispositivos contidos no Contrato n.º 001/2001-SO/SEFP/DF.

2. não consta em qualquer ajuste firmado pelo Distrito Federal a concessão de garantias de que trata o art. 55, inciso I, item "c" da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.




Elaboração:Gerência da Dívida Pública/SUTES/SEF
Fonte: SIAC-Sistema Integrado Financeiro e Contábil

**DISTRITO FEDERAL**
**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**
**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

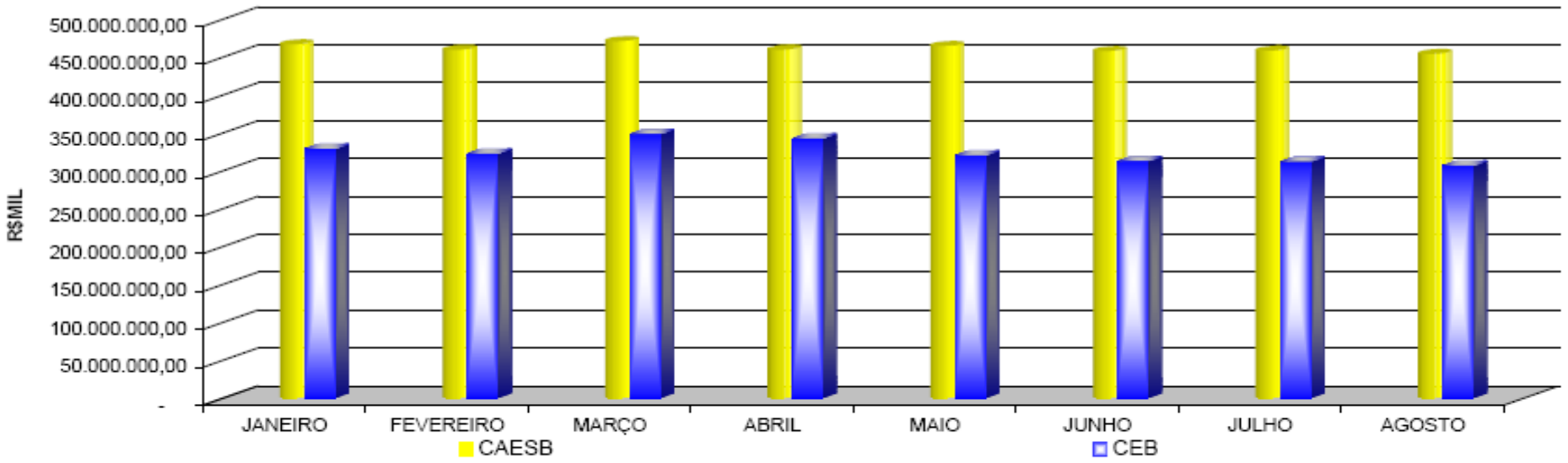
R$

| MÊS | POSIÇÃO DO SALDO DEVEDOR EM 2008 | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| | DÍVIDA INTERNA | | | | |
| | CAESB | | | CEB | |
| | CAESB/GDF | CAESB/OUTROS | TOTAL CAESB | TOTAL CEB | |
| JANEIRO | 93.268.643,97 | 373.473.407,06 | 466.742.051,03 | 328.909.789,09 | 795.651.840,12 |
| FEVEREIRO | 88.840.894,21 | 370.559.068,64 | 459.399.962,85 | 322.611.794,66 | 782.011.757,51 |
| MARÇO | 93.732.806,61 | 377.223.002,66 | 470.955.809,27 | 348.261.061,02 | 819.216.870,29 |
| ABRIL | 91.109.788,00 | 368.450.365,28 | 459.560.153,28 | 342.496.309,29 | 802.056.462,57 |
| MAIO | 87.836.112,14 | 376.864.607,58 | 464.700.719,72 | 320.315.066,18 | 785.015.785,90 |
| JUNHO | 83.212.394,17 | 374.609.522,62 | 457.821.916,79 | 312.661.046,51 | 770.482.963,30 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| JULHO | 86.637.304,41 | 371.762.825,58 | 458.400.129,99 | 311.870.007,71 | 770.270.137,70 |
| AGOSTO | 86.516.887,45 | 367.560.873,79 | 454.077.761,24 | 306.749.025,21 | 760.826.786,45 |

1. CAESB/GDF refere-se à parcela de responsabilidade da CAESB consignada no Contrato n.º 001/2001-SO/SEFP/DF que ajusta, entre outras providências, o compartilhamento dos recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, à conta do Contrato n.º 1.288/OC-BR, entre o GDF e aquela empresa;

2. não consta dos ajustes firmados pelas entidades da administração indireta do complexo administrativo do Distrito Federal, a concessão, por aquele ente estatal, de garantias de que trata o art. 55, inciso I, item "c" da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.




Elaboração:Gerência da Dívida Pública/SUTES/SEF
FONTE : CAESB/CEB

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

QUADRO I
JUNHO DE 2008
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

COMPROMISSO DE DESEMBOLSO PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

R$

| DISCRIMINAÇÃO | SALDO | VENCIDA | | jan/08 | | fev/08 | | mar/08 | | abr/08 | | mai/08 | | jun/08 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DEVEDOR | ENCAR. | AMORTIZ | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. |
| **1 - Dívida Fundada Total** | **1.783.149.918** | - | - | **10.205.596,75** | **11.568.523,07** | **8.295.452,04** | **6.783.379,44** | **9.004.490,87** | **7.437.074,46** | **8.206.700,19** | **6.595.652,27** | **8.275.289,90** | **6.603.870,10** | **13.131.150,10** | **12.168.554,39** |
| **1.1 - Fundada Interna** | **1.543.992.610** | - | - | **7.603.011,52** | **5.895.658,52** | **8.295.452,04** | **6.783.379,44** | **8.592.998,37** | **7.437.074,46** | **8.197.098,16** | **6.595.652,27** | **8.275.289,90** | **6.603.870,10** | **8.624.711,91** | **6.719.531,69** |
| **1.1.1 - Contratual** | **1.543.992.610** | - | - | **7.603.011,52** | **5.895.658,52** | **8.295.452,04** | **6.783.379,44** | **8.592.998,37** | **7.437.074,46** | **8.197.098,16** | **6.595.652,27** | **8.275.289,90** | **6.603.870,10** | **8.624.711,91** | **6.719.531,69** |
| *- União* | 1.154.801.621 | - | - | 5.352.632,28 | 3.018.904,51 | 5.377.176,49 | 3.047.719,40 | 5.358.116,98 | 3.054.971,98 | 5.412.367,38 | 3.088.723,65 | 5.496.860,24 | 3.121.191,79 | 5.640.413,75 | 3.161.183,16 |
| BIB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BEA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Clube de Paris | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CMLP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lei 7.976/89 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS até 30/09/91 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Parc. INSS/FGTS após 30/09/91** | **77.138.101** | - | - | **105.987,84** | **1.091.422,27** | **115.046,49** | **1.091.422,27** | **123.082,69** | **1.091.422,27** | **131.853,38** | **1.091.422,27** | **140.349,40** | **1.091.422,27** | **147.488,31** | **1.082.914,33** |
| NOVACAP (Administração Indireta) | 67.524.831 | | | 83.639,46 | 896.129,79 | 90.876,95 | 896.129,79 | 97.346,56 | 896.129,79 | 104.472,32 | 896.129,79 | 111.205,93 | 896.129,79 | 118.436,12 | 896.129,79 |
| DETRAN (Administração Indireta) | 8.156.599 | | | 1.165,28 | 138.247,43 | 2.450,98 | 138.247,43 | 3.555,96 | 138.247,43 | 4.718,24 | 138.247,43 | 5.962,46 | 138.247,43 | 7.179,04 | 138.247,43 |
| SEDUMA (Administração Direta) | 340.317 | | | 1.441,39 | 8.507,94 | 1.521,17 | 8.507,94 | 1.589,79 | 8.507,94 | 1.661,85 | 8.507,94 | 1.739,05 | 8.507,94 | - | - |
| SEPLAG (Administração Direta) | 1.116.354 | | | 19.741,71 | 48.537,11 | 20.197,39 | 48.537,11 | 20.589,38 | 48.537,11 | 21.000,97 | 48.537,11 | 21.441,96 | 48.537,11 | 21.873,15 | 48.537,11 |
| Lei 8.727/93 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Lei 9.496/97 - STN/COAFI** | **1.077.663.520** | - | - | **5.246.644,44** | **1.927.482,24** | **5.262.130,00** | **1.956.297,13** | **5.235.034,29** | **1.973.549,71** | **5.280.514,00** | **1.997.301,38** | **5.356.510,84** | **2.029.769,52** | **5.492.925,44** | **2.078.268,83** |
| CEF/VOTO 162 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA TOTAL** | **264.326.545** | - | - | 979.503,11 | 445.604,46 | 1.582.834,13 | 1.304.012,42 | 1.923.018,49 | 1.939.956,80 | 1.580.018,82 | 1.074.317,03 | 1.554.786,53 | 1.049.584,73 | 1.686.124,15 | 1.021.036,33 |
| CAIXA GDF | 110.453.889 | - | - | 979.503,11 | 365.187,99 | 977.239,26 | 367.848,89 | 974.258,78 | 370.245,75 | 971.386,17 | 372.720,52 | 974.176,35 | 377.548,25 | 1.012.142,25 | 395.231,27 |
| CAIXA PNAFE | 11.158.938 | - | - | - | - | - | - | 347.873,85 | 655.535,32 | - | - | - | - | - | - |
| | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA- IDHAB C/DEDUÇÃO FCVS** | 142.713.718 | - | - | - | 80.416,47 | 605.594,87 | 936.163,53 | 600.885,86 | 914.175,73 | 608.632,65 | 701.596,51 | 580.609,18 | 672.036,48 | 673.981,90 | 625.807,06 |
| IDHAB | 207.867.414 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| * OUTROS-IDHAB | 65.153.696 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parcelamento - PIS/PASEP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Banco do Brasil** | **738.979** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **16.879,56** | **103.702,49** |
| Brasil/França | 738.979 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 16.879,56 | 103.702,49 |
| **BNDES** | **124.125.465** | - | - | **1.270.876,13** | **2.431.149,55** | **1.335.441,42** | **2.431.647,62** | **1.311.862,90** | **2.432.145,68** | **1.204.711,96** | **2.432.611,59** | **1.223.644,13** | **2.433.093,58** | **1.281.294,45** | **2.433.607,71** |
| Outros Bancos Federais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| *- Outras Dívidas Contratuais* | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Estaduais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Privados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | | | | | | | | | | - | | - | | |
| **1.2 - Fundada Externa** | **239.157.308** | - | - | **2.602.585,23** | **5.672.864,55** | - | - | **411.492,50** | - | **9.602,03** | - | - | - | **4.506.438,19** | **5.449.022,70** |
| **1.2.1 - Contratual** | **239.157.308** | - | - | **2.602.585,23** | **5.672.864,55** | - | - | **411.492,50** | - | **9.602,03** | - | - | - | **4.506.438,19** | **5.449.022,70** |
| Sem aval do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do TN até 30/09/91 (BID 526 e 814) | 63.509.257 | - | - | 2.602.585,23 | 5.672.864,55 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do após até 30/09/91 | 175.648.051 | - | - | - | - | - | - | 411.492,50 | - | 9.602,03 | - | - | - | 4.506.438,19 | 5.449.022,70 |
| **1.2.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | - |
| **2 - Flutuante** | **167.790.690** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empreiteiros/Fornecedores | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos Especiais a Liberar | 158.065.832 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Restos a Pagar | 4.217.195 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Restos a Pagar não processado | 147.142.912 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso a Liberar/Repas.Exerc.Anteriores | 6.705.725 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Folha de Pagamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| INSS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Consignações | 8.391.970 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Depósitos | 23.548 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Depositos Diversos Origens | 7.201.200 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros (Transf. maior de KP e repasses maior a devolver) | (5.891.860) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

**JUNHO DE 2008**
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**COMPROMISSO DE DESEMBOLSO PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA**

R$

| DISCRIMINAÇÃO | jul/08 | | ago/08 | | set/08 | | out/08 | | nov/08 | | dez/08 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. |
| **1 - Dívida Fundada Total** | **11.071.622,68** | **12.934.111,96** | **8.504.188,54** | **6.960.119,82** | **9.249.928,54** | **7.632.318,62** | **9.171.060,71** | **7.066.572,76** | **8.909.366,60** | **7.127.014,27** | **12.733.805,13** | **11.851.107,82** |
| **1.1 - Fundada Interna** | **8.959.663,31** | **7.944.943,44** | **8.504.188,54** | **6.960.119,82** | **8.910.608,23** | **7.632.318,62** | **8.684.305,63** | **7.066.572,76** | **8.909.366,60** | **7.127.014,27** | **8.844.671,35** | **7.285.857,78** |
| **1.1.1 - Contratual** | **8.959.663,31** | **7.944.943,44** | **8.504.188,54** | **6.960.119,82** | **8.910.608,23** | **7.632.318,62** | **8.684.305,63** | **7.066.572,76** | **8.909.366,60** | **7.127.014,27** | **8.844.671,35** | **7.285.857,78** |
| *- União* | 6.256.285,54 | 4.411.764,20 | 5.616.614,69 | 3.297.543,27 | 5.616.386,52 | 3.308.237,15 | 5.613.084,44 | 3.318.984,51 | 5.612.444,98 | 3.329.785,59 | 5.609.225,10 | 3.340.640,69 |
| BIB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BEA | - | - | - | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Clube de Paris | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CMLP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lei 7.976/89 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS ate 30/09/91 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Parc. INSS/FGTS após 30/09/91** | **666.588,54** | **2.283.628,36** | **161.838,72** | **1.158.766,75** | **171.299,50** | **1.158.766,75** | **179.857,90** | **1.158.766,75** | **189.015,15** | **1.158.766,75** | **197.764,01** | **1.158.766,75** |
| NOVACAP (Administração Indireta) | 140.527,61 | 1.012.011,38 | 148.502,25 | 1.012.011,38 | 156.560,65 | 1.012.011,38 | 163.716,64 | 1.012.011,38 | 171.471,50 | 1.012.011,38 | 178.817,98 | 1.012.011,38 |
| DETRAN (Administração Indireta) | 8.536,22 | 138.247,43 | 11.390,61 | 138.247,43 | 12.711,70 | 138.247,43 | 14.032,80 | 138.247,43 | 15.353,89 | 138.247,43 | 16.674,98 | 138.247,43 |
| SEDUMA (Administração Direta) | 3.711,43 | 17.015,88 | 1.945,85 | 8.507,94 | 2.027,15 | 8.507,94 | 2.108,45 | 8.507,94 | 2.189,76 | 8.507,94 | 2.271,05 | 8.507,94 |
| SEPLAG (Administração Direta) | 513.813,28 | 1.116.353,67 | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Lei 8.727/93 | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Lei 9.496/97 - STN/COAFI** | **5.589.698,00** | **2.128.135,84** | **5.454.775,97** | **2.138.776,52** | **5.445.087,02** | **2.149.470,40** | **5.433.226,54** | **2.160.217,76** | **5.423.429,83** | **2.171.018,84** | **5.411.461,09** | **2.181.873,94** |
| CEF/VOTO 162 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CEF TOTAL** | 1.565.138,69 | 1.099.346,60 | 1.693.801,18 | 1.228.743,91 | 2.124.324,55 | 1.890.248,80 | 1.962.568,86 | 1.313.755,61 | 2.102.667,71 | 1.363.396,04 | 2.229.832,92 | 1.407.863,70 |
| CEF GDF | 1.051.515,69 | 406.394,60 | 1.181.249,18 | 444.047,91 | 1.323.174,18 | 487.730,80 | 1.452.223,86 | 526.309,61 | 1.593.456,71 | 571.033,04 | 1.721.788,92 | 610.533,70 |
| CAIXA PNAFE | - | - | - | - | 289.704,37 | 619.941,00 | - | - | - | - | - | - |
| *FIV | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA- IDHAB C/DEDUÇÃO FCVS** | 513.623,00 | 692.952,00 | 512.552,00 | 784.696,00 | 511.446,00 | 782.577,00 | 510.345,00 | 787.446,00 | 509.211,00 | 792.363,00 | 508.044,00 | 797.330,00 |
| IDHAB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **OUTROS-IDHAB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parcelamento - PIS/PASEP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Banco do Brasil** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 14.779,59 | 103.520,75 |
| Brasil/França | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 14.779,59 | 103.520,75 |
| **BNDES** | **1.138.238,08** | **2.433.832,64** | **1.193.772,67** | **2.433.832,64** | **1.169.897,16** | **2.433.832,67** | **1.108.652,33** | **2.433.832,64** | **1.194.253,91** | **2.433.832,64** | **990.833,74** | **2.433.832,64** |
| Outros Bancos Federais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros ( FINEP ) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| *- Outras Dívidas Contratuais* | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Estaduais ( BRB ) * | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Privados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.2 - Fundada Externa** | **2.111.959,37** | **4.989.168,52** | - | - | **339.320,31** | - | **486.755,08** | - | - | - | **3.889.133,78** | **4.565.250,04** |
| **1.2.1 - Contratual** | **2.111.959,37** | **4.989.168,52** | - | - | **339.320,31** | - | **486.755,08** | - | - | - | **3.889.133,78** | **4.565.250,04** |
| Sem aval do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do TN ate 30/09/91 ( BID ) | 2.111.959,37 | 4.989.168,52 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do apos ate 30/09/91 | - | - | - | - | 339.320,31 | - | 486.755,08 | - | - | - | 3.889.133,78 | 4.565.250,04 |
| **1.2.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **2 - Flutuante** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Empreteiros** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Fornecedores** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Autofinanciamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Folha de Pagamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| AROS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| INSS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| FGTS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| PISPASEP e Inst. de Pensão | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Precatórios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros (Transf. maior de KP e repasses maior a devolver) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

obs. valores realizados ate março/2008
FONTE: Nucleo de Controle da Divida Publica Consolidada, SIAC e IDHAB/SEDUMA
* Contribuição ao FCVS - Fundo de Compensações das Variações Salariais e pagamento de prêmio de seguro da Carteira Imobiliária

**QUADRO II**

**JUNHO DE 2008**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**PREVISÃO DE COMPROMISSO DE DESEMBOLSO PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA**

R$ MIL

| DISCRIMINAÇÃO | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. |
| **1 - Dívida Fundada Total** | **130.820** | **111.190** | **134.296** | **120.110** | **132.108** | **125.985** | **127.280** | **124.656** | **130.845** | **119.767** | **126.104** | **121.277** | **119.056** | **115.878** |
| **1.1 - Fundada Interna** | **114.726** | **90.972** | **113.724** | **96.066** | **108.648** | **98.114** | **104.918** | **96.785** | **98.052** | **77.826** | **93.086** | **79.334** | **87.795** | **83.690** |
| **1.1.1 - Contratual** | **114.726** | **90.972** | **113.724** | **96.066** | **108.648** | **98.114** | **104.918** | **96.785** | **98.052** | **77.826** | **93.086** | **79.334** | **87.795** | **83.690** |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| - *União* | 67.132 | 40.954 | 65.679 | 39.737 | 63.667 | 38.597 | 62.790 | 41.091 | 59.990 | 40.738 | 58.333 | 42.857 | 56.544 | 45.108 |
| BIB | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BEA | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Clube de Paris | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CMLP | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lei 7.976/89 | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS até 30/09/91 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Parc. INSS/FGTS após 30/09/91** | **3.054** | **13.905** | **3.271** | **11.019** | **3.039** | **8.108** | **4.052** | **8.722** | **3.259** | **6.372** | **3.732** | **6.372** | **4.205** | **6.372** |
| NOVACAP (Administração Indireta) | 2.717 | 12.144 | 2.733 | 9.258 | 2.313 | 6.372 | 2.786 | 6.372 | 3.259 | 6.372 | 3.732 | 6.372 | 4.205 | 6.372 |
| DETRAN (Administração Indireta) | 303 | 1.659 | 493 | 1.659 | 684 | 1.659 | 1.266 | 2.350 | - | - | - | - | | |
| SEDUMA (Administração Direta) | 34 | 102 | 45 | 102 | 42 | 77 | - | - | - | - | - | - | | |
| SEPLAG (Administração Direta) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | |
| Lei 8.727/93 | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Lei 9.496/97 - STN/COAFI** | **64.078** | **27.049** | **62.408** | **28.718** | **60.628** | **30.489** | **58.738** | **32.369** | **56.731** | **34.366** | **54.601** | **36.485** | **52.339** | **38.736** |
| Lei 9.496/97 - CONTA GRÁFICA | | | - | | | | | | | | | | - | - |
| CEF/VOTO 162 | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA TOTAL** | **36.470** | **20.605** | **40.302** | **26.916** | **40.616** | **30.104** | **41.066** | **33.785** | **38.061** | **37.083** | **34.752** | **36.474** | **31.250** | **38.581** |
| CAIXA GDF | 28.841 | 10.451 | 32.933 | 13.311 | 34.067 | 15.806 | 35.089 | 18.728 | 33.021 | 20.075 | 30.800 | 21.522 | 28.417 | 23.076 |
| CAIXA/PNAFE | 574 | 1.240 | 504 | 1.240 | 435 | 1.240 | 366 | 1.240 | 295 | 1.240 | 226 | 1.240 | 156 | 1.240 |
| CAIXA IDHAB | 7.055 | 8.914 | 6.865 | 12.365 | 6.114 | 13.058 | 5.611 | 13.817 | 4.745 | 15.768 | 3.726 | 13.712 | 2.677 | 14.265 |
| **Banco do Brasil** | **23** | **207** | **15** | **207** | **7** | **207** | **1** | **5** | **1** | **5** | **1** | **3** | **1** | **1** |
| Brasil/França | 23 | 207 | 15 | 207 | 7 | 207 | 1 | 5 | 1 | 5 | 1 | 3 | 1 | 1 |
| **BNDES** | **11.101** | **29.206** | **7.728** | **29.206** | **4.358** | **29.206** | **1.061** | **21.904** | - | - | - | - | - | - |
| Outros Bancos Federais | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Outros** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - *Outras Dívidas Contratuais* | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Estaduais | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Privados | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.2 - Fundada Externa** | **16.094** | **20.218** | **20.572** | **24.044** | **23.460** | **27.871** | **22.362** | **27.871** | **32.793** | **41.941** | **33.018** | **41.943** | **31.261** | **32.188** |
| **1.2.1 - Contratual** | **16.094** | **20.218** | **20.572** | **24.044** | **23.460** | **27.871** | **22.362** | **27.871** | **32.793** | **41.941** | **33.018** | **41.943** | **31.261** | **32.188** |
| Sem aval do Tesouro Nacional | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do TN até 30/09/91 ( BID ) | 3.598 | 9.753 | 2.974 | 9.753 | 2.350 | 9.753 | 1.726 | 9.753 | 1.102 | 9.753 | 481 | 9.755 | - | - |
| Com aval TN após 30/09/91 | 12.496 | 10.465 | 17.598 | 14.291 | 21.110 | 18.118 | 20.636 | 18.118 | 31.691 | 32.188 | 32.537 | 32.188 | 31.261 | 32.188 |
| **1.2.2 - Mobiliária** | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| DISCRIMINAÇÃO | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. |
| **1 - Dívida Fundada Total** | **111.813** | **115.730** | **101.829** | **111.451** | **93.004** | **111.151** | **85.579** | **114.230** | **77.869** | **120.953** | **69.751** | **122.780** | **62.451** | **105.141** |
| **1.1 - Fundada Interna** | **81.785** | **83.542** | **73.121** | **79.263** | **65.573** | **78.963** | **59.424** | **82.042** | **52.960** | **88.765** | **46.149** | **90.592** | **40.124** | **76.853** |
| **1.1.1 - Contratual** | **81.785** | **83.542** | **73.121** | **79.263** | **65.573** | **78.963** | **59.424** | **82.042** | **52.960** | **88.765** | **46.149** | **90.592** | **40.124** | **76.853** |
| - *União* | 54.006 | 46.950 | 48.954 | 46.027 | 44.682 | 46.354 | 41.809 | 49.213 | 38.758 | 52.249 | 35.519 | 55.471 | 32.080 | 58.893 |
| BIB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BEA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Clube de Paris | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CMLP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lei 7.976/89 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS até 30/09/91 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Parc. INSS/FGTS após 30/09/91** | **4.068** | **5.825** | **1.565** | **2.366** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| NOVACAP (Administração Indireta) | 4.068 | 5.825 | 1.565 | 2.366 | | | | | | | | | | |
| DETRAN (Administração Indireta) | | | | | | | | | | | | | | |
| SEDUMA (Administração Direta) | | | | | | | | | | | | | | |
| SEPLAG (Administração Direta) | | | | | | | | | | | | | | |
| Lei 8.727/93 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Lei 9.496/97 - STN/COAFI** | **49.938** | **41.125** | **47.389** | **43.661** | **44.682** | **46.354** | **41.809** | **49.213** | **38.758** | **52.249** | **35.519** | **55.471** | **32.080** | **58.893** |
| Lei 9.496/97 - CONTA GRÁFICA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CEF/VOTO 162 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA TOTAL** | **27.779** | **36.592** | **24.167** | **33.236** | **20.891** | **32.609** | **17.615** | **32.829** | **14.202** | **36.516** | **10.630** | **35.121** | **8.044** | **17.960** |
| CAIXA GDF | 25.854 | 24.710 | 23.096 | 26.324 | 20.087 | 27.496 | 16.961 | 28.732 | 13.669 | 30.648 | 10.270 | 29.008 | 7.864 | 13.277 |
| CAIXA/PNAFE | 87 | 1.240 | 17 | 620 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CAIXA IDHAB | 1.838 | 10.642 | 1.054 | 6.292 | 804 | 5.113 | 654 | 4.097 | 533 | 5.868 | 360 | 6.113 | 180 | 4.683 |
| Parcelamento - PIS/PASEP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Banco do Brasil** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Brasil/França | | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **BNDES** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Bancos Federais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - *Outras Dívidas Contratuais* | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Estaduais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Privados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.2 - Fundada Externa** | **30.028** | **32.188** | **28.708** | **32.188** | **27.431** | **32.188** | **26.155** | **32.188** | **24.909** | **32.188** | **23.602** | **32.188** | **22.327** | **28.288** |
| **1.2.1 - Contratual** | **30.028** | **32.188** | **28.708** | **32.188** | **27.431** | **32.188** | **26.155** | **32.188** | **24.909** | **32.188** | **23.602** | **32.188** | **22.327** | **28.288** |
| Sem aval do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do TN até 30/09/91 ( BID ) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval TN após 30/09/91 | 30.028 | 32.188 | 28.708 | 32.188 | 27.431 | 32.188 | 26.155 | 32.188 | 24.909 | 32.188 | 23.602 | 32.188 | 22.327 | 28.288 |
| **1.2.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| DISCRIMINAÇÃO | 2023 | | 2024 | | 2025 | | 2026 | | 2027 | | 2028 | | 2029 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. |
| **1 - Dívida Fundada Total** | **56.383** | **102.118** | **50.276** | **103.325** | **43.824** | **108.179** | **37.052** | **108.111** | **30.233** | **108.356** | **23.377** | **104.864** | **17.552** | **65.649** |
| **1.1 - Fundada Interna** | **35.147** | **77.583** | **30.055** | **78.790** | **24.651** | **83.650** | **18.911** | **88.809** | **12.789** | **94.286** | **6.512** | **90.794** | **1.282** | **51.579** |
| **1.1.1 - Contratual** | **35.147** | **77.583** | **30.055** | **78.790** | **24.651** | **83.650** | **18.911** | **88.809** | **12.789** | **94.286** | **6.512** | **90.794** | **1.282** | **51.579** |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| - *Uuido* | 28.419 | 62.525 | 24.530 | 66.381 | 20.402 | 70.476 | 16.016 | 74.822 | 11.332 | 79.437 | 6.350 | 84.337 | 1.282 | 51.579 |
| BIB | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BEA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Clube de Paris | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CMLP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lei 7.976/89 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS até 30/09/91 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Parc. INSS/FGTS após 30/09/91** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| NOVACAP (Administração Indireta) | | | | | | | | | | | | | | |
| DETRAN (Administração Indireta) | | | | | | | | | | | | | | |
| SEDUMA (Administração Direta) | | | | | | | | | | | | | | |
| SEPLAG (Administração Direta) | | | | | | | | | | | | | | |
| Lei 8.727/93 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Lei 9.496/97 - STN/COAFI** | **28.419** | **62.525** | **24.530** | **66.381** | **20.402** | **70.476** | **16.016** | **74.822** | **11.332** | **79.437** | **6.350** | **84.337** | **1.282** | **51.579** |
| Lei 9.496/97 - CONTA GRÁFICA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CEF/VOTO 162 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA TOTAL** | **6.728** | **15.058** | **5.525** | **12.409** | **4.249** | **13.174** | **2.895** | **13.987** | **1.457** | **14.849** | **162** | **6.457** | - | - |
| CAIXA GDF | 6.726 | 11.688 | 5.525 | 12.409 | 4.249 | 13.174 | 2.895 | 13.987 | 1.457 | 14.849 | 162 | 6.457 | - | - |
| CAIXA/PNAFE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CAIXA IDHAB | 2 | 3.370 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parcelamento - PIS/PASEP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Banco do Brasil** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Brasil/França | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **BNDES** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Bancos Federais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - *Outras Dividas Contratuais* | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Estaduais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Privados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.2 - Mobiliária** | | | | | | | | | | | | | | |
| **1.2 - Fundada Externa** | **21.236** | **24.535** | **20.221** | **24.535** | **19.173** | **24.529** | **18.141** | **19.302** | **17.444** | **14.070** | **16.865** | **14.070** | **16.270** | **14.070** |
| **1.2.1 - Contratual** | **21.236** | **24.535** | **20.221** | **24.535** | **19.173** | **24.529** | **18.141** | **19.302** | **17.444** | **14.070** | **16.865** | **14.070** | **16.270** | **14.070** |
| Sem aval do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do TN até 30/09/91 ( BID ) | | | | | | | | | | | | | - | - |
| Com aval TN após 30/09/91 | 21.236 | 24.535 | 20.221 | 24.535 | 19.173 | 24.529 | 18.141 | 19.302 | 17.444 | 14.070 | 16.865 | 14.070 | 16.270 | 14.070 |
| **1.2.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| DISCRIMINAÇÃO | 2030 | | 2031 | | 2032 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ. | ENCAR. | AMORTIZ |
| **1 - Divida Fundada Total** | **15.684** | **14.070** | **15.097** | **14.070** | **14.512** | **14.078** |
| **1.1 - Fundada Interna** | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.1 - Contratual** | - | - | - | - | - | - |
| - *Uuido* | - | - | - | - | - | - |
| BIB | - | - | - | - | - | - |
| BEA | - | - | - | - | - | - |
| Clube de Paris | - | - | - | - | - | - |
| CMLP | - | - | - | - | - | - |
| Lei 7.976/89 | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS até 30/09/91 | - | - | - | - | - | - |
| Parc. INSS/FGTS após 30/09/91 | - | - | - | - | - | - |
| Lei 8.727/93 | - | - | - | - | - | - |
| **Lei 9.496/97 - STN/COAFI** | - | - | - | - | - | - |
| Lei 9.496/97 - CONTA GRÁFICA | - | - | - | - | - | - |
| CEF/VOTO 162 | - | - | - | - | - | - |
| **CAIXA TOTAL** | - | - | - | - | - | - |
| CAIXA GDF | - | - | - | - | - | - |
| CAIXA/PNAFE | | | | | | |
| CEF IDHAB | - | - | - | - | - | - |
| Parcelamento - PIS/PASEP | - | - | - | - | - | - |
| **Banco do Brasil** | - | - | - | - | - | - |
| Brasil/França | - | - | - | - | - | - |
| **BNDES** | - | - | - | - | - | - |
| Outros Bancos Federais | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| - *Outras Dividas Contratuais* | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Estaduais | - | - | - | - | - | - |
| Bancos Privados | - | - | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - |
| **1.1.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - |
| **1.2 - Fundada Externa** | **15.684** | **14.070** | **15.097** | **14.070** | **14.512** | **14.078** |
| **1.2.1 - Contratual** | **15.684** | **14.070** | **15.097** | **14.070** | **14.512** | **14.078** |
| Sem aval do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - |
| Com aval do TN até 30/09/91 ( BID ) | - | - | - | - | - | - |
| Com aval TN após 30/09/91 | 15.684 | 14.070 | 15.097 | 14.070 | 14.512 | 14.078 |
| **1.2.2 - Mobiliária** | - | - | - | - | - | - |

FONTE: Núcleo de Controle da Dívida Pública Consolidada e IDHAB/SEDUH

## CORREGEDORIA FAZENDÁRIA

ORDEM DE SERVIÇO N° 227, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

O CHEFE DA CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 3.167, de 11 de julho de 2003, e no artigo 8º, inciso IX do Decreto n° 23.975, de 14 de agosto de 2003, o disposto no artigo 143 da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o que consta da CI n° 03/2008-CP 20, referente ao processo 040.002.279/2005, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar de 25 de setembro de 2008, o prazo concedido à Comissão de Sindicância reinstaurada pela Ordem de Serviço n° 199, de 22 de agosto de 2008, publicada no DODF n° 168, de 26 de agosto de 2008.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ALVARES DA COSTA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 228, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

O CHEFE DA CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 3.167, de 11 de julho de 2003, e no artigo 8º, inciso IX do Decreto nº 23.975, de 14 de agosto de 2003, o disposto no artigo 143 da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o que consta da CI nº 09/2008-CP 01, referente ao processo 125.001.013/2008, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar de 06 de outubro de 2008, o prazo concedido à Comissão de Sindicância reinstaurada pela Ordem de Serviço nº 207, de 26 de agosto de 2008, publicada no DODF nº 170, de 27 de agosto de 2008.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ALVARES DA COSTA

ORDEM DE SERVIÇO N° 229, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

O CHEFE DA CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 3.167, de 11 de julho de 2003, e no artigo 8º, inciso IX do Decreto n° 23.975, de 14 de agosto de 2003, o disposto no artigo 143 da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o que consta da CI n° 03/2008 – CP 02, referente ao processo 126.000.035/2007, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar de 26 de setembro de 2008, o prazo concedido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela Ordem de Serviço n° 160, de 25 de julho de 2008, publicada no DODF n° 144, de 28 de julho de 2008, retificada no DODF n° 153, de 07 de agosto de 2008.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ALVARES DA COSTA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 231, DE 26 DE SETEMBRO 2008.

O CHEFE DA CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 3.167, de 11 de julho de 2003, e nos incisos IV, VI e IX, artigo 8º, do Decreto nº 23.975, de 14 de agosto de 2003, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, artigo 149 c/c artigo 152, o que consta da CI nº 05/2008 e do processo 126.000.029/2007, resolve:

Art. 1º - Reinstaurar, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar reinstaurada pela Ordem de Serviço nº 128, de 23 de junho de 2008, publicada no DODF n° 121, de 25 de junho de 2008.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALVARES DA COSTA

## SUBSECRETARIA DA RECEITA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 113, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Delega competência à autoridade que menciona.

A SUBSECRETÁRIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Lei nº 3.383, de 02 de julho de 2004, o disposto no inciso I do artigo 2º c/c o disposto no inciso I do artigo 3º ambos do Decreto nº 26.680, de 27 de março de 2006, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Gerente da Agência Empresarial da Receita da Diretoria de Atendimento ao Contribuinte para apurar e reconhecer o incremento real e efetivo do ICMS, para fins de concessão do incentivo tarifário de que trata a Lei nº 3.383, de 02 de julho de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 26.680, de 27 de março de 2006.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

FABÍOLA CRISTINA VENTURINI

## DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE BRASÍLIA

DESPACHO DE DEFERIMENTO Nº 97, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, delegada pela Ordem de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007, artigo 1º, inciso V, alínea "b", AUTORIZA as restituições/compensações de tributo aos contribuintes abaixo relacionados, na seguinte ordem de processo, interessado, tributo, valor: 127.010866/2008, ALEXANDRE LUIZ FARIA RODRIGUES, IPTU/TLP, R$ 393,66; 127.008870/2008, JOSE ANTONIO FERREIRA LIMA JUNIOR, IPVA, R$ 421,02; 127.008684/2008, MARA AURIRLEIDE XIMENES DE SOUZA, ITBI, R$ 5.080,50; 127.012380/2008, MARIA SELMA VASCONCELOS DE BARROS, IPVA, R$ 527,51; 127.006334/2008, CELICE SILVA LEITE, IPVA, R$ 613,48; 127.010673/2008, ELIANE ALVES DOS SANTOS AGUIAR, IPVA, R$ 142,21; 127.012318/2008, ANTONIO VALDEON RIBEIRO, IPVA, R$ 51,26; 127.011197/2008, LUZIA HELENA CORREA LIMA, TLP, R$ 404,83; 124.007488/2003, ANDI AGENCIA DE NOTICIAS DOS DIREITOS DA INFANCIA, ISS, R$ 4.516,00; 127.010249/2008, SAMUEL GOLDNER, IPVA, R$ 243,23; 042.007489/2004, SILVIA DA CRUZ DOS REIS, ISS, R$ 36,23; 124.007329/2007, CONTAB ASSISTENCIA A CONDOMINIOS E OUTROS LTDA, ISS, R$ 3.825,78; 043.003543/2008, MOTO POINT COMERCIO E SERVIÇOS DE VEICULOS LTDA, ALIQUOTA NOTA FISCAL, R$ 163,87; 043.003546/2008, MOTO POINT COMERCIO E SERVIÇOS DE VEICULOS LTDA, ALIQUOTA NOTA FISCAL, R$ 339,31; 046.002883/2008, RIO PRESERV LTDA, ICMS, R$ 168,78; 127.011961/2008, ALBANISA CARVALHO GUERREIRO, IPVA, R$ 137,46; 127.012120/2008, RILDO RAMALHO PINTO, ITBI, R$ 14.179,90; 127.012128/2008, CRISTOVÃO CARDOSO NAUD, IPVA, R$ 240,79; 122.000830/2008, CLINICA ODONTOLOGICA MORALIS LTDA, ISS, R$ 107,06; 040.000653/2008, ASSISTEC ASSISTENCIA A COMPUTADORES E COMERCIO LTDA, ISS, R$ 16.190,42; 127.010684/2008, AMARIA DE FATIMA FERNANDES, IPTU, R$ 113,40; 127.011276/2008, CRISTIANA COSTA BARBOSA, IPVA, R$ 404,20; 043.004476/2008, MARILISE ROSA GUIMARÃES, IPVA, R$ 178,60; 127.011221/2008, GILVAN PEREIRA DOS SANTOS, IPVA, R$ 69,43; 127.011214/2008, ELOI FRANCISCO MICHELS, TLP, R$ 750,73; 127.011215/2008, ELOI FRANCISCO MICHELS, TLP, R$ 750,73; 040.002844/2007, GARGILL AGRICOLA S/A, ICMS, R$ 239.605,64.

RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 98, DE 27 DE SETEMBRO DE 2008.

Assunto: Isenção de ICMS para Deficientes Físicos.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e da competência que lhe foi delegada pela alínea "a", inciso V do artigo 1º da Ordem de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007, decide: INDEFERIR o pedido de isenção do ICMS, com fundamento no item 130, Caderno I, Anexo I do Decreto nº 18.955/1997, respectivamente para o veículo a seguir identificado na seguinte ordem de processo, interessado e motivo: 127.011799/2008, MARGARIDA DE FREITAS MONTEIRO, A INTERESSADA DECLARA QUE NÃO POSSUI CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE CASSAÇÃO Nº 99, DE 27 DE SETEMBRO DE 2008.

Assunto: Isenção de ICMS para Deficientes Físicos.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e da competência que lhe foi delegada pela alínea "a" do inciso V do artigo 1º da Ordem de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007, decide: CASSAR a isenção do ICMS, com fundamento no item 130 do Caderno I do Anexo I ao Decreto nº 18.955/1997, referente ao processo 127.009343/2008, da interessada DULCIRLEY RIBEIRO BORGES, em razão do laudo de perícia médica do DETRAN/DF não especificar o tipo de deficiência física.

RICARDO PASSOS SANTOS

## AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE

DESPACHO Nº 62, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Afastamento da responsabilidade pelo pagamento do IPVA.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXV, da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a delegação de competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007 e nº 103, de 09 de setembro de 2008 e, ainda, com amparo no artigo 8º, § 2º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, com os procedimentos previstos na Ordem de Serviço nº 191, de 04 de dezembro de 2002, resolve: INDEFERIR, o(s) requerimento(s) de afastamento da responsabilidade pelo pagamento do IPVA, para os exercícios posteriores à venda do(s) veículo(s), conforme especificado(s) através do Processo, Interessado, CPF/CNPJ, Placa, Motivo: 0047-000936/2008, Celsina Lima de Aguiar, 010.346.501-49, KPN 1994, Certificado de Registro de Veículos – CRV sem o reconhecimento em cartório da firma do proprietário (vendedor) ou de seu procurador, conflitando com o Inciso I, § 1º do artigo 1º, da Ordem de Serviço SUREC Nº 191/2002. Cumpre esclarecer que, supletivamente, nos termos do § 3º, do art. 70 do Decreto nº 16.106/94, o(a) interessado(a) poderá recorrer da presente decisão no prazo de vinte dias a contar da sua publicação.

GUSTAVO SHIMODA CUPERTINO

DESPACHO Nº 63, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

Isenção ICMS – Taxista.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXV, da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 249, de 07 de novembro de 2005, fundamentado no Convênio ICMS 38/01 de 06/07/01, bem como no item 93, Caderno I, anexo I do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997 – Regulamento do ICMS, resolve: INDEFERIR, o(s) requerimento(s) de Isenção de ICMS-Taxista, do(s) contribuinte(s) abaixo nominado(s) relacionado(s) por Processo, Interessado, CPF, Permissão, Motivo: 0047-001250/2008, Nilton José Sobrinho, 121.046.631-72, 2677, possui veículo comprado com isenção de ICMS dentro da regra de manutenção como de aluguel pelo período de três anos, conflitando com o Decreto 18.955/1997 – Anexo I Caderno 01 – Isenções – Item 93 e com o Convênio ICMS 38/01 Cláusula primeira, com a redação vigente em 2004. Cumpre esclarecer que, nos termos do § 3º, do art. 70 do Decreto nº 16.106/94, o(a) interessado(a) poderá recorrer da presente decisão no prazo de vinte dias a contar da sua publicação.

GUSTAVO SHIMODA CUPERTINO

DESPACHO Nº 64, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Restituição de Tributos – Deferimento.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXIV da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007 e nº 103, de 09 de setembro de 2008 e, ainda, com amparo nos artigos 56 a 67 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, declara que foi(ram) autorizada(s) a(s) restituição(ções) ao(s) contribuinte(s) nominado(s), conforme discriminação(ções) a seguir, contendo o(s) nº(s) do(s) processo(s), nome(s), CPF(s)/CNPJ(s), tributo(s) e valor(es), respectivamente: 0043-004356/2008, Compacta Construções & Projetos Ltda, 72.582.638/0001-99, IPTU/TLP exercícios de 2004, 2005 e 2006 e ITBI – Guia 08/02/2007/221/000002-3 (imóvel 4812744-2), R$ 40.510,71.

GUSTAVO SHIMODA CUPERTINO

DESPACHO Nº 65 DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Restituição de Tributos – Indeferimento.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 134, inciso XXXIV da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a competência conferida pelas Ordens de Serviço nº 29, de 27 de março de 2007 e nº 103, de 09 de setembro de 2008 e, ainda, com amparo nos artigos 56 a 67 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, resolve: INDEFERIR o(s) pedido(s) de restituição(ções) de tributo(s) abaixo relacionado(s), por Processo, Interessado(a), CPF/CNPJ, Tributo e Motivo: 0043-004356/2008, Compacta Construções & Projetos Ltda, 72.582.638/0001-99, IPTU-TLP/2003 (imóvel 4812744-2) e IPVA-2002/2003 (veículo JJA8134), extinto o direito de pleitear pelo decurso do prazo de cinco anos, conflitando com o artigo 59 do Decreto nº 16.106/1994. Cumpre esclarecer que, nos termos do § 2º, do artigo 67, do Decreto nº 16.106/94, o(s) interessado(s) poderá(ão) recorrer da presente decisão no prazo de 20 dias a contar da sua publicação.

GUSTAVO SHIMODA CUPERTINO

## AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO

DESPACHO Nº 75, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Portaria nº 648 de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelas Ordens de Serviços n° 249, de 07 de novembro de 2005, e/ou n° 29, de 27 de março de 2007, fundamentada no artigo 47 da Lei Complementar nº 04 de 1994 – CT/DF e na forma da Lei nº 937 de 1995, resolve: DEFERIR o seguinte pedido de COMPENSAÇÃO: Processo: 045-000.886/2008 – Motivo: pagamento em duplicidade da 39ª parcela do parcelamento nº 5000139921, no valor atualizado de R$ 97,91 a compensar com débitos em aberto no CPF – 086.851.771-20, em nome de Irene da Silva, restituindo-se em moeda eventual saldo.

SOLANGE CAMPOS QUEIROZ

## TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário nº 213/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): Marcus Vinícius de Almeida Ramos. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.000.584/2003, pertinente ao Auto de Infração nº 415/2003, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 35) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 70). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de agosto de 2008 (fls. 69), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 214/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.000.716/2003, pertinente ao Auto de Infração nº 1088/2003, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 45) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 103). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de agosto de 2008 (fls. 102), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 215/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): Marcus Vinícius de Almeida Ramos. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.000.036/2004, pertinente ao Auto de Infração nº 647/2004, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 39) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 69). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 13 de agosto de 2008 (fls. 68), evidenciando-se, assim, a observância do prazo

previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 216/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.001.465/2002, pertinente ao Auto de Infração nº 2148/2002, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 36) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 81). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de agosto de 2008 (fls. 80), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 217/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.001.634/2003, pertinente ao Auto de Infração nº 2219/2003, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 47) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 98). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 13 de agosto de 2008 (fls. 97), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 218/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.003.015/2002, pertinente ao Auto de Infração nº 4368/2002, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 38) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 87). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de agosto de 2008 (fls. 86), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 219/2008. Recorrente: RAFAEL TORRES COSTA E SILVA COUTO. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. RAFAEL TORRES COSTA E SILVA COUTO, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.005.024/2007, pertinente ao Auto de Infração nº 7594/2007, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 26 de agosto de 2008 (documentos de fls. 114). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de agosto de 2008 (fls. 113), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 220/2008. Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. Advogado(a): JOHN CORDEIRO DA SILVA JUNIOR E/OU. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.003.512/2007, pertinente ao Auto de Infração nº 5588/2007, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 19) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 22 de julho de 2008 (documentos de fls. 31). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 10 de julho de 2008 (fls. 29), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso Voluntário nº 221/2008. Recorrente: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado(a): Marcus Vinícius de Almeida Ramos. Recorrida: Subsecretaria da Receita/SEF. VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 123.002.573/2002, pertinente ao Auto de Infração nº 3598/2008, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 35) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de agosto de 2008 (documentos de fls. 76). Constata-se que o apelo é TEMPESTIVO, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de agosto de 2008 (fls. 75), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso de Ofício nº 51/2008. Recorrente: Subsecretaria da Receita. Recorrido: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado: MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 123.000.716/2003, pertinente ao Auto de Infração nº 1088/2003, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso de Ofício nº 52/2008. Recorrente: Subsecretaria da Receita. Recorrido: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado: MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 123.001.634/2003, pertinente ao Auto de Infração nº 2219/2003, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso de Ofício nº 53/2008. Recorrente: Subsecretaria da Receita. Recorrido: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA. Advogado: MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS. A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 123.003.015/2002, pertinente ao Auto de Infração nº 4368/2002, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

Recurso de Ofício nº 54/2008. Recorrente: Subsecretaria da Receita. Recorrido: RETA TRANSPORTES E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Advogado: JÚLIO CÉZAR ALVES RIBEIRO E/OU. A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.001.607/2007, pertinente ao Auto de Infração nº 1941/2007, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994. Recebo, pois, o recurso, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento

Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25 de março de 1994. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. Distribua-se. Brasília-DF, em 22 de setembro de 2008.

SEBASTIÃO QUINTILIANO
Presidente

## SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

### UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DESPACHO DO CHEFE.
Em 29 de setembro de 2008.

Face o pronunciamento da Gerencia de Suprimentos e Serviços Gerais, da Unidade de Administração Geral, da Secretaria de estado de Obras do Distrito Federa, com base nas atribuições que me são conferidas pelo Regimento Interno e de conformidade com o Edital e Ata de Julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 172/2008-CECOM/SUPRI/SEPLAG, bem como o disposto no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e de conformidade com o processo 410.000.638/2008, aplico a SANDRO CÉSAR TOLEDO ME, CNPJ nº 04.244.924/0001-94, MULTA no valor de R$ 22,50 (Vinte e dois reais e cinqüenta centavos) e a imediata suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração do Distrito Federal por um prazo de 12 (Doze) meses, pela não entrega do material constante na Nota de Empenho nº 2008NE00438. Encaminhe-se a Gerencia de Orçamento e Finanças/DIGEA/UAG/SO, para os demais procedimentos administrativos.

PAULO CÉSAR CARVALHO OLIVIERI

## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

### FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA – PRÓ-GESTÃO

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 25 de setembro de 2008.

Processo: 410.003.116/2008. Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Assunto: Inscrição de Servidores em Curso. O Ordenador de Despesas do Fundo Pró-Gestão/SEPLAG, tendo em vista, a delegação de competência estabelecida na Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão/SEPLAG, com fulcro no Inciso II, do artigo 25, combinado com o Artigo 13, Inciso VI, da Lei nº 8666/1993 e acatando o Parecer Técnico n° 188/2008/I – ASSESSORIA/CECOM, acostado às fls. 28 a 37, RECONHECEU a Inexigibilidade de Licitação, para contratação direta da Menthor Consultoria Organizacional, Capacitação e Exportação Ltda, para fazer face a despesa com a inscrição de servidores no Curso de Gestão de Pessoas por Competência, no valor total de R$ 7.899,98(sete mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Ato que ratifico nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93, e determino a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquira a necessária eficácia.

Processo: 410.003.175/2008. Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Assunto: VII Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado. O Ordenador de Despesas do Fundo Pró-Gestão/SEPLAG, tendo em vista, a delegação de competência estabelecida na Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Fundo Pró-Gestão/SEPLAG, com fulcro no Inciso II, do artigo 25, combinado com o artigo 13, Inciso VI, da Lei n.º 8666/1993 e acatando o Parecer Técnico n° 75/2008/I – ASSESSORIA/CECOM, acostado às fls. 108 a 116, RECONHECEU a Inexigibilidade de Licitação, para contratação direta do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, para fazer face a despesa com a realização do VII Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado, no valor total de R$ 120.000,00(cento e vinte mil reais). Ato que ratifico nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, e determino a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquira a necessária eficácia.

RICARDO PINHEIRO PENNA

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

### SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008.

O DIRETOR-GERAL DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º da Portaria nº 38, de 25 de Julho de 2006, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante que apura os fatos constantes no processo 288.000.103/06 por mais 30 (trinta) dias, a partir de 03/09/08, tendo em vista o exposto no Memorando nº 33/08 da referida comissão;

Art. 2º - Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante que apura os fatos constantes no processo 288.000.059/07 por mais 30 (trinta) dias, a partir de 28/09/08, tendo em vista o exposto no Memorando nº 17/08 da referida comissão;

Art. 3º - Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante que apura os fatos constantes no processo 288.000.112/07 por mais 30 (trinta) dias, a partir de 11/09/08, tendo em vista o exposto no Memorando nº 17/08 da referida comissão;

Art. 4º - Redesignar a Comissão Sindicante que apura os fatos constantes no processo 288.000.058/07 por mais 30 (trinta) dias, a partir de 12/09/08, tendo em vista o exposto no Memorando nº 17/08 da referida comissão;

Art. 5º - Redesignar a Comissão Sindicante que apura os fatos constantes no processo 288.000.104/07 por mais 30 (trinta) dias, a partir de 21/09/08, tendo em vista o exposto no Memorando nº 18/08 da referida comissão;

Art. 6º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DE ALBUQUERQUE LINS

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 24 de setembro de 2008.

O Ordenador de Despesas, tendo em vista a justificativa da Gerência de Material de que o processo foi instruído com finalidade de pagamento de taxas de licenciamento das viaturas pertencentes à frota automotiva da SSP, conforme pág. (49), do processo 050.000.865/2008, reconheceu a situação de Inexigibilidade de Licitação nos termos do artigo 25, Caput da referida Lei, para o Departamento de Trânsito do Distrito Federal no valor total de R$ 879,06 (oitocentos e setenta e nove reais e seis centavos), autorizando o empenho da despesa e o respectivo pagamento. Ato que RATIFIQUEI nos termos do artigo 26, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e determinei a sua publicação no DODF, para que adquira a necessária eficácia.

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA

## CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO COMANDANTE-GERAL
Em 29 de setembro de 2008.

Processos: 053.001.271/2008. O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com fulcro no Inciso VIII do artigo 24 e em atenção ao artigo 26, ambos da Lei n° 8.666/93, RATIFICA a Dispensa de Licitação n° 36/2008, para pagamento do curso Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, com ênfase no Sistema de Gestão Governamental SIGGO para 15 (quinze) militares do CBMDF, em favor do INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS LTDA, CNPJ: 26.997.528.0001-70.

SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO Nº 69, DE 25 DE SETEMBRO 2008.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições previstas no artigo 79, incisos XVI e XVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 25.735, de 06 de abril de 2005, considerando que, de acordo com o exposto pelo Presidente da Comissão, designada pela Instrução nº 62, de 20 de agosto de 2008, publicada no DODF nº 166, página 18 de 22 de agosto de 2008, processo 113.004625/2008, não foi possível concluir os seus trabalhos no prazo previsto resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos por 30 (trinta) dias, a contar de 23 de setembro de 2008.

Art. 2º - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS TANEZINI